UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
***CAMPUS* UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CÁSSIA ARAÚJO MORAES BRAGA

TESE

A SEGURANÇA ALIMENTAR E O POVO INDÍGENA AKWẽ-XERENTE

PALMAS-TO
2025

CÁSSIA ARAÚJO MORAES BRAGA

A SEGURANÇA ALIMENTAR E O POVO INDÍGENA AKWẼ-XERENTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de doutor(a) em Desenvolvimento Regional.
Orientadora: Profª Drª Reijane Pinheiro da Silva.

PALMAS-TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A663s Araújo Moraes Braga, Cássia.

A Segurança Alimentar e o povo indígena Akwẽ-Xerente. / Cássia Araújo Moraes Braga. – Palmas, TO, 2025.

121 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Regional, 2025.

Orientadora : Reijane Pinheiro da Silva

1. Segurança Alimentar. 2. Povos indígenas. 3. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. 4. Desenvolvimento. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CÁSSIA ARAÚJO MORAES BRAGA

A SEGURANÇA ALIMENTAR E O POVO INDÍGENA AKWẼ-XERENTE

Tese apresentada à Universidade Federal do Tocantins – Campus universitário de Palmas, junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), foi avaliada para obtenção do título de doutor e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Tese defendida e aprovada em 31 de março de 2025.

Banca Examinadora:

_____

Profª Drª Reijane Pinheiro da Silva, PPGDR-UFT

_____

Profº Drº Cleiton Silva Ferreira Milagres, PPGDR-UFT

_____

Profº Drº Antônio José Pedroso Neto, PPGDR-UFT

_____

Profª Drª Kenya Lima de Araújo, UFBA

_____

Profº Drº Cristian Jobi Salaini, UNISINOS

Comeremos o quê, então? Quem irá nos alimentar se não tivermos mais roças nem caça? Certamente não os brancos, tão avarentos que vão nos deixar morrer de fome. Devemos defender nossa floresta para podermos comer mandioca e bananas quando temos barriga vazia, para podermos moquear macacos e antas quando temos fome de carne. Devemos também proteger seus rios, para podermos beber e pescar (Kopenawa; Albert, 2015, p. 391).

AGRADECIMENTOS

Acredito que ninguém chega a lugar algum sozinha, e por isso quero expressar minha profunda gratidão às pessoas que estiveram comigo nessa caminhada. Muitas delas estavam ao meu lado, segurando minha mão, torcendo por mim, enviando mensagens de apoio e incentivo. Conciliar o doutorado com a gravidez e, depois, com o desafio de cuidar de uma pequena vida foi uma das experiências mais desafiadoras que já enfrentei. A conclusão deste estudo só foi possível porque tive essas pessoas ao meu lado.

Sou grata a Deus que me acompanhou nesta jornada, conferindo-me forças que vão além de toda compreensão. Ao meu esposo e companheiro de vida Kened e à nossa filha, Amanda, que me inundam constantemente de amor e me incentivaram a realizar este sonho. Aos meus pais, Fábio e Esmeralda, que me apoiaram e torceram por mim ao longo deste processo, além de cuidarem da minha filha sempre que precisei me dedicar a execução deste trabalho.

Sou profundamente grata aos meus familiares, que estiveram ao meu lado ao longo desses anos, sempre me apoiando com carinho e torcida incondicional. Um agradecimento especial aos meus avós de coração, Vera e Pedro, que além de me apoiarem financeiramente durante a minha graduação, sempre acreditaram no meu potencial. Em especial, ao querido dindo Pedro (*in memoriam*), que, com orgulho e entusiasmo, sempre perguntava sobre o doutorado. Sua ausência, desde o ano passado, é sentida especialmente nessa reta final. Ele deixou seu legado em nossos corações.

À querida professora Drª Reijane Pinheiro, minha maior incentivadora nesta jornada acadêmica. Sua humanidade, compreensão, sabedoria e encorajamento foram fundamentais para que eu não desistisse deste percurso. Agradeço por acreditar novamente em meu potencial e pela sua disponibilidade em ouvir e compartilhar. Agradeço também pela partilha de mulher e mãe, isso foi muito importante para meu amadurecimento enquanto pessoa, pesquisadora e profissional.

Sou grata à Universidade Federal do Tocantins - UFT, instituição que me proporcionou as qualificações de bacharel, especialista, mestre e, agora, doutora. Aspiro retribuir à sociedade todo o investimento e o conhecimento que me foram oportunizados. Agradeço também aos professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional pelo compartilhamento de seus valiosos conhecimentos.

Agradeço a contribuição dos professores Drº Heber Grácio, Drª Kenya Lima e Drº Antônio Pedroso na banca de qualificação, cuja dedicação foi essencial para a conclusão deste estudo.

Aos professores Drº Cleiton Milagres, Drª Kenya Lima, Drº Antônio Pedroso e Drº Cristian Salaini, cuja contribuição na banca examinadora enriquecerá este trabalho.

Agradeço à minha turma de doutorado, mesmo em meio às aulas remotas, compartilhou conhecimento e experiências, tornando o processo mais leve. Um agradecimento especial à minha amiga, Antônya Saraiva. Sou grata pela sua generosa partilha, pelos lembretes oportunos de prazos, pela habilidade em ouvir e pelas mensagens de encorajamento. Foi maravilhoso compartilhar esta jornada com você.

Sou grata ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO e a todos que possibilitaram o meu afastamento para capacitação, elemento crucial para o desenvolvimento deste trabalho. Minha gratidão também se estende às minhas companheiras de IFTO, Mara Cleide, Ionara, Tânia, Márcia Aparecida e Sônia, que me apoiaram durante todo esse processo.

Agradeço às amigas que estiveram ao meu lado ao longo deste processo, especialmente Carina, Patrícia e Nailde, que foram minhas companheiras no mestrado e continuam presentes em minha vida com carinho e amizade. Obrigada por todas as mensagens e palavras de incentivo.

Agradeço às minhas companheiras de pesquisa de campo, Reilane Machado, do curso de nutrição e Ludymilla Xerente, do curso de enfermagem. Obrigada pelo companheirismo e contribuição com as entrevistas.

Dirijo meus agradecimentos ao povo Akwẽ-Xerente, que me permitiu adentrar em suas aldeias, compartilhando seus modos de vida e suas vivências. Quero agradecer especialmente a Edith Xerente, que nos guiou durante a pesquisa de campo, nos apresentando seus parentes. Por fim, agradeço a todos que participaram e contribuíram para a realização deste estudo.

RESUMO

Este trabalho analisou os conceitos relacionados à segurança alimentar sob a perspectiva do povo indígena Akwẽ-Xerente, do estado do Tocantins, com base na diversidade étnica que caracteriza suas práticas culturais, alimentares, saberes e interpretações. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, orientada pelo método etnográfico, realizada através do trabalho de campo, da observação participante e entrevistas semiestruturadas. A coleta de dados foi realizada nas Terras Indígenas Xerente e Funil, evidenciando que a segurança alimentar precisa ser considerada a partir de um processo amplo interdisciplinar e participativo, que compreenda toda a problemática que envolve o acesso à alimentação desse povo. A pesquisa evidenciou, ainda, que o modelo de desenvolvimento em curso no Estado afeta diretamente o sistema alimentar do povo Akwẽ-Xerente, impossibilitando a continuidade de práticas tradicionais em várias dimensões da vida Xerente, ocasionando mudanças dos hábitos alimentares, com destaque para o consumo de alimentos ultraprocessados, cuja literatura mostra a correlação com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis. Este trabalho apresenta questões importantes para o debate e a reflexão sobre os impactos ambientais nos territórios indígenas, destacando que as formas tradicionais de produção de alimentos estão intrinsecamente ligadas aos ciclos da natureza. A partir desse estudo, propomos uma metodologia de avaliação da insegurança alimentar que se aproxima da realidade Xerente, dialogando com seu sistema alimentar.

Palavras-chave: Segurança Alimentar. Povos indígenas. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study analyzed the concepts related to food security from the perspective of the Akwẽ-Xerente indigenous people of the state of Tocantins, based on the ethnic diversity that characterizes their cultural and dietary practices, knowledge, and interpretations. This is a qualitative study, guided by the ethnographic method, carried out through fieldwork, participant observation, and semi-structured interviews. Data collection was carried out in the Xerente and Funil Indigenous Lands, showing that food security needs to be considered from a broad, interdisciplinary, and participatory process that encompasses all the issues surrounding access to food for these people. The research also showed that the development model currently underway in the state directly affects the food system of the Akwẽ-Xerente people, making it impossible to continue traditional practices in several dimensions of Xerente life, causing changes in eating habits, especially the consumption of ultra-processed foods, whose literature shows a correlation with the increase in chronic non-communicable diseases. This paper presents important issues for debate and reflection on environmental impacts in indigenous territories, highlighting that traditional forms of food production are intrinsically linked to the cycles of nature. Based on this study, we propose a methodology for assessing food insecurity that approaches the Xerente reality, dialoguing with their food system.

Keywords: Food Security. Indigenous peoples. Brazilian Food Insecurity Scale. Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Embalagem descartada na aldeia Porteira 23
Figura 2 - Mapa do Território indígena Xerente 25
Figura 3 - Mercadinho da Aldeia Porteira..... 73
Figura 4 - Mercadinho da aldeia Brejinho 77
Figura 5 - Aldeia Boa Vista..... 78
Figura 6 - Roça na aldeia Ktepô 80
Figura 7 – Foto da aldeia Brupkarê..... 81

Quadro 1 - Aldeias Akwẽ-Xerente do Tocantins divididas por região..... 26
Quadro 2 - Caracterização dos entrevistados 29
Quadro 3 - Sugestões para avaliar a Insegurança alimentar entre os povos indígenas 97
Quadro 4 - Conceituando as categorias apresentadas na pesquisa 102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCHIP	Community Childhood Hunger Identification Project
CELTINS	Companhia Energética do Tocantins
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNSA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEEs	Gases do Efeito Estufa
HFSSM	Household Food Security Survey Measure
IA	Insegurança Alimentar
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MARE	Ministério das Ações de Reforma do Estado
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MME	Ministério de Minas e Energia
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PCA	Programa Comunidade Ativa
PCFM	Plano de Combate à Fome e à Miséria
PCS	Programa Comunidade Solidária

PDLIS	Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
PFZ	Programa Fome Zero
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde
PNLCC	Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PROCAMBIX	Programa de Compensação Ambiental Xerente
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
R PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TI	Terras Indígenas
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
1.1 Objetivos e justificativa 17
1.2 Motivações da pesquisadora 17
1.3 Estrutura da tese 18
2 METODOLOGIA 19
2.1 Base epistemológica da pesquisa 19
2.2 Procedimentos metodológicos 22
2.3 A pesquisa de campo 25
3 REFERENCIAL TEÓRICO: SEGURANÇA ALIMENTAR E POVOS INDÍGENAS 32
3.1 Compreendendo o Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional 32
3.2 A construção da política de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira 37
3.3 Mensuração da Segurança Alimentar 43
3.4 O que dizem as pesquisas internacionais sobre a Segurança Alimentar e os povos indígenas 48
3.5 O que dizem as pesquisas nacionais sobre a Segurança Alimentar e os Povos Indígenas . 54
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS 63
4.1 Quem é o povo indígena Akwẽ-Xerente? 63
4.2 A lógica desenvolvimentista e o impacto entre os Akwẽ-Xerente 66
4.3 A situação alimentar dos Akwẽ-Xerente e o impacto na saúde 70
4.3.1 Aldeia Porteira (Região Xerente) 73
4.3.2 Aldeia Brejinho (Região Rio Sono) 77
4.3.3 Aldeia Boa Vista (Região Suprawahâ) 78
4.3.4 Aldeia Ktepô (Região Tkaiwë) 79
4.3.5 Aldeia Brupkarê (Região Brupre) 81
4.4 Pobreza e riqueza 83
4.5 Fome e fartura 87
4.6 EBIA indígena 91
4.7 Sistema alimentar Xerente e um novo vocabulário para analisar a segurança alimentar indígena 95
4.8 “O caminho é florestar” 98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 101
REFERÊNCIAS 106
APÊNDICE 116
Registro do Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) 116
Autorização cacique 119
Roteiro de estudo etnográfico 120

1 INTRODUÇÃO

As populações indígenas em todo o mundo enfrentam situações de insegurança alimentar (IA) e impactos negativos na saúde. Inseridos em contextos de expropriação de terras, muitos povos perderam seus territórios e os estilos de vida tradicionais, sendo obrigados a adotar novas formas de subsistência. Essa transição frequentemente resulta em dificuldades de adaptação a novos ambientes, com prejuízos à saúde física e mental (Delormier *et al.,* 2017; Ferguson, 2017; Patterson *et al.,* 2017; Lee; Lewis, 2018; Mccarthy *et al*., 2018; Temple; Russell, 2018; Walch, 2018; Johnson-Down *et al.,* 2019; Levkoe *et al.,* 2019; Timler *et al.,* 2019; Bogdanova *et al.,* 2020; Gan *et al.,* 2020; Lugo-Morin, 2020; Macneill, 2020; Tremblay *et al.,* 2020; Domingo *et al.,* 2021; Soares *et al.,* 2021).

Os povos indígenas brasileiros têm vivenciado contextos de expropriação de suas terras, presença ilegal de posseiros, retirada de recursos de seus territórios por não indígenas que causam degradação ambiental, deixando essas áreas impróprias para o cultivo de alimentos, impacto ambiental por projetos desenvolvimentistas próximos aos territórios, avanço do agronegócio, entre outros fatores. Desse modo, as mudanças ambientais, socioculturais e econômicas em que estão inseridos, como resultado do contato permanente com a sociedade nacional, repercutem em alterações das práticas tradicionais e hábitos alimentares, principalmente pelo envolvimento na economia de mercado regional. A redução da diversidade alimentar e a introdução de alimentos industrializados causam o aumento de doenças crônicas, tais como obesidade, diabetes e hipertensão, nos indígenas em quase todas as pesquisas analisadas. Além disso, a desnutrição infantil é apontada em diversos estudos (Coimbra Júnior; Santos, 1991; Fagundes *et al*., 2004; Leite *et al*., 2007; Gimeno *et al*., 2007; Ribas *et al*., 2007; Salgado, 2007; Auzeni; Giordani, 2008; Yuyama *et al*., 2008; Garnelo; Welch, 2009; Salvo *et al*., 2009; Moura *et al.,* 2010; Coimbra Júnior., 2014; Barreto *et al*., 2014; Boaretto *et al*., 2015; Fávaro *et al*., 2015; Gavério, 2018; Athila; Leite, 2020; Soares *et al.*, 2021). Ademais, o caso dos indígenas Yanomami ganhou notoriedade no início de 2023 com a divulgação de imagens que denunciavam a crise sanitária na saúde que enfrentam. São inúmeros casos de malária e desnutrição severa em adultos e, principalmente, entre crianças. A causa principal é o avanço do garimpo ilegal e a desassistência do governo nos últimos anos[1].

A situação dos indígenas Akwẽ-Xerente não difere da realidade brasileira. Apesar de não haver nenhuma pesquisa que mensure o grau de insegurança alimentar desse povo, pode-

[1] Ver mais em: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/24/fotos-indigenas-yanomami-sofrem-com-desnutricao-grave-e-malaria-na-maior-reserva-do-brasil.ghtml

se identificar a mudança nos hábitos alimentares e aumento de doenças crônicas como diabetes e hipertensão (Schmidt, 2011; Araújo, 2016; Lima, 2016; Rocha *et al.,* 2016; Silva; Grácio, 2020; Schmidt, 2022).

Os Akwẽ-Xerente vivem no município de Tocantínia – TO, a 76 Km de Palmas, capital do Tocantins, região norte do Brasil, com aproximadamente 96 aldeias, totalizando cerca de 4.500 pessoas (FUNAI, 2021). Vivem em duas Terras Indígenas (TIs), a TI Funil e a TI Xerente, situadas entre o rio Tocantins, margem esquerda, e o rio Sono, margem direita. Esse povo, além de perder parte do seu território para o desenvolvimento regional, foi impactado pelos projetos já implantados na região, os quais prejudicam a realização de atividades tradicionais, como a caça, a coleta de frutos e as roças de toco. A construção de estradas e o desmatamento para as culturas de soja, por exemplo, afugentam e matam os animais que faziam parte da dieta tradicional desse povo. Além disso, a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Lajeado diminuiu o número de peixes no rio Tocantins, dificultando a continuidade da pesca para os moradores das aldeias que ficam à margem do rio (Lima, 2016). Desse modo, considerando este contexto de escassez, muitos deles se encontram em situações de vulnerabilidade social, não conseguindo garantir o sustento e a segurança alimentar (Schmidt, 2011; Araújo, 2016; Lima, 2016; Rocha *et al.*, 2016; Silva; Grácio, 2020; Schmidt, 2022).

Em pesquisa anterior, foi identificada a associação do benefício recebido por meio do Programa Bolsa Família (PBF) com a garantia de acesso à alimentação dos Akwẽ. Observa-se que os indígenas apresentam situações de risco para insegurança alimentar devido às mudanças socioambientais inerentes aos projetos de desenvolvimento implementados perto do território Xerente, que provocaram uma diminuição das práticas alimentares tradicionais, aumentando o consumo excessivo de alimentos industrializados, de baixo teor nutricional. Constatou-se que os alimentos mais consumidos pelos indígenas são semelhantes aos consumidos na cidade. Inclusive, muitos compram em mercados alimentos industrializados para complementar a alimentação (Braga, 2019; Braga; Da Silva, 2021).

O fortalecimento de programas de transferência de renda, como o PBF, a valorização do salário-mínimo e a implementação de políticas direcionadas para a agricultura familiar foram algumas das estratégias governamentais que contribuíram para a retirada do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014. Entretanto, os retrocessos na política de segurança alimentar são percebidos a partir da crise econômica de 2014, quando foram implementadas medidas relacionadas à política neoliberal, aprofundadas pelos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. É importante mencionar que mesmo

antes da pandemia da COVID-19, o Brasil estava inserido em um contexto de política polarizada, altas taxas de desemprego, crise econômica e reformas nas políticas de proteção social (Martins, 2022).

O contexto de aquecimento global, grandes fazendas de gado e desmatamento para crescimento do agronegócio favorecem o deslocamento de animais, aumentando o contato com pessoas, causando o compartilhamento de infecções, germes e risco de pandemias. Além disso, o consumo de produtos ultraprocessados, modelo do sistema alimentar global, contribui para a "Sindemia Global, termo utilizado para a denominação de três pandemias inter-relacionadas: a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas" (Shappo, 2021, p. 35).

O Brasil está inserido em toda essa problemática global, mesmo podendo ter políticas direcionadas para a preservação do meio ambiente, de suas florestas e terras indígenas; no entanto, o apoio a esse modelo global é materializado pelos incentivos ao agronegócio, expansão da agropecuária, grilagem de terras, avanço sobre Terras Indígenas e liberação do uso de agrotóxicos (Schappo, 2021).

Considerando todo esse contexto, a fome e a insegurança alimentar já apresentavam sinais de agravamento nos últimos anos e com a pandemia da Covid-19, em 2021-2022, 15,5% de domicílios brasileiros encontravam-se em situação de fome, representando 33 milhões de brasileiros (PENSSAN, 2022). Com a divulgação dos dados da pesquisa do IBGE (2023), esse número caiu para 4,1% de domicílios em insegurança alimentar grave, sendo 72,4% dos domicílios em segurança alimentar.

A partir de 2023, a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA); formulação e implementação de novas políticas públicas, assim como a retomada daquelas que já apresentavam bons resultados; a redução da taxa de desemprego de 14,4% em 2020 para 7,6% em 2023 (IBGE, 2023); aumento do salário mínimo e valorização do PBF, com valor médio do benefício de R$ 689,90; a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA), entre outras ações, favoreceram expressivamente para a redução da fome no Brasil.

Apesar de todos esses esforços para a redução da insegurança alimentar, o Brasil ainda se encontra no mapa da fome da ONU. Além disso, está inserido no complexo da Sindemia global, vivendo o paradoxo: de um lado, 4,1% de domicílios em situação de fome, e de outro, um grande risco de que em aproximadamente vinte anos, metade da população brasileira está obesa, em razão dos hábitos alimentares[2].

[2] Ver estudo disponível em: https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/quase-metade-dos-adultos-brasileiros-viverao-com-obesidade-em-20-anos/

Secas intensas na região Amazônica e enchentes no sul do Brasil, resultado do aquecimento global, agravam a situação de insegurança alimentar da população com o aumento dos preços de alimentos *in natura* e consequentemente, maior procura por alimentos ultraprocessados. Nessa lógica, temos sistemas alimentares, que além de impulsionar as pandemias de obesidade e desnutrição, geram 25-30% das emissões de gases do efeito estufa (GEEs), sendo a produção de gado responsável por mais da metade. Além disso, temos sistemas de transporte urbanos nas grandes massas dominados por veículos automotores que geram entre 14-35% dos GEEs e sistemas de governança fracos, com políticas que estimulam a economia por meio de consumo excessivo (Comissão Lancet, 2019).

A produção de alimentos saudáveis na agricultura sustentável, o fim do desmatamento, a distribuição de terras e territórios, o respeito ao modo de vida dos povos indígenas, a restauração de florestas e o fortalecimento da agricultura familiar são alguns dos mecanismos com potencial para diminuir os efeitos das mudanças climáticas[3].

É dentro dessa temática ampla e emergente, que foi construída a proposta desta pesquisa, considerando a situação de insegurança alimentar em que os povos indígenas estão inseridos; uma vez que pensar em soluções eficazes tem relação direta em respeitar o modo de vida deles, seus sistemas alimentares, suas cosmologias, sua relação com a terra.

Para realizar este estudo entre os povos indígenas, analisamos que o instrumento utilizado para coleta de dados sobre insegurança alimentar utiliza os critérios estabelecidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), entretanto, este instrumento nem sempre corresponde à realidade indígena e sua relação com o alimento. Além disso, os dados sobre Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) consideram os domicílios urbanos e rurais, mas não contemplam os territórios indígenas.

Os conceitos contidos na EBIA muitas vezes não são compreendidos pelos povos indígenas, além disso, o fato de ser compreendido por um povo, não significa que será entendido por outro, uma vez que cada etnia tem suas especificidades (Yuyama *et al.* 2008). Analisar a fome, insegurança alimentar ou soberania alimentar em "nossa" perspectiva capitalista, colonizadora e paternalista resulta em dados científicos que embasam projetos sociais que não garantem resultados concretos e eficazes para um povo, pois não consideram a relação com o alimento, com a terra e forma de cultivar de determinada etnia.

---

[3] Ver matéria disponível em: https://inesc.org.br/fome-e-clima-uma-relacao-tumultuada/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwq_G1BhCSARIsACc7NxqODNPKts1D1O1wZTgZqBUwIqKEIqU5P71fmw6aYmiI_K1yZy2EbVIaAklbEALw_wcB

Cabe aqui ressaltar que as escalas de insegurança alimentar foram criadas segundo a "nossa" compreensão de situações selecionadas como relevantes no universo do que seria fome ou insegurança alimentar. Os estudos realizados entre os povos indígenas contemplam a interpretação desse conceito universal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e não a perspectiva de fome e insegurança alimentar do povo estudado (Athila; Leite, 2020).

Desse modo, identificamos como problema de pesquisa a ausência de um instrumento que investigue a insegurança alimentar entre os povos indígenas, considerando sua diversidade étnica. Com o objetivo de contribuir com os estudos sobre segurança alimentar indígena, esta pesquisa apresenta conceitos inerentes à temática, de acordo com a visão dos Akwẽ-Xerente.

1.1 Objetivos e justificativa

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os conceitos inerentes à temática da segurança alimentar conforme a perspectiva indígena, considerando a diversidade étnica que caracteriza suas práticas culturais, alimentares, saberes e interpretações. Tendo como objetivos específicos: analisar se o modelo conceitual de Segurança Alimentar faz sentido para os Akwẽ-Xerente; investigar se a EBIA tem efetividade em mensurar os mundos indígenas, considerando a interpretação dos Akwẽ-Xerente; identificar as interpretações dos indígenas sobre segurança alimentar, fome, fartura, riqueza e pobreza.

Justifica-se a escolha deste tema pela ausência de pesquisas sobre a política de Segurança Alimentar e Nutricional entre os Akwẽ-Xerente, sabendo que o resultado desse estudo poderá subsidiar futuros projetos nas áreas de saúde e segurança alimentar conforme a perspectiva dos indígenas sobre a temática; poderá também embasar a construção de novas perspectivas metodológicas e teóricas em relação às pesquisas sobre o tema segurança alimentar dos povos indígenas.

1.2 Motivações da pesquisadora

A escolha desta temática está vinculada aos resultados da pesquisa de mestrado intitulada "Políticas Públicas e Povos Indígenas: Uma análise do impacto do Programa Bolsa Família entre os Akwẽ-Xerente". Esta pesquisa associou a concessão do benefício à segurança alimentar do grupo estudado. Ademais, a pesquisadora tem familiaridade com a cultura Xerente desde a graduação, pois teve a oportunidade de estudar com dois colegas Akwẽ, que compartilhavam informações sobre sua cultura durante as discussões em sala de aula. Durante a pesquisa de campo para o mestrado, foi possível adquirir um profundo conhecimento sobre

a realidade dos indígenas, entender seus modos de vida, ter um olhar investigativo sobre suas vulnerabilidades e desenvolver uma visão crítica sobre a atuação do Estado em relação às demandas desse povo.

1.3 Estrutura da tese

Esta tese está dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução, que contextualiza a pesquisa, apresenta o problema de pesquisa, objetivos, justificativa, motivações da pesquisadora e estrutura da tese. O segundo capítulo é referente à metodologia da pesquisa, sua base epistemológica, procedimentos técnicos do estudo, coleta de dados e informações da pesquisa de campo.

O terceiro capítulo apresenta o referencial teórico deste estudo, onde discutimos o conceito de segurança alimentar, a evolução histórica da política brasileira de Segurança Alimentar brasileira e os critérios para medir a insegurança alimentar aplicados nos estudos. Ademais, com base em revisões bibliográficas de pesquisas, tanto nacionais quanto internacionais, visamos analisar as metodologias escolhidas e os resultados desses estudos. Identificamos que as pesquisas realizadas em territórios indígenas nem sempre conseguem obter dados que refletem efetivamente o modo de vida desses povos. Portanto, consideramos que os estudos em consonância com o pensamento decolonial produzem dados que se aproximam às expectativas e necessidades dos indígenas, além de nos possibilitarem a revisão das nossas categorias teóricas e a apropriação de outras.

No quarto capítulo, que detalha a análise dos resultados, visamos discutir os aspectos da organização social, cultural e da cosmologia dos Akwẽ-Xerente, assim como contextualizar a situação alimentar na qual se encontram, que está relacionada ao impacto dos principais projetos de desenvolvimento já implantados na região. Com base nesses dados, apresentamos os resultados da pesquisa de campo sobre a atual situação alimentar das aldeias investigadas. Em paralelo, elucidamos os conceitos de riqueza, pobreza, fome, fartura e segurança alimentar de acordo com a significação dos indígenas. Adicionalmente, conduzimos uma discussão sobre a avaliação da insegurança alimentar, principalmente através dos parâmetros desenhados pela EBIA, com o intuito de sugerirmos uma proposta de avaliação da insegurança alimentar que aproxima da realidade Xerente, dialogando com seu sistema alimentar.

2 METODOLOGIA

2.1 Base epistemológica da pesquisa

A segurança alimentar é um tema de vasto campo disciplinar, cuja abordagem é complexa, uma vez que atravessa questões relacionadas aos hábitos alimentares, às relações de poder, internas e externas, aos territórios onde os grupos vivem e se alimentam e, no contexto atual do Estado do Tocantins, reflete, ainda a prioridade política para o modelo agroexportador de grãos. Entender como a geopolítica do modelo capitalista de produção impacta o acesso aos alimentos nas Terras Indígenas, nos impulsiona, em termos teóricos, a adotar a perspectiva da colonialidade do poder de Quijano (2005); Lander (2005) e Segato (2021).

Essa perspectiva, compreendida no contexto de polaridade capitalismo-comunismo dos anos 1970, de mudança de época com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, corresponde "uma inspiração cada vez mais evidente para a construção de linguagens críticas e das metas políticas que orientam as diversas frentes de luta da sociedade, muito especialmente os movimentos indígena e ambientalista" (Segato, 2021, p. 44).

O pensamento científico moderno está associado às expressões tecnocráticas e neoliberais que foram naturalizadas e hoje são hegemônicas. A sociedade liberal passa a não ser somente uma ordem social, mas a única possível, sendo considerada uma linha de chegada, um modelo civilizatório único, globalizado e universal. Ir contra essa corrente de pensamento requer uma desconstrução de grande esforço, sendo necessário romper com o pensamento dominante, universal e naturalizado da sociedade capitalista-liberal (Lander, 2005).

A constituição colonial do mundo e, consequentemente, dos saberes hegemônicos atualmente, teve como momento inaugural a conquista ibérica do continente americano. Assim, todos os povos, culturas e territórios do planeta são inseridos em uma narrativa universal. A consolidação das relações de produção capitalistas e do modo de vida liberal não se deu de forma natural, mas ocorreu a partir de um processo de submissão de outros continentes e territórios às potências europeias, impondo a hegemonia do projeto liberal. Os camponeses e trabalhadores viveram as traumáticas transformações com a expulsão das suas terras, e ruptura com os modos anteriores de vida para serem força de trabalho fabril. Isso ocorreu mediante um regime de disciplina e normatização para a criação do homem econômico (Lander, 2005). Esse processo foi intitulado por Lander (2005) como condições históricas da naturalização da sociedade liberal de mercado. Com isso, esse modelo de

organização social e dos seus países, cultura, história e raça têm relação direta com a submissão dos demais povos do mundo à hegemonia da Europa.

Quijano (2005) afirma que a perspectiva colonial é presente e naturalizada, pois ela está relacionada com a imposição de um padrão de poder mundial, classificando a população com a ideia de raça. A construção de identidades sociais se baseou em espanhol, português, índios, negros e mestiços. Essas relações sociais iam se configurando em relações de dominação, relacionadas ao papel social que cada uma ocupava. A colonialidade do poder está vinculada com a concentração na Europa do capital e tudo que ele envolve; assim, a modernidade está associada ao colonial desde sempre. O capital favorece que as relações sociais sejam de exploração e dominação. Então, a modernidade está associada a um modo de conhecimento relacionado ao caráter do padrão mundial do poder, sendo esse colonial/moderno, capitalista e eurocentrado caracterizado como a perspectiva do eurocentrismo. Desse modo, a formação de Estados-nação tem ligação com a homogeneização da população, fazendo com que todas as sociedades tivessem as mesmas experiências históricas. Essa homogeneização consiste na formação de um espaço comum de identidade, que coloca a população em um lugar de dominação.

Lander (2005) chama atenção para o fato de que a constituição das ciências sociais impregnou a visão de mundo deste contexto histórico-cultural. As disciplinas científicas naturalizam o pensamento de que todas as culturas e todos os povos vão do primitivo e tradicional ao moderno. Como norma universal, a sociedade liberal é o único futuro possível de todas as outras culturas, os que não conseguirem incorporar-se a ela, estão predestinados a desaparecer; assim, nessa lógica, as formas de conhecimento produzidas para compreender essa sociedade são as únicas formas válidas, objetivas e racionais:

> As categorias, conceitos e perspectivas (economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc.) se convertem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o *dever ser* para todos os povos do planeta (Lander, 2005, p. 13).

Esses conhecimentos passam a ser padrões para analisar e identificar atrasos, impactos e carências com relação direta da lógica que vão do primitivo ao moderno; é uma construção eurocêntrica que organiza a humanidade do ponto de vista da própria experiência, sendo um padrão histórico-cultural superior e universal.

Aníbal Quijano, na interpretação de Segato (2021), introduz uma nova forma de analisar a realidade latino-americana, considerando a heterogeneidade econômica, social e civilizatória. A perspectiva de Quijano apresenta grande crítica ao “eurocentrismo”, uma vez

que chama a atenção para o fato de que antes da chegada das embarcações ibéricas à América, não havia Europa, nem o "índio", nem o "negro" e nem mesmo o "branco". A América inventou a Europa não somente pela formação do mercado mundial a partir da conquista do território e da extração de metais preciosos, mas também porque "a novidade americana desloca a tradição na Europa e funda o espírito da modernidade como orientação para o futuro" (Segato, 2021, p. 54).

É válido pontuar que antes da chegada dessas embarcações, habitavam nas Américas categorias étnicas que unificavam civilizações com povos com conhecimentos e costumes próprios. Entretanto, com o "descobrimento", houve uma reconfiguração no mundo, que narra as suas histórias com um único vocabulário. Assim, esses povos viram as suas histórias, os seus saberes, línguas, formas de escritas e registros, as suas cosmologias, regras de solidariedade e reciprocidade, enfim, tudo que envolve seu universo de subjetividade, totalmente desonrados e reduzidos às categorias chamadas de "índio", "negro" e "criolo", que passaram a ser instrumentos de exploração do trabalho e administração colonial (Segato, 2021).

Com o entendimento da perspectiva da colonialidade do poder, Quijano apresenta o modo de subversão epistêmica do poder, conhecida como "giro decolonial". Segato (2021) explica que o giro decolonial recoloca o sujeito em um novo plano histórico, possibilitando uma releitura do passado de forma teórica, ética, estética e política, que retoma um caminho bloqueado pela razão tecnocrática dos estados neoliberais e real-socialistas:

> O giro decolonial não é um movimento restaurador, mas uma recuperação das pistas abandonadas rumo a uma história diferente, um trabalho nas brechas e fraturas da realidade social existente, dos restos de um naufrágio geral de povos que mal sobreviveram a um massacre material e simbólico contínuo ao longo de quinhentos anos de colonialidade, de esquerda e de direita (Segato, 2021, p. 73).

Com base nessa perspectiva e buscando exercitar essa subversão epistêmica do poder de Quijano que se construiu a proposta dessa pesquisa realizada entre o povo Akwẽ-Xerente. Esse exercício epistêmico contribuiu para a apreensão da própria conceituação desse povo sobre segurança alimentar, indo além das interpretações que os colocam em lugar de colonizados. Considerando a relação com o alimento, a história de invasão ao seu território, conflitos com os não indígenas e exploração em que já foram submetidos.

2.2 Procedimentos metodológicos

A escolha metodológica para este estudo foi a abordagem qualitativa e a pesquisa de campo como procedimento técnico. A pesquisa qualitativa permite estudar fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (Godoy, 1995). Nesse tipo de abordagem, os dados coletados são analisados com o intuito de compreender a dinâmica do fenômeno: "[...] o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes" (Godoy, 1995a, p. 21).

A abordagem qualitativa estabelece uma conexão direta entre o pesquisador e a situação em estudo, com a finalidade de compreender e investigar os fenômenos a partir da perspectiva dos indivíduos envolvidos. Esta abordagem considera que a melhor maneira de se conhecer uma realidade é permitindo ao pesquisador se colocar no lugar do outro. Neste sentido, a pesquisa qualitativa tem como principal fonte de dados o próprio ambiente natural em si. Conforme Godoy (1995b), esta abordagem valoriza o contato direto e contínuo do pesquisador com o ambiente e a situação em estudo. A abordagem etnográfica foi empregada para obter conhecimento e uma compreensão mais próxima da realidade alimentar cotidiana, captando as concepções que cercam o tema da segurança alimentar. Esta abordagem é caracterizada por estudos conduzidos in loco, no ambiente natural dos sujeitos (Godoy, 1995).

A pesquisa de campo, um método de investigação originado na antropologia, se concentra em uma comunidade específica. Esta pode ser geográfica, acadêmica, profissional, recreativa ou de qualquer outra natureza (Gil, 2002). Este tipo de estudo permite um aprofundamento nas questões propostas pela pesquisa, com isso, seu planejamento possibilita maior flexibilidade:

> [...] a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (Gil, 2002, p. 53).

O estudo de campo permite ao pesquisador uma experiência direta com a situação de estudo. Gil (2002) menciona que essa forma de pesquisa possibilita obter resultados mais fidedignos, pois o pesquisador está no local do problema e isso proporciona uma confiança entre os participantes, resultando em respostas mais verdadeiras.

A etnografia lida com gente no sentido coletivo da palavra, é a descrição de um povo, é o estudo de pessoas em grupos organizados: "Estudar a cultura envolve um exame dos

comportamentos, costumes e crenças apreendidos e compartilhados do grupo" (Angrosino, 2009 p. 16). Assim, o estudo etnográfico se inicia com observações cuidadosas e entrevistas detalhadas com gente da comunidade em estudo.

Nas palavras de Angrosino (2009), a etnografia é definida como "a arte e a ciência de descrever um grupo humano - suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças" (p. 30). Assim, a etnografia como método é baseada na pesquisa de campo: é conduzida por pesquisadores que são participantes e observadores da comunidade em estudo; une duas ou mais técnicas para coleta de dados; requer um compromisso de longo prazo; é indutivo (usa um acúmulo de detalhes da comunidade em estudo); é dialógico; sendo conduzido para revelar o retrato mais completo do grupo em estudo (Angrosino, 2009).

Nesse estudo, a coleta de dados foi por intermédio de observação participante, entrevistas semiestruturadas e anotações em diário de campo. A observação se concentrou em analisar como é a estrutura da aldeia, incluindo a existência de escolas, postos de saúde e mercadinhos. Também foi observado como descartam o lixo. Registramos especificamente o descarte de embalagens para ilustrar as preferências dos indígenas em relação aos alimentos industrializados, conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1 - Embalagem descartada na aldeia Porteira

Fonte: Fotografia tirada por Cássia Araújo (2023).

Ademais, esta etapa do estudo permitiu explorar o modo de vida dos indígenas, bem como identificar quais são os principais alimentos produzidos e adquiridos no mercado. Durante as entrevistas, nosso objetivo foi compreender a perspectiva indígena sobre alimento, fome, fartura, segurança alimentar, pobreza e riqueza.

Ludke e André (1986) destacam que uma das principais vantagens da entrevista é a capacidade de coletar informações instantaneamente. Esta modalidade de coleta de dados também permite um aprofundamento significativo em pontos discutidos, especialmente quando combinada com outras técnicas. Além disso, a entrevista facilita a clareza, promove correções e torna a comunicação mais fácil - especialmente em situações envolvendo indivíduos com pouca instrução de educação formal. O diálogo que ocorre entre o entrevistador e o entrevistado dá vida ao processo, enriquecendo a experiência de ambos. Segundo Minayo (1994), a entrevista é a técnica mais comum usada em trabalhos de campo. Através deste método, o pesquisador pode acessar informações diretamente da fala dos atores sociais. A escolha desta técnica é justificada pela proximidade que ela proporciona entre o entrevistador e o entrevistado. Ludke e André (1986) ainda reiteram que a entrevista é uma

das técnicas mais empregadas em pesquisas qualitativas, devido à interação que possibilita entre o pesquisado e o pesquisador:

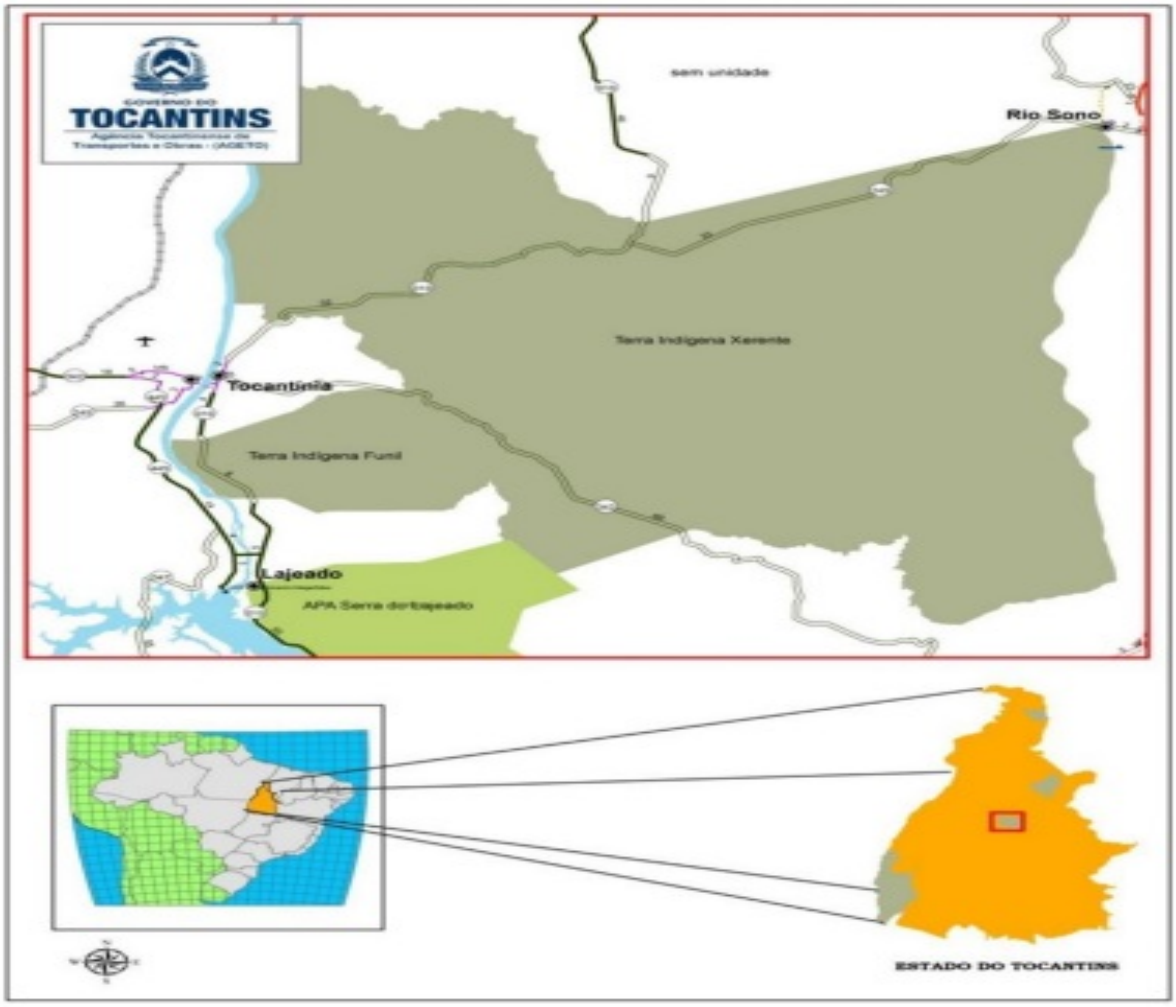
> Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica (Ludke; André, 1986, p. 34).

Como procedimento técnico da pesquisa de campo, foi elaborado um roteiro para estudo etnográfico, incluindo perguntas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com caciques, anciãos, homens e mulheres que concordaram em participar do estudo. Como procedimento ético, foi solicitada a autorização dos caciques representantes das aldeias escolhidas. Além disso, a pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas Humanas (CEP-UFT) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme evidenciado pelo Parecer Nº 6.387.208.

2.3 A pesquisa de campo

Os Akwẽ-Xerente vivem em duas terras: a Xerente e Funil, situadas no município de Tocantínia-TO, a uma distância de 70 km de Palmas-TO, a capital do estado. A figura 2 ilustra a localização do território, estrategicamente situado entre os rios Tocantins e Sono:

Figura 2 - Território indígena Xerente



Fonte: SEPLAN, 2012.

O território dos Akwẽ-Xerente é organizado em cinco regiões tradicionais. Essas incluem: 1. A Região do Rio Sono; 2. A Região de Brupre; 3. A Região do Funil; 4. A Região de Brejo Comprido e 5. A Região Xerente. Essa divisão territorial é claramente ilustrada no quadro seguinte:

Quadro 1 - Aldeias Akwẽ-Xerente do Tocantins divididas por região

Nº	ALDEIA	FAMÍLIAS	POPULAÇÃO
REGIÃO RIO SONO			
1	Rio Sono	25	-
2	Brejo Verde	16	-
3	Espaço livre	03	08
4	Cabeceira Verde	21	81
5	Sangradouro	16	59
6	Brejo Novo	15	52
7	Riozinho	21	56
8	Brejinho	09	22
9	Brejão	03	06

10	Mrãikretõ	04	07
11	Rio Preto I	08	32
REGIÃO BRUPRE			
1	Brupre	20	69
2	Mirassol	11	31
3	Traíra	22	-
4	Genipapinho	05	-
5	Sítio Novo	10	37
6	Buritizal	14	47
7	Zé Brito	10	45
8	Campo Grande	04	14
9	Cristalina Tkaité	09	-
10	Olho D'água	08	37
11	São José	07	-
12	Novo Horizonte	14	29
13	Jenipapo	05	22
14	Santo Antônio	09	21
15	Lajeado	17	67
16	Betânia	08	23
17	Pôr do Sol	03	18
18	Galho Grande	06	22
REGIÃO FUNIL			
1	Funil	92	317
2	Boa Fé	12	24
3	Aparecida	08	36
4	Rio Verde	04	14
5	São Bento	11	31
6	Nascente	03	06
7	Jacó Sõwahu	03	-
8	Cachoeira	07	56
9	Maracujá	05	-
10	Boa Vida	04	10
11	Pé da Serra	09	21
REGIÃO BREJO COMPRIDO			
1	Brejo Comprido	32	147
2	Recante D´água Fria	11	34
3	Paraíso	18	76
4	Sucupira	07	18
5	Santa Fé	07	31
6	Cabeceira da Água Fria	21	62
7	Monte Sião	06	18
8	Morrinho	12	44
9	Bom Jardim	08	37
10	Canaã	08	16
11	Ktêpo	05	15
12	Baixa Funda	08	22
13	Nova Jerusalém	04	20

14	Aldeinha Kawahâ	15	30
15	Rio Preto II	06	-
16	Morrão	10	-
17	Satélite Krirã	05	13
18	Fortaleza	05	-
19	Boa Vista	13	-
20	Suprawahâ	07	29
21	Serrinha I	08	-
22	Serrinha II	03	08
23	Mata Verde	07	23
24	Lajeiro (Bem-vindo)	02	06
25	Bom Tempo	02	06
26	Macaúba	07	21
27	Coqueiro	08	14
28	Cachoeirinha	15	59
REGIÃO XERENTE			
1	Porteira – Nrõzawi	76	149
	Porteira – Nrõzawi	40	143
2	Recante Krite	23	80
3	Aldeia Nova	20	73
4	Piabanha	07	20
5	Mrãizase	13	17
6	Piabainha – Kâzase	08	14
7	Santo Kripre	141	329
8	Angelim	03	06
9	Mato do Coco	11	35
10	Varjão	08	27
11	Santa Cruz	14	60
12	Bela Vista	13	27
13	Nova Aliança	10	29
14	Montes Belos	04	15
15	Serra Verde	05	16
16	Boa Esperança	14	43
17	Vão Grande	15	51
18	Barreiro	05	15
19	Romão	05	17
20	Rocinha	03	11
21	Cercadinho	08	24
22	Cocalinho	06	16
23	Karêhu	11	39
24	Lá Vista	05	18
25	Cachoeira do Brejo do Ouro	07	33
26	Cachoeira Kakakâ	03	12
27	Brejo do Sítio	04	10
28	Bananal Hêspohu	04	10

Fonte: Elaborado pela autora com dados da FUNAI, 2021.

Para melhorar a organização entre os indígenas e devido ao aumento do número de aldeias, foram adicionadas três regiões, sendo: 6. Região Suprawahâ; 7. Região Tkaiwë; 8. Região Mirassol.

A proposta inicial da pesquisa era para escolhermos uma aldeia de cada região, considerando que anteriormente eram cindo regiões. No decorrer dos estudos, observamos que adicionaram mais três regiões, com isso, contemplamos apenas cinco regiões para a coleta de dados. Desse modo, a pesquisa foi conduzida em cinco aldeias distintas: 1. aldeia Porteira (Região Xerente); 2. aldeia Brejinho (Região Rio Sono); 3. aldeia Boa Vista (Região Suprawahâ); 4. aldeia Ktepô (Região Tkaiwë) e 5. aldeia Brupkarê (Região Brupre). Nesse contexto, foram realizadas vinte e cinco entrevistas entre os indígenas Akwe-Xerente, como detalhado no quadro 2:

Quadro 2 - Caracterização dos entrevistados

Nº	**SEXO**	**IDADE**
ALDEIA PORTEIRA		
01	Mulher	39
02	Homem	69
03	Mulher	34
04	Mulher	37
05	Mulher	76
06	Mulher	44
07	Mulher	78
08	Homem	42
ALDEIA BREJINHO		
09	Homem	53
10	Homem	80
11	Mulher	40
12	Homem	40
13	Homem	18
14	Mulher	32
15	Mulher	19

ALDEIA BOA VISTA		
16	Mulher	61
17	Mulher	24
18	Homem	25
ALDEIA KTEPÔ		
19	Homem	81
ALDEIA BRUPKARÊ		
20	Mulher	48
21	Mulher	23
22	Homem	68
23	Mulher	23
24	Mulher	47
25	Mulher	49

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Algumas entrevistas foram realizadas em grupo e outras individualmente com cada indígena. A pesquisa de campo, por muitas vezes, conduz o pesquisador e nem sempre é possível ter um espaço para entrevista individual, pois sempre aparece um parente que quer entender sobre a temática. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Durante o período de pesquisa de campo, visitamos a aldeia Porteira três vezes para a coleta de dados, todavia, a pesquisa de mestrado foi realizada nesta aldeia, o que já permitiu uma familiaridade maior com os problemas apontados neste estudo. Nas demais aldeias, foi possível ir somente uma vez para a coleta de dados, devido o acesso não ser tão fácil.

Para analisar os dados obtidos através da pesquisa, utilizamos a técnica Análise de Narrativa que investiga como as pessoas estruturam e compartilham experiências por meio de histórias:

> [...] a narrativa, e consequentemente a sua análise, é um instrumento utilizado em pesquisas de cunho qualitativo que tem sido amplamente aplicado como forma de atingir os objetivos (capturar circunstâncias nas quais o pesquisador almeja investigar) tanto no âmbito científico, investigativo, pedagógico e social (Nunes *et. al*, 2017, p. 9).

A Análise da Narrativa permite uma aproximação dos fatos que os entrevistados julgam importante sobre o tema que são questionados, pois consegue revelar a experiência do indivíduo. Com base nisso, as entrevistas foram transcritas e as falas foram separadas em

tabelas, elencando as categorias que mais apareceram nas narrativas. Analisamos as falas e as entonações de voz para uma melhor interpretação dos dados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: SEGURANÇA ALIMENTAR E POVOS INDÍGENAS

Neste capítulo, exploramos a formação do conceito de segurança alimentar levando em conta o processo histórico que culminou no reconhecimento do direito humano à alimentação adequada. Isso inclui o acesso contínuo e regular a alimentos de qualidade em quantidades suficientes, juntamente com a garantia de satisfação de outras necessidades básicas humanas.

Na segunda seção deste capítulo, discutimos a evolução histórica da política de Segurança Alimentar no Brasil, contextualizando as primeiras ações iniciadas em 1918 até o começo de 2023. Na subseção 3.3, discorremos os critérios de mensuração da insegurança alimentar aplicados em pesquisas, destacando os principais indicadores e as reflexões dos autores a respeito dessa abordagem para analisar o fenômeno da fome.

No segmento 3.4, apresentamos os dados de pesquisas internacionais recentes sobre Segurança Alimentar e povos indígenas. Nosso objetivo foi contextualizar o leitor a respeito das experiências dessas comunidades, tanto em uma escala global quanto nacional. No segmento 3.5, discutimos os resultados de estudos realizados no Brasil.

3.1 Compreendendo o Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional

O conceito de Segurança Alimentar emergiu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), associado à segurança nacional e à habilidade de cada nação de produzir seus próprios alimentos. Este tema foi retomado após a Segunda Guerra (1939-1945), época em que mais da metade da Europa estava arruinada e incapaz de produzir alimentos. Este cenário foi agravado pela polarização na disputa por hegemonia política e econômica durante o período pós-guerra, conhecido como Guerra Fria (Belik, 2003; Burlandy, 2009; Burity *et al.,* 2010; Nascimento; Andrade, 2010; Silva, 2014).

Além disso, com a constituição da ONU em 1945, foi iniciado um processo de discussões sobre a temática compreendendo o acesso ao alimento como um direito humano. O tema ganhou força na Conferência Mundial de Alimentação em 1974, sendo definido como oferta segura e adequada de alimentos por meio de critérios e necessidades fisicamente estabelecidos, tendo como foco principal a disponibilidade de alimentos. Havia um entendimento de que a insegurança alimentar estava associada à produção insuficiente de alimentos em países pobres (Belik, 2003; Burlandy, 2009; Burity et al. 2010; Nascimento; Andrade, 2010; Silva, 2014).

Para Nascimento e Andrade (2010), o tema “Segurança Alimentar” foi abordado bem antes, quando no final do século XVIII, em 1798, o economista e demógrafo inglês Thomas

Robert Malthus afirmou que o crescimento demográfico iria ultrapassar a capacidade produtiva da terra, ocasionando fome e miséria.

Entre 1930 e 1980, o método tradicional de produção de alimentos foi substituído por um modelo mais intensivo. Isso resultou em um aumento de 5% na produção de alimentos *per capita* durante a década de 1980. O novo modelo focou em elevar a produtividade de certos alimentos através do uso de variedades genéticas recentes e insumos químicos. Esse período é conhecido como a Revolução Verde (Burity *et al.*, 2010; Silva, 2014). Na década de 1970, em resposta à crise de escassez alimentar e à política de manter estoques de alimentos, a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) organizou a primeira I Conferência Mundial de Alimentação. A partir de então, a produção de alimentos começou a ser associada à segurança alimentar, com um enfoque especial na regularidade do abastecimento de comida, não apenas na sua produção (Burity *et al.*, 2010; Nascimento; Andrade, 2010).

Já superada a crise nos anos 1980, os problemas da fome e desnutrição foram compreendidos não somente como baixa produção de alimentos e sim com a garantia de acesso a eles. A produtividade continuava gerando excedentes e o aumento de estoques que passaram a ser colocados no mercado, sob forma de produtos industrializados, sem que houvesse diminuição da fome. Pelo contrário, a abundância das supersafras com seu sistema de produção agrícola moderno e eficiente afetou muitos agricultores familiares que tiveram que migrar para os centros urbanos, aumentando os índices da fome em virtude do desemprego e precarização social (Burity *et al.,* 2010; Nascimento; Andrade, 2010; Silva, 2014).

Portanto, a insegurança alimentar passou a ser entendida como a ausência de garantia de acesso físico e econômico aos alimentos. Uma década depois, o conceito foi ampliado, abordando questões relacionadas à qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural dos alimentos. Também foi adicionado o aspecto da oferta adequada e estável, assegurando o acesso aos alimentos (Burity *et al.,* 2010; Nascimento; Andrade, 2010; Silva, 2014). Assim, no início dos anos 1990, o conceito de segurança alimentar incorporou:

> [...] noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação (Burity *et al.*, 2010, p. 12).

Durante o mesmo período, houve um forte movimento para incluir o conceito de direito humano à alimentação adequada na definição de segurança alimentar. Isso ocorreu

devido à Conferência Internacional de Direitos Humanos de 1993, em Viena, que reforçou a indivisibilidade dos direitos humanos (Burity *et al.,* 2010). O direito à alimentação adequada é entendido como o acesso contínuo à nutrição adequada ou aos meios para obtê-la. Ele é também o direito de estar livre da fome, entendido como pré-requisito para a realização de outros direitos humanos. Portanto, não se trata apenas da provisão de alimentos, mas também abrange outros direitos, levando em consideração que os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados (Albuquerque, 2009; Burity *et al.,* 2010; Guerra *et al.,* 2019).

Para Guerra *et al.* (2019), para a garantia do direito humano à alimentação, não basta centrar-se somente nos aspectos da disponibilidade, do acesso e da produção de alimentos. É importante compreender outros focos temáticos como sistemas alimentares, pobreza e condições de renda, ambiente social e ambiente alimentar, grupos mais vulneráveis, gênero, estado de saúde, saúde mental, amamentação, desempenho escolar, cultura alimentar, cuidados primários em saúde e produção regional e local de alimentos. Portanto, para a concretização da prerrogativa à alimentação[4] é crucial garantir outras garantias associadas como saúde, educação, moradia, trabalho e lazer. Logo, a prerrogativa fundamental à alimentação adequada, integrada como um direito humano, não é uma simples ação assistencial do Estado, está inserida no rol de obrigações, como condição de cidadania (Silva, 2014).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) estabelece que a alimentação adequada é um direito humano fundamental inerente à dignidade da pessoa humana, cabendo ao Estado adotar políticas e ações para promovê-lo. A Segurança Alimentar e Nutricional é definida pela LOSAN em seu Art. 3º como:

> [...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

[4] A alimentação é um direito que está relacionado a outros direitos humanos, como a saúde (nutrição), a vida (fome, desnutrição), a água (preparo, higiene e consumo), a moradia (espaço para cozinhar; e que no caso de aluguel, pode concorrer com a falta de renda para a aquisição de alimentos), a educação (conhecimento sobre alimentação), o trabalho e a seguridade social (obter alimentos ou ter benefícios de transferência de renda), a participação (cidadania e engajamento político, participação nas ações governamentais), a informação (escolha para consumo), o trabalho infantil (estratégia utilizada para comprar alimentos em situação de escassez) e a privação de liberdade (prisão) (Guerra *et al.* 2019, p. 3390).

Kepple e Segall-Corrêa (2011) sugerem que este conceito abrange a questões de acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, a implementação de práticas de produção sustentáveis, assim como a cidadania e os direitos humanos. Além disso, envolve um leque de áreas diversificadas, que inclui economia, direito, agricultura, educação, saúde, nutrição, assistência social, sociologia, antropologia e psicologia, entre outras. Este conceito representa um desafio para a realidade brasileira, pois para entender completamente essa problemática, é necessário considerar todas as áreas mencionadas, mesmo que cada uma delas tenham as suas próprias perspectivas e estruturas teóricas. Segundo Belik (2003), o conceito engloba três aspectos principais: a quantidade, a qualidade e a regularidade no acesso aos alimentos.

A insegurança alimentar não se limita apenas às carências nutricionais e suas respectivas consequências físicas e biológicas. Há evidências que ligam a insegurança alimentar moderada com o sobrepeso e obesidade[5]. Essa ligação pode ser atribuída ao aumento do consumo de alimentos de baixo custo e altamente calóricos, a transtornos alimentares provocados pela ansiedade e incerteza, bem como a adaptações metabólicas decorrentes de períodos frequentes de jejum (Kepple; Segall-Corrêa, 2011). Essa conceituação apresenta elementos que definem a sindemia global, como já abordado na introdução deste trabalho.

Freitas e Pena (2007) afirmam que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está relacionado com "a qualidade dos alimentos, as condições ambientais para a produção, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população" (p. 70). Na conjuntura brasileira, a SAN precisa ser entendida considerando as questões estruturais, pois há muita desigualdade social na distribuição e no acesso aos alimentos. Logo, "a insegurança, precariedade, incerteza, exclusão e rejeição social, sofrimento e vergonha de viver com fome são expressões do mesmo campo semântico para significar faltas sociais que fazem oposição à segurança de comer e viver com qualidade" (p 73).

Albuquerque (2009) conceitua segurança alimentar em duas dimensões: a alimentar, que se refere à produção e disponibilidade de alimentos, e a nutricional, que trata das interações entre os humanos e os alimentos. Segundo a autora, os alimentos estão

[5] "O relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (2019) alerta para o aumento da obesidade entre maiores de 18 anos, subindo de 19,9%, em 2012, para 22,3% em 2016. Os dados revelam que há no Brasil uma correlação estatística entre insegurança alimentar e obesidade. Os motivos para esse aumento da obesidade são relacionados ao fato de que os alimentos saudáveis se tornaram mais caros do que comida rica em gordura, açúcar ou sal (geralmente industrializada) em economias emergentes como a do Brasil, sendo que este tipo de alimento menos nutritivo, porém mais barato, torna-se mais acessível para a população de baixa renda" (Schappo, 2021, p. 36).

intrinsecamente ligados a um sistema de ideias, pois a escolha alimentar tem uma conotação social e simbólica. Ela argumenta que "O alimento e a forma como é utilizado ou disposto na constituição do cardápio revelam uma forma de comunicação e um sistema na estrutura de cada refeição, que traduz uma variedade de informações de extrema importância para sua compreensão de mundo" (p. 901). Além disso, a autora sugere que a Segurança Alimentar, compreendida principalmente por meio dos indicadores de produção agrícola e disponibilidade de alimentos, poderia ser alcançada simplesmente aumentando a produção e melhorando a distribuição de alimentos. No entanto, ela ressalta que a mera escassez de alimentos não é a única causa da fome e da desnutrição. Tais indicadores ocultam as relações de poder que impedem os mais pobres de acessar a abundância de alimentos já existentes.

Belik (2003) destaca que a definição de segurança alimentar permanece em constante debate e evolução, com crescente foco em soberania e sustentabilidade alimentar. O conceito de soberania alimentar ganhou destaque durante a Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, discutido em um fórum paralelo da sociedade civil realizado em Roma. Tal definição visa promover a autossuficiência alimentar dos países, gerando empregos e reduzindo a dependência de importações e variações de preços do mercado global. Além disso, preserva a cultura e os hábitos alimentares de cada nação (Belik, 2003; Nascimento; Andrade, 2010; Burity *et al.,* 2010). Por outro lado, a sustentabilidade está relacionada à proteção ambiental, à recusa do uso de agrotóxicos e à produção extensiva em monoculturas. Esse conceito se opõe ao uso de alimentos geneticamente modificados (Belik, 2003; Nascimento; Andrade, 2010).

Sobre a discussão constante do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, Azevedo e Ribas (2016) afirmam que para conceituar alimentação saudável e adequada, é importante englobar os princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer, considerando as dimensões de gênero e etnia, assim como a priorização de alimentos livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de produtos transgênicos. Esse conceito busca considerar as especificidades de cada fase do curso da vida e as necessidades especiais: "Isso significa que comer e ser obeso, diabético, celíaco, alérgico, estéril ou ter câncer também significa viver – ou morrer-, sob condições de insegurança alimentar" (p. 242). Pois, se levar em consideração que existem doenças causadas pelo uso de agrotóxicos[6], fertilizantes e

[6] O Brasil é o primeiro consumidor de agrotóxicos do mundo e, segundo dados do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 70% dos alimentos *in natura* aqui consumidos estão contaminados intencionalmente por produtos os quais já são proibidos em outros países, além de serem inadequados às culturas onde são utilizados. [...] Entre os 50 ingredientes ativos mais usados no Brasil, quase a metade - 22 -, são proibidos na União Europeia. Nesse resultado grãos ou produtos de origem animal não foram analisados pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Também estão fora dessa conta outros contaminantes, como adubos e aditivos sintéticos, drogas veterinárias,

aditivos sintéticos, drogas veterinárias e produtos provenientes da irradiação[7], além do consumo de alimentos industrializados, ricos em açúcar, sal, gorduras trans e aditivos sintéticos, que trazem alerta de riscos para a saúde, não tem como afirmar que existe segurança alimentar. A indagação é como pode haver segurança alimentar com um sistema que permite circular esse tipo de alimentos e que submete a sociedade a ser "dependente de grãos comercializados e produzidos por apenas cinco empresas multinacionais, que destrói as florestas e a biodiversidade, que interfere no clima, que inviabiliza terras agriculturáveis e que polui rios, lagos e mares, o ar e o solo" (Azevedo; Ribas, 2016, p. 246).

3.2 A construção da política de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira

As políticas públicas direcionadas à garantia da alimentação da população brasileira começaram a ser implementadas no século XX. Essa ação foi motivada pela preocupação dos líderes governamentais com a ascensão dos movimentos sociais contra a carestia. Essas políticas estavam diretamente ligadas à política agrícola, aos sistemas de abastecimento, controle de preços e distribuição de alimentos, entre outros aspectos (Belik, 2003; Albuquerque, 2009).

Burlandy (2009) contextualiza que as primeiras ações sobre segurança alimentar no Brasil começaram em 1918 com a criação do Comissariado de Alimentação Pública. A sua finalidade principal era controlar os preços dos alimentos básicos. Silva (2014) reitera que o tema de assistência alimentar para as populações mais pobres foi integrado nas políticas governamentais em 1930. Esta medida fazia parte da estratégia de poder do "Estado Novo" do presidente Getúlio Vargas. Nesse período, os estudos de Josué de Castro sobre a fome na região Nordeste, já apontavam dados dos flagelos sociais da época, reforçando a ideia de ações afirmativas para reverter esse cenário. Suas pesquisas influenciaram o lançamento do Decreto-Lei nº 399 de 1938, que institui o salário-mínimo nacional. Os estudos alertaram que a falta de renda era o principal motivo pelo qual as famílias não conseguiam atender às suas necessidades alimentares.

O primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição foi feito em 1952, integrando vários ministérios e instituições. Esse plano apresentava frentes como a produção, comercialização, abastecimento, acesso e consumo dos alimentos, entretanto, a

produtos da irradiação e também a análise de riscos dos alimentos com organismos geneticamente modificados (Azevedo; Ribas, 2016, p. 245).

[7] Como em exemplos dessas doenças, existem "alguns tipos de câncer, imunodepressão, doença de Parkinson, depressão e outros distúrbios neurológicos, autismo, aborto, esterilidade, problemas congênitos e respiratórios, alergias, algumas formas de anemia e resistência a antibióticos" (Azevedo; Ribas, 2016, p. 246).

operacionalização do plano não teve tanto êxito. Além disso, nos anos 1950 foram instituídos programas de abastecimento, alimentação escolar, refeitórios para trabalhadores, assim como programas de suplementação alimentar nos anos 1970 (Nascimento; Andrade, 2010).

No decorrer dos anos, várias instituições foram criadas com o propósito de contribuir com a segurança alimentar brasileira, dentre elas, destaca-se a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) em 1945, vinculada ao Conselho Federal de Comércio Exterior, sendo substituída pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), em 1972. O INAN elaborou o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN 1973-1974 e II PRONAN 1976-1989). O I PRONAN não se realizou devido às dificuldades de gestão do próprio INAN. O II PRONAN tinha como frentes de atuação as condições de produção, comercialização e consumo de alimentos. Entre as ações que atendiam as diretrizes do II PRONAN, foi instituído o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) em 1976, sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 1986, foi instituído o Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes (PNLCC), por meio da distribuição de tickets para que as famílias pudessem adquirir trinta litros de leite por mês em um comércio local. Entretanto, foi um programa centralizado, clientelista e desarticulado de outras políticas públicas, desativado em 1992. O INAN foi extinto em 1997 e apresentou muitas fragilidades de gestão, devido principalmente a um quadro de pessoal reduzido, alta rotatividade e fragilidade em qualidade. Ademais, havia falta de clareza do governo sobre onde focar as ações sobre alimentação e nutrição, fraco peso político do órgão e restrição orçamentária (Burlandy, 2009; Silva, 2014).

No contexto das políticas governamentais brasileiras, o termo "segurança alimentar" ganhou destaque na Política Nacional de Segurança Alimentar em 1985. Durante a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, realizada em 1986, a alimentação foi estabelecida como um direito à cidadania. Nesta conferência, houve também debates sobre a inclusão da dimensão nutricional no conceito de segurança alimentar. Além disso, discutiu-se a necessidade de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição responsável pela formulação da nova Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que foi instituída em 1999 (Burlandy, 2009).

Houve uma mudança significativa nas intervenções relacionadas à segurança alimentar a partir de 1996, quando o governo brasileiro, juntamente com centenas de países, assume o esforço de redução da situação de fome na Cúpula Mundial da Alimentação[8], ocorrida em

[8] Para Albuquerque (2009), foi em razão desse evento que foi elaborado um Plano de Ação com compromissos relacionados em assegurar um ambiente político, social e econômico com o objetivo de garantir condições para

Roma. Essa tomada de decisão já estava previamente orquestrada, quando na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, que ocorreu em 1993 em Viena, o direito à alimentação foi equiparado aos demais direitos do homem mencionados na Carta dos Direitos Humanos de 1948, firmando assim um compromisso internacional de redução das estatísticas relacionadas com a fome e responsabilizando o Estado como provedor do bem-estar alimentar de sua população (Belik, 2003; Albuquerque, 2009).

Em 1993, o governo instalado estabeleceu como prioridade o combate à fome, foi formulado o Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), que previa a implementação de diversos programas setoriais com a coordenação do CONSEA, presidido pelo Presidente da República e integrado por nove ministros e vinte e um representantes da sociedade civil (Burlandy, 2009; Silva, 2014).

O CONSEA foi criado em 1993, promovendo o diálogo entre governo e sociedade civil com o intuito de construir alternativas, ações, projetos e políticas com o objetivo de garantir SAN no Brasil. Algumas das ações notáveis do CONSEA incluem a retomada do programa de distribuição de leite, agora de maneira descentralizada e voltada para crianças e gestantes em situação de risco nutricional. Outras medidas foram a distribuição descentralizada de refeições escolares e o fornecimento de alimentos para as famílias afetadas pela seca. Além disso, é importante salientar que, em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi aprovada, estabelecendo diretrizes para a atuação do Estado no atendimento adequado às necessidades básicas dos indivíduos. No ano seguinte, em 1994, ocorreu a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA) (Silva, 2014).

Em 1995, o CONSEA foi extinto, sendo instituído o Programa Comunidade Solidária (PCS), que foi responsável por operacionalizar as ações de segurança alimentar e nutricional nas duas gestões do governo federal (1995-1998; 1999-2002). Esse programa se caracterizou por diretrizes de focalização, busca pela eficiência da ação do Estado e desoneração do orçamento público, como estratégia de reforma institucional sob a responsabilidade do Ministério das Ações de Reforma do Estado (MARE). Houve a extinção de vários órgãos do governo e os serviços sociais passaram a ser transferidos para o setor privado por meio de parcerias e operacionalizados por Organizações Não Governamentais (ONGs) (Silva, 2014). O PCS ficava com a responsabilidade de pactuar acordos, com a finalidade de estabelecer parcerias, cooperação mútua e descentralização. Os recursos advinham de empresas,

---

erradicação da pobreza e implementação de políticas voltadas à promoção da segurança alimentar e sustentável para todos.

sindicatos e agências internacionais. Em suma, o programa desempenhava ações de caráter emergencial, com atendimentos pontuais, fragmentados e não essencialmente estruturantes:

> O PCS não conseguiu apresentar uma ação essencialmente estruturante no combate à pobreza e seus flagelos sociais, como a fome e a desnutrição. Além disso, a indefinição na liberação de recursos, alocados em vários programas dependentes de diferentes ministérios, e a falta de critérios bem definidos para a aprovação e o financiamento de projetos, conferia-lhe um caráter de instabilidade (Silva, 2014, p. 27).

Conforme Silva (2014), durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso em 1999, o governo se empenhou em reestruturar as medidas de combate à fome e à pobreza. Isso resultou na implementação de dois novos programas: o Programa Comunidade Ativa (PCA), que representava uma reformulação do PCS, e o Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS). O objetivo era estabelecer um método de intervenção para o planejamento participativo:

> A ideia do governo era que, a partir da adesão de municípios pobres ao PCA, fosse implementada essa nova metodologia, por meio de uma equipe de consultores contratados e o envolvimento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para que as próprias comunidades pudessem elaborar seus planos locais de desenvolvimento e definir projetos prioritários, bem como estabelecer as parcerias necessárias para colocar em execução seus planos (Silva, 2014, p. 28).

Todavia, não houve muito avanço significativo nas ações, uma vez que era uma estratégia focada na capacidade das regiões pobres e marginalizadas desenvolverem dinâmicas socioeconômicas autônomas, dependendo de parceiros com a “boa vontade” de orientar e investir nos planos e projetos elaborados. O Governo não conseguiu criar mecanismos capazes de impulsionar essas comunidades a superarem o “ciclo vicioso” da pobreza (Silva, 2014).

Silva (2014) contextualiza que uma das conquistas desse governo foi a aprovação da PNAN, em 1999. Essa conquista foi resultado do esforço de um grupo de técnicos remanescentes do INAN, extinto em 1997, que durante a preparação da Conferência Mundial de Alimentação, em 1996, deu início ao debate sobre a necessidade de elaboração dessa política no Brasil:

> No desenho gerencial inicial, a PNAN era coordenada pela Coordenação Geral de Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN), vinculada ao Departamento de Atenção Básica do MS, e sua estrutura de trabalho nacional contava com: 27 coordenações estaduais de alimentação e nutrição; seis Centros Colaboradores em

> Alimentação e Nutrição (Cecan); e três Centros de Referência (CEREF), além de uma rede não institucional de colaboradores temáticos (Silva, 2014, p. 27).

Outro ponto de destaque desse governo foi consolidar o plano de estabilização monetária, intitulado como Plano Real, resultando, em anos posteriores a 1995, em uma estabilização dos preços dos alimentos, evitando as variações que estavam comprometendo a renda da parcela mais pobre da população. Essa estabilização favoreceu a programação melhor do orçamento público ao longo do ano (Silva, 2014).

Silva (2014) pontua que muitos críticos afirmaram que a estabilidade não garantiu oportunidades de trabalho e renda para a população brasileira, considerando que houve elevação da dívida pública, queda da capacidade de investimento em programas sociais e desmantelamento e venda do patrimônio público a preços baixos. Entretanto, esse cenário favoreceu a criação de uma série de programas de transferência direita de renda para a população mais pobre a partir do ano 2000, como exemplo, o Programa Bolsa Alimentação, coordenado pelo Ministério da Saúde (MS) com o objetivo de atender crianças menores de 6 anos e gestantes de baixa renda; o Programa Vale Gás, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME); e, o Bolsa Escola, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). Esses programas apresentaram certa fragilidade, uma vez que cada órgão tinha seus critérios de elegibilidade, bancos de dados de beneficiários e estratégias de implementação, eram desarticulados com os objetivos de combate à pobreza.

Em 2003, as ações direcionadas para promover segurança alimentar e nutricional receberam um novo impulso, quando, com a implantação do Programa Fome Zero (PFZ), um conjunto de políticas e programas relacionados a essa temática se tornaram prioridade para o Estado Brasileiro (Kepple; Segall-Corrêa, 2011). O PFZ rompeu com ações isoladas de combate à fome, que eram dispersas, pontuais e sem nenhum tipo de avaliação (Belik, 2003; Albuquerque, 2009). Portanto, tornou-se fundamental definir indicadores capazes de avaliar o impacto das políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Com o PFZ, destacam-se as principais alterações institucionais: recriação do CONSEA; criação de uma assessoria especial à Presidência da República para cuidar do processo de mobilização popular para o combate à fome; criação de um Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), com o objetivo de formular e implantar políticas de segurança alimentar (Silva, 2014).

O CONSEA foi reinstituído como órgão de assessoramento ao Presidente da República em 2003, composto de 1/3 por setores de governo e 2/3 pela sociedade civil. Nessa nova gestão, o CONSEA formulou o Plano de Safra da Agricultura Familiar, articulando

ministérios e organizações sociais numa proposta negociada; realizou a II, III, IV e V Conferência Nacional de SAN, trazendo contribuições ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, incluindo ampliação do *per capita* no repasse aos municípios e ampliação do público-alvo; formulou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006, instituindo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (Burlandy, 2009). Com base nesses avanços, o Brasil já chegou a ser internacionalmente admirado por suas políticas voltadas à SAN, juntamente com o funcionamento do CONSEA, resultando na saída do Mapa da Fome das Nações Unidas em 2014[9].

Entretanto, cabe aqui chamar a atenção para o retrocesso e desmonte de programas e políticas públicas já consolidadas e que apresentavam resultados eficientes no combate à fome a partir da gestão do Presidente da República Jair Bolsonaro (2019-2022), que demonstrou a falta de prioridade em estabelecer políticas e programas relacionadas à segurança alimentar, com a extinção do CONSEA já no primeiro dia de governo. Além disso, em 2021 houve a extinção do PAA e do PBF, substituídos pelos programas Alimenta Brasil e Auxílio Brasil, apresentando problemas em relação a abrangência[10] (Penssan, 2022; Shappo, 2021; Martins *et al*., 2022).

Schappo (2021) contextualiza que durante esse período houve a pandemia da Covid-19, emergindo em um contexto de três crises estruturais das sociedades hegemônicas contemporâneas e o sistema Terra, sendo elas, "a emergência climática, a aniquilação em curso da biodiversidade e o adoecimento coletivo dos organismos, intoxicados pela indústria química" (p.35), gerando impactos em diferentes países, deixando-os mais vulneráveis e desiguais.

Com base nisso, a fome e a insegurança alimentar já apresentavam sinais de agravamento nos últimos anos e estavam em situação de alerta em decorrência da pandemia da Covid-19. Os retrocessos na política de segurança alimentar são percebidos a partir da crise

[9] "Os dados do relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014) indicam que, nesse ano, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome. Entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. O coeficiente de Gini caiu de 59, em 1999, para 51, em 2014, e a renda aumentou entre os mais pobres, resultando em uma redução da pobreza e da desigualdade durante a primeira década de 2000. Destaque-se que, no período entre 2004 e 2014, 26,5 milhões de brasileiros abandonaram a pobreza. A prevalência de desnutrição diminuiu de 11,9%, no período 1999-2001, para menos de 2,5%, no período 2008-2010" (Schappo, 2021, p. 40).

[10] Mesmo com o Auxílio Brasil, a fome ainda se fez presente em 21,5% dos domicílios que conseguiram receber esse benefício (PENSSAN, 2022). A hipótese é que o recurso tem sido usado para atendimento de outras necessidades básicas, como pagamento de aluguel, luz, água ou gastos com saúde. Sobre o auxílio emergencial, foi observado que ele não foi direcionado para os domicílios que estão em situação de maior risco alimentar. Muitos foram os casos de famílias com renda per capita inferior a ¼ do salário-mínimo que não receberam o auxílio (PENSSAN, 2022).

econômica de 2014, quando foram implementadas medidas direcionadas pela política neoliberal, aprofundadas pelos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. É importante mencionar que, antes da pandemia, o Brasil estava inserido em um contexto de:

> [...] política polarizada, crise econômica, altas taxas de desemprego e reformas no aparato institucional de proteção social, além de demonstrar de acordo com dados do IBGE (2019), um aumento no número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, totalizando 13,5 milhões. Soma-se a isso o progressivo desmonte dos programas e políticas relacionados a projetos de segurança alimentar e combate à fome (Martins *et al.,* 2022, p.10).

Desse modo, toda essa problemática de crise econômica, desigualdades sociais e o desmonte das políticas públicas que poderiam amenizar o impacto disso, resultou em 125,2 milhões de brasileiros com insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome grave[11] (Penssan, 2022).

Em 2023, com a posse do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato, o CONSEA é reinstalado com o objetivo de retomar e atualizar a agenda de combate à fome e à IA.

3.3 Mensuração da Segurança Alimentar

Albuquerque (2009) destaca que as avaliações da condição de segurança alimentar de grupos populacionais, historicamente, focavam nos padrões de consumo alimentar, nas fontes de acesso ao alimento e nos padrões nutricionais. Essas avaliações eram feitas por meio de um balanço alimentar, instrumento que mostra os níveis médios de consumo alimentar (calorias médias) por pessoa por dia. Esse instrumento ajuda a identificar as prioridades na análise de consumo e reflete a preocupação global sobre a política alimentar:

> Os padrões nutricionais consideravam, principalmente, a avaliação antropométrica de crianças menores de cinco anos (estado nutricional expresso por peso ao nascer, peso para idade, peso para altura e altura para idade). O estado nutricional de um indivíduo é um marcador não específico do seu estado geral de saúde e estado de crescimento. O exame antropométrico avalia o impacto da (in) segurança alimentar e

[11] Esses dados foram encontrados no Relatório do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. Trata-se de um inquérito de base populacional com entrevistas face a face contemplando as cinco macrorregiões brasileiras, incluindo todos os 26 estados da Federação e o distrito federal, considerando áreas urbanas e rurais. A coleta de dados foi realizada de novembro de 2021 a abril de 2022. A amostra probabilística resultou em 12.745 domicílios, tendo sido estimados intervalo de confiança de 95% e margem de erro máxima para o total da amostra de 0,9 ponto percentual para mais ou para menos. O instrumento para coleta de dados foi a EBIA de oito perguntas.

> nutricional, porque o foco é a interpretação da expressão plástica do corpo humano (Albuquerque, 2009, p. 900).

Para medir e acompanhar o grau de carência alimentar, a FAO utiliza o indicador de disponibilidade calórica média diária *per capita* dos diferentes países, calculado por meio do balanço entre alimentos produzidos, exportados e as estimativas de desperdício, o valor resultante é transformado em calorias e dividido pelo número de habitantes. Conforme essa análise, o grau de carência alimentar está associado ao nível de renda da família ou do indivíduo, assim, o valor monetário mínimo *per capita* necessário para a compra de uma cesta básica de alimentos poderia determinar o consumo calórico previamente definido, considerando que a FAO recomenda um consumo calórico ideal de 2.200 *Kcal/dia* por pessoa. Esse indicador dificulta a identificação da população sob risco de IA em nível local, sendo somente um bom indicador para comparação da disponibilidade de alimentos entre países. Segundo esses dados, o Brasil tem uma disponibilidade média *per capita* por dia de 3.110 *Kcal* (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

Essa forma de medir o nível de IA pode contribuir para compreensão da magnitude do risco de fome no país, colaborando com a alocação de recursos para implementação de políticas públicas pertinentes ao problema, todavia, essa análise acaba tornando os grupos populacionais totalmente homogêneos (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

Existem outros indicadores usados no Brasil voltados para medir o consumo alimentar considerando os dados recordatórios quantitativos das últimas 24 horas, frequência de consumo de alimentos em determinado período e/ou gastos familiares com a aquisição de alimentos. Esses indicadores podem ser bastante invasivos e repletos de muita variabilidade em suas coletas de dados, exigindo muito treinamento dos entrevistadores para que consigam obter informações reais das famílias, são inquéritos de difícil aplicação e de alto custo (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

Kepple e Segall-Corrêa (2011) afirmam que uma forma útil de conceituar segurança alimentar é dividindo-a em dimensões: “disponibilidade de alimentos”; “acesso aos alimentos”; e a “utilização biológica dos alimentos”. A FAO, por exemplo, usa a abordagem voltada para a disponibilidade de alimentos, que deixa as outras dimensões sem análise, resultando em dados incompletos que não apresentam informações sobre casos de restrição ao acesso de alimentos e impactos nas condições de saúde como ausência de saneamento básico e outras questões relacionadas à qualidade de vida. Belik (2003) problematiza que, conforme essa análise da FAO, os alimentos podem estar disponíveis, mas as populações pobres nem

sempre podem ter acesso a eles, por motivos de renda, conflitos internos e ações de monopólios ou até mesmo desvios.

Os métodos mais tradicionais para análise da dimensão de acesso aos alimentos são baseados na renda *per capita* e no consumo alimentar. Nos últimos anos, as escalas psicométricas da percepção da IA ao nível domiciliar têm apresentado ferramentas importantes para medir o acesso aos alimentos. Geralmente são instrumentos quantitativos com recursos estatísticos para a análise, só que são chamados de indicadores qualitativos por medir fenômenos subjetivos. Sobre o indicador "qualidade dos alimentos consumidos", Belik (2003) menciona que isso leva em consideração fatores como risco de contaminação, problemas de apodrecimento ou outros relacionados aos prazos de validade dos produtos alimentícios. Ademais, quando se fala em qualidade, tem que considerar a condição de consumir alimentos de forma digna, ou seja, em um ambiente limpo e seguindo as normas tradicionais de higiene, condenando práticas como misturas, rações, preparações energéticas com o objetivo de combater a desnutrição. O autor menciona ainda que muitos estudiosos têm relacionado o indicador "qualidade" com o não uso de alimentos transgênicos.

Em relação ao indicador "regularidade", Belik (2003) aponta que isso significa o acesso constante à alimentação, considerando uma média de três vezes ao dia. Desse modo, uma população que tenha acesso esporádico às cestas de alimentos pode estar em insegurança alimentar, conforme essa análise.

Com base nisso, as autoras Kepple e Segall-Corrêa (2011) mencionam que nos Estados Unidos (EUA), as ONGs, instituições acadêmicas e entidades governamentais se mobilizaram a partir dos anos 1980 com a finalidade de definir novos indicadores para mensuração da fome, uma vez que as escalas antropométricas não respondiam às necessidades de análise, pois a obesidade estava cada vez mais presente na população vulnerável daquele país. Como resultado, dois projetos de pesquisa foram apresentados: os indicadores de *Cornell/Radimer* e o projeto Comunitário de Identificação de Fome Infantil (*Community Childhood Hunger Identification Project* – CCHIP).

O projeto desenvolvido na Universidade de Cornell por Radimer *et. al.* buscou analisar a fome por meio de uma abordagem qualitativa, buscando criar indicadores quantitativos através da experiência das pessoas que vivenciaram situações de privação alimentar. A pesquisa apresentou o seguinte resultado para identificação da insegurança alimentar: "(1) segurança alimentar no domicílio (SA); (2) insegurança alimentar em nível domiciliar (IA leve); (3) IA entre adultos da família (IA moderada); e (4) IA entre crianças (IA severa)"

(Kepple; Segall-Corrêa, 2011, p. 193). Nessa análise, a insegurança alimentar tem a seguinte definição:

> Inicialmente, a insegurança é sentida em nível do domicílio e depois, quando a situação piora, em nível individual. Primeiro os adultos começam a pular refeições, ou diminuir as porções de alimentos, e por último as crianças começam a passar por essa experiência, o que indica uma situação ainda mais grave no âmbito da família (Kepple; Segall-Corrêa, 2011, p. 193).

Já o instrumento desenvolvido pelo projeto CCHIP é composto por perguntas sobre a falta de dinheiro para a compra de alimentos, a suficiência de alimentos em termos de quantidade e variedade e refeições diminuídas ou excluídas. Os indicadores avaliavam a periodicidade da IA, com perguntas que identificavam o número de meses por ano e o número de dias por mês em que os entrevistados passavam por aquela situação, com a seguinte metodologia:

> [...] as respostas positivas eram somadas numa escala única, fornecendo um escore total que determinava a IA (seguro ou não), diferente do instrumento Cornell/Radimer, que avalia cada componente da IA individualmente, distinguindo entre IA em nível domiciliar, individual, e em crianças. Embora seja a IA, de fato, um fenômeno multidimensional, foi decidido adotar uma escala unidimensional para o módulo final nacional, que possibilitasse a aplicação de teorias psicométricas para avaliar algumas propriedades do instrumento (Kepple; Segall-Corrêa, 2011, p. 194).

Os dois projetos de pesquisa apresentaram resultados bastante confiáveis em relação à análise do nível de insegurança alimentar, desse modo, uma equipe de pesquisadores dos EUA propôs um único instrumento com a inclusão dos resultados dos dois projetos; assim, o instrumento adotado nos EUA é o *USDA Core Food Security Module*, hoje denominada *US Household Food Security Survey Measure* (HFSSM) (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

Em 2003 e 2004, foi aplicado o questionário dos EUA no Brasil a fim de validação, os participantes sugeriram adaptações para os contextos socioculturais diversos, desse modo, o questionário adaptado foi aplicado em uma amostra rural. Com o propósito de medir a percepção da insegurança alimentar e fome ao nível domiciliar, o instrumento incluiu a renda familiar e o consumo diário de alimentos. No questionário aplicado na zona rural, foram acrescentadas perguntas sobre produção agrícola e produção de alimentos para autoconsumo (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

Conforme a análise de Kepple e Segall-Corrêa (2011), a escala, intitulada no Brasil como EBIA, representa uma evolução na conceituação da SAN, os resultados têm demonstrado bastante confiabilidade com a realidade social, mesmo sendo uma quantificação

de um fenômeno subjetivo. Todavia, as autoras problematizam sobre a subjetividade subjacente da escala, mesmo sendo baseada em estudos científicos rigorosos. Para elas, a exemplo das pesquisas clínicas e da área de saúde pública, que anteriormente só consideravam os aspectos físico-biológicos, demorou a reconhecer a importância de analisar os aspectos relativos à saúde mental, equilíbrio emocional e da espiritualidade envolvida nos processos físico-biológicos do corpo. Cabe também ao método de análise do nível de IA, considerar e mensurar as dimensões psicológicas e sociais da fome. Na opinião das autoras:

> A EBIA é usada como recurso e método quantitativos para medir um fenômeno de natureza social, portanto, sua associação a estudos de abordagem qualitativa contribuiria bastante para uma compreensão mais aprofundada da SAN, sendo especialmente útil para o entendimento dos processos aqui mencionados e identificação dos fatores que condicionam ou determinam a insegurança alimentar (Kepple; Segall-Corrêa, 2011, p. 196).

Azevedo e Ribas (2016) mencionam que a EBIA, utilizada na PNAD, define a insegurança alimentar em três níveis: Insegurança Alimentar leve (ocorre quando há incerteza na garantia do alimento); Insegurança Alimentar moderada (ocorre quando a qualidade e a variedade dos alimentos estão comprometidas); e, Insegurança Alimentar grave (ocorre quando não são consumidos alimentos durante um dia inteiro ou mais). Ela é composta por 15 itens que entre questões quantitativas e econômicas, é apresentada com alguns indicadores:

> [...] porções insuficientes, finitude ou restrição quantitativa da comida em casa, sentimento de fome, falta de dinheiro para comprar comida, poucas opções de alimentos por falta de recursos financeiros para compra, etc. Os resultados dessa escala são inseridos em categorias quantitativas: insegurança alimentar leve, moderada ou grave" (Azevedo; Ribas, 2016, p. 243).

A EBIA, além de inserir a SAN no rol da produção sistemática de informação, viabilizando a análise de impactos, tendências e pontos de inversão do fenômeno ao nível populacional, representa também um ganho político ao ser evidenciada em um campo oficial de análise, favorecendo a inserção de seus dados em estudos já consolidados como exemplo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, articulando outros indicadores como a equidade territorial das regiões brasileiras, renda *per capita* e os quesitos cor/raça, escolaridade e situação de trabalho (Azevedo; Ribas, 2016). A escala é um ótimo instrumento para análise da vulnerabilidade em termos de alimentação e nutrição de núcleos familiares, capaz de obter informações sobre a realidade, avança em relação a outras metodologias focadas somente na disponibilidade de alimentos por população. Entretanto, a escala "não identifica o desequilíbrio e a erosão cultural da dieta e dos sistemas alimentares ou a

contaminação química e genética dos alimentos como elementos de insegurança" (Azevedo; Ribas, 2016, p. 244).

3.4 O que dizem as pesquisas internacionais sobre a Segurança Alimentar e os povos indígenas

Mensurar a insegurança alimentar entre os povos indígenas tem sido tema de variadas pesquisas em busca de um instrumento que realmente assegure uma comparação entre países, comunidades e etnias com costumes, valores e conhecimentos variados (Yuyama *et al*. 2008). Nesta direção, analisamos pesquisas realizadas em todo o mundo em contextos socioculturais diversos a fim de identificar as categorias e variantes do conceito de Segurança Alimentar mais usadas nesses estudos, assim como a abordagem metodológica para a obtenção dos dados.

Os estudos conceituam segurança alimentar em três pilares: disponibilidade (quantidades suficientes de alimentos), acesso (capacidade de obter alimentos sendo de forma tradicional ou por compra) e utilização (capacidade de atender às necessidades de nutrientes diários). Para analisar a segurança alimentar entre os indígenas, esses pilares devem ter relação com o acesso aos alimentos tradicionais, que já são aceitos culturalmente. A definição de segurança alimentar tem relação com o acesso físico e econômico contínuo a alimentos nutritivos e seguros. Em outras palavras, isso ocorre quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às preferências alimentares, assim como as necessidades nutricionais para uma vida saudável e ativa (Walch, 2018, Soares *et al*. 2021, Mccarthy *et al*. 2018, Lee; Lewis, 2018 e Lugo-Morin, 2020).

Na pesquisa de Temple e Russell (2018), a insegurança alimentar é definida como a disponibilidade limitada ou incerta de alimentos nutricionalmente adequados, sendo compreendida também como a capacidade limitada de adquirir alimentos socialmente aceitos. A insegurança alimentar foi medida principalmente a partir da indagação se a família ficou sem comida e não podia comprar nos últimos 12 meses. Quando a resposta era sim, foi perguntado se ficaram sem comer ou conseguiram comida de alguma outra forma como caça, pesca, doações, dentre outros meios. Os que respondiam "não" na primeira pergunta foram classificados como "segurança alimentar". Os que respondiam "sim" na primeira e "não" na segunda foram classificados como "insegurança alimentar – esgotamento alimentar", pois ficaram sem dinheiro para adquirir comida, mas não sem comida. Os que responderam "sim" na primeira e na segunda pergunta foram classificados como "insegurança alimentar –

esgotamento e ingestão inadequada de alimentos". Como resultado, foi identificado que a insegurança alimentar ocorre por fatores de risco sociodemográficos como renda, estado civil e situação de fumante[12]. Ademais, também está relacionada com fatores socioeconômicos, assim como o fato do indígena falar somente a língua nativa.

As famílias aborígines e das ilhas do Estreito de Torres da Austrália vivenciam diversas experiências de insegurança alimentar em razão de recursos financeiros limitados e aumento do custo de vida. Na pesquisa realizada por Mccarthy *et al.* (2018), foi constatado que a reciprocidade e o compartilhamento entre famílias contribuem para colocar comida à mesa, mas é um suporte frágil, pois depende de relacionamentos harmoniosos entre os membros da família.

As populações indígenas em todo o mundo têm altas taxas de insegurança alimentar e resultados negativos para a saúde. Os Batwa, indígenas que vivem em Uganda, África Ocidental, têm vivenciado a expropriação de terras e transição forçada do estilo vida agrário. Vários povos indígenas de todo o mundo perderam as suas terras e estilos de vida tradicionais, e vivenciam a não adaptação a novos ambientes com prejuízos para saúde física e mental. Entretanto, a pesquisa mostrou que no caso dos Batwa tem agravado a pobreza extrema, pois eles não têm experiência, conhecimento, redes e recursos para serem realocados ou forçados a novas opções de subsistência (Patterson *et al.* 2017).

De acordo com a pesquisa de Johnson-Down *et al.* (2019), realizada a partir de um questionário adaptado para analisar a segurança alimentar entre os indígenas do Canadá, foi observado que as Primeiras Nações apresentam altas taxas de doenças crônicas relacionadas à insegurança alimentar, por falta de acesso físico e financeiro a alimentos saudáveis, tanto de mercado como de alimentos tradicionais, adquiridos pelos ecossistemas locais, como caça, peixes, aves e plantas. Foram classificados como segurança alimentar os domicílios que não relataram dificuldade com o acesso a alimentos relacionados à renda. Já os com insegurança alimentar marginal foram verificados mediante alguma preocupação ou problema com o acesso aos alimentos. A insegurança alimentar moderada foi constatada quando houve o comprometimento da qualidade e/ou quantidade dos alimentos e a grave a partir da redução da ingestão alimentar por falta de renda.

A pesquisa de Macneill (2020) buscou analisar a compreensão dos povos indígenas estudados (Garifunas de Honduras) sobre soberania alimentar. Eles a definiram como a reivindicação de terras tradicionais, respeitando a herança cultural e tradições. Esse povo

[12] É considerado fumante o indivíduo que fumou mais de 100 cigarros, ou 5 maços de cigarros, em toda a sua vida e fuma atualmente (OPAS, 1995).

vivenciou um processo histórico de invasões às suas terras, de colonização e aniquilação da população.

Bogdanova *et al.* (2020) afirmam que povos indígenas da Rússia, habitantes do noroeste circumpolar da Sibéria Ocidental, têm a sua segurança alimentar associada ao acesso à carne de rena em quantidade suficiente e engajamento no mercado de exportação de produtos derivados de renas. A soberania alimentar desse povo foi ameaçada ainda mais no contexto de pandemia da covid-19, pois eles perderam o controle do seu sistema alimentar. Conforme esse estudo, a soberania alimentar está relacionada ao direito de definir as suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo sustentáveis de alimentos. Ela tem relação com a promoção da produção de pequeno e médio porte, respeitando as formas tradicionais de produção agrícola, gestão do uso da terra e comercialização. Todavia, a integração de produtores de pastoreio de renas da Sibéria Ocidental nas cadeias de valor globais e aumento das exportações têm impactado negativamente os indígenas. Com a pandemia, esse povo passou a ter acesso limitado a alimentos, combustível, medicamentos, procedimentos de vacinação para renas e instalações de abate. Somando-se a isso, tem-se o aumento dos custos de produção, restrições de mobilidade e poder de compra reduzido.

Levkoe *et al.* (2019) apresentaram o Círculo Alimentar Indígena do Canadá como resultado da interação indígena com *Thunder Bay*[13] e da Estratégia Alimentar da Área, um conselho regional de política alimentar com princípios da soberania alimentar com ação coordenada entre as partes interessadas multissetoriais. Buscou-se, para tanto, promover a autossuficiência alimentar regional, ambientes saudáveis e economias prósperas. Os membros do conselho elaboraram a carta alimentar com os valores, princípios e prioridades dos sistemas alimentares regionais de *Thunder Bay* – Canadá, que deveriam ser priorizados pelos governos, empresas e organizações locais. Essa pesquisa apresentou dados de como o conselho ainda precisa dar voz de liderança para as comunidades indígenas para que consiga efetivar sistemas alimentares saudáveis, equitativos e sustentáveis. O Círculo Alimentar Indígena precisa continuar criando espaço para que os povos indígenas apresentem e implementem os seus próprios sistemas de conhecimento alimentar.

Em uma pesquisa realizada para avaliar a disponibilidade e consumo de alimentos tradicionais em comunidades indígenas remotas no Território do Norte, Austrália, foram selecionadas 20 comunidades para estudo e todas tinham lojas de alimentos, assim como programas de alimentação baseados na comunidade como nutrição escolar e alimentação para

[13] Cidade situada em Canadá.

idosos. Além disso, todas tinham acesso a comidas consideradas tradicionais. A pesquisa buscou identificar a frequência com que os alimentos tradicionais eram consumidos pelas famílias, considerando os alimentos caçados e coletados, incluindo os de produção própria. Este estudo constatou que a comida tradicional não só contribui para a dieta contemporânea dos indígenas como também reduziu os índices de insegurança alimentar e os gastos com a compra de alimentos nas lojas. As 20 comunidades tinham acesso aos alimentos tradicionais de origem animal e vegetal durante todo o ano, sendo predominantes os alimentos de origem animal. O estudo concluiu que os alimentos tradicionais são nutricionalmente superiores e de baixo valor monetário para os indígenas (Ferguson, 2017).

O estudo de Tremblay *et al.* (2020) apresenta que a colheita de alimentos na natureza pelos povos indígenas está ligada à espiritualidade, maneiras de ver a vida e vínculos com a tradição. Assim, a escolha dos alimentos tem relação com um fenômeno social e cultural, que está ligado à identidade de um povo.

A pesquisa de Gan *et al.* (2020), realizada entre os indígenas da Malásia, menciona que as técnicas de obtenção de alimentos dos indígenas eram via aquisição em mercados, pesca nos lagos e rios próximos e colheita de alimentos na floresta. As fontes alimentares estão sendo deterioradas, ameaçando a reprodução e a sobrevivência das espécies alimentares tradicionais. Os Jahai, se encontram em situação de insegurança alimentar, considerando que têm baixo poder aquisitivo, e devido aos altos custos com o transporte, estão com dificuldade no abastecimento de alimentos para as famílias.

Os métodos que os indígenas adquirem alimentos são divididos em duas categorias: modernas (comprar e receber assistência alimentar) e práticas tradicionais (agricultura, caça, pesca e coleta de frutos). Com a globalização, os indígenas passaram por processos de modernização e assimilação de outros sistemas alimentares. Dessa maneira, foram incorporados às suas dietas alimentos industrializados que têm um impacto negativo na sua saúde, com o aumento da obesidade. Mesmo com as práticas modernas para a aquisição de alimentos, os indígenas não estão isentos da insegurança alimentar, uma vez que eles estão com baixo poder de compra. Isso resulta não só na quantidade insuficiente de alimentos, mas também na variedade para atender às necessidades dos membros da família (Gan *et al.* 2020).

Para Delormier *et al.* (2017), a segurança alimentar deve ser compreendida como o acesso aos sistemas alimentares tradicionais e relações com a terra. As responsabilidades comunitárias geram um vínculo e estratégias de resiliência que possibilitam a superação da fome em tempos de crise, assim como o acesso a programas sociais e instituições de caridade. Desse modo, possibilitar a segurança alimentar dos povos indígenas envolve a proteção da

base territorial para que possam produzir alimentos e nutrir as suas conexões espirituais com a comida. A insegurança alimentar e, consequentemente, os problemas de saúde advindos dela requer o desenvolvimento de pesquisas e políticas que descolonizam os alimentos e sistemas de conhecimento dos povos indígenas, assim como ações de promoção da saúde que visam respeitar a governança indígena. O conceito de soberania alimentar indígena está associado à capacidade deles tomarem decisões sobre os alimentos que comem e a continuidade de práticas alimentares culturais.

As abordagens sobre segurança alimentar se concentram em efetivar o acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos. Já a soberania alimentar busca construir regimes alimentares que compreendam a necessidade de desafiar o pensamento e as estruturas coloniais, garantindo o direito a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados por meio de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis (Delormier *et al.* 2017).

A pesquisa de Timler *et al.* (2019) apresentou dados sobre as altas taxas de insegurança alimentar e doenças relacionadas à escassez de alimentos saudáveis que as comunidades indígenas do Canadá estão vivenciando. Isso está relacionado ao acesso físico, social, educacional e econômico, que impossibilita o acesso em quantidade e qualidade aos alimentos necessários para atender às necessidades nutricionais. Nessa pesquisa, apresenta-se o programa de horta na prisão que cultiva hortaliças para as comunidades indígenas da região. Esse programa, apesar da boa intenção, reforça o colonialismo presente nos projetos direcionados a essas comunidades e que reproduzem obstáculos de acesso a alimentos realmente significativos para os povos indígenas. Somando-se a isso, inclui-se a expropriação de terras, dependência de alimentos processados e de uma renda para obtenção de alimentos.

A segurança alimentar oferece um conceito de saúde alimentar, enquanto a soberania alimentar está associada à (re)conexão com sistemas e práticas alimentares tradicionais e pode possibilitar não apenas segurança alimentar, mas autoestima e bem-estar de uma comunidade por poder decidir e escolher a melhor forma de produzir seus sistemas alimentares. Com base nisso, a segurança alimentar é só uma forma importante de satisfação das necessidades nutricionais básicas, enquanto a soberania alimentar está relacionada com o significado dos alimentos para os povos indígenas (Timler *et al.* 2019).

O programa da horta na prisão, mencionado por Timler *et al.* (2019), oferece um bom exemplo sobre a possibilidade de garantia de segurança alimentar para os povos indígenas a partir da doação de alimentos e orientações nutricionais, contudo, ele foi implementado de forma totalmente desalinhada das necessidades da comunidade, considerando que a oferta dos alimentos não era culturalmente aceita pelos indígenas. É válido destacar que essa oferta

ofereceu a oportunidade aos indígenas experimentarem novos alimentos e receitas, mas não garante soberania alimentar e tem um caráter totalmente colonizador, pois impõe um novo sistema alimentar. Projetos com viés colonizador continuarão reproduzindo insegurança alimentar e não apresentarão um impacto significativo, mas temporário, uma vez que ignoram os direitos à terra e de escolha dos seus próprios sistemas alimentares. Esses projetos dão a impressão de que alguma atitude está sendo tomada em relação à insegurança alimentar desse povo, mas reforçam os legados coloniais (Timler *et al.* 2019).

Conforme os dados apresentados por Domingo *et al.* (2021), obtidos a partir do estudo realizado entre as comunidades das Primeiras Nações dos Tratados de Williams no sul de Ontário (Canadá), a soberania alimentar é compreendida como o direito a alimentos saudáveis e aceitos culturalmente, produzidos por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, o que está relacionado com o direito dos povos de participarem da tomada de decisões sobre os seus próprios sistemas alimentares. Considerando que em todo o mundo as práticas culturais dos indígenas para adquirir alimentos foram afetadas, garantir a soberania alimentar desse povo se caracteriza como um grande desafio devido às mudanças climáticas globais e contaminação ambiental dos sistemas alimentares. Ademais, foi enfatizada a importância de que a aquisição de alimentos da terra, seja por caça, pesca ou jardinagem, respeitem as práticas tradicionais e seja realizada de forma a proteger o meio ambiente.

Como resultado da pesquisa, a segurança alimentar foi associada pelo povo estudado como uma forma de promover o bem-estar geral, com a possibilidade de aquisição de alimentos por formas tradicionais e por fontes não tradicionais (comprados em lojas). Os membros da comunidade gostariam de ter garantida a capacidade de cultivar e produzir alimentos durante todo o ano, assim como também poderem compartilhar esses alimentos com o restante da comunidade. O estudo apresenta a fragilidade de manutenção de sistemas alimentares tradicionais, devido às alterações na abundância, distribuição e saúde das espécies. Os indígenas mencionaram que os peixes são menores e apresentam feridas, o clima está mais seco, o que causa queimadas, as plantas e os alimentos locais estão mudando a época de temporada, devido aos contaminantes ambientais, que impactam a qualidade da água e do solo. A comunidade manifestou interesse em recuperação do acesso à terra, revitalização dos sistemas alimentares locais e controle sobre as formas de obter alimentos saudáveis. Esse desejo está teoricamente relacionado ao conceito de soberania alimentar (Domingo *et al.* 2021).

Com base nesses estudos apresentados, observa-se que as pesquisas que buscam estudar a segurança alimentar entre os indígenas podem não conseguir apresentar o próprio

sistema alimentar desse povo se tiverem um caráter colonizador. Os sistemas alimentares são identificados não somente pelo conhecimento ecológico tradicional das espécies selvagens e os métodos de caça ou colheita, mas pelas questões de gosto, preferência, identidade e espiritualidade.

3.5 O que dizem as pesquisas nacionais sobre a Segurança Alimentar e os Povos Indígenas

As sociedades indígenas brasileiras vivem em um acelerado processo de mudanças socioculturais e econômicas, resultado do contato permanente com a sociedade nacional. Essas mudanças alteraram os hábitos alimentares e estado nutricional desses povos, principalmente pelo envolvimento na economia de mercado regional. Por diversos fatores, os indígenas têm cada vez menos se interessado pelas práticas tradicionais de subsistência, reduzindo a variabilidade alimentar e aumentando a dependência de produtos industrializados. Somado a isso, as populações indígenas são de alta vulnerabilidade para a ocorrência de desnutrição proteico-energética e de outras carências nutricionais e, assim, essas mudanças têm agravado o perfil de saúde desses povos (Coimbra Júnior; Santos, 1991; Moura *et al*., 2010).

Ribas *et al.* (2007) afirmam que as práticas de subsistência têm se tornado cada vez mais escassas ao longo dos anos em virtude da instalação de novos regimes econômicos e diminuição de espaços territoriais, agravando os casos de carência alimentar. Em razão do reuso do solo, existem áreas que antes eram favoráveis ao cultivo de diversas espécies e que hoje são consideradas impróprias para o cultivo. Desse modo, a continuidade de produção de alimentos em terras indígenas perpassa por uma série de problemas:

> Entre eles podemos mencionar a presença ilegal de posseiros em terras indígenas e a retirada ilegal de recursos das reservas por não-índios, como é o caso da atuação das madeireiras e de garimpeiros. Nesses casos, além dos conflitos entre índios e invasores, há a degradação ambiental que resulta dessas atividades: grandes áreas podem ficar comprometidas por décadas, sem que seja possível utilizá-las na produção de alimentos. Além disso, em muitos casos as populações indígenas são inicialmente expulsas de seus territórios e só conseguem retornar se for feita a demarcação de suas terras. Por vezes, o retorno acontece quando as áreas já foram intensamente desmatadas e exploradas, o que também significa solos empobrecidos e comprometimento da fauna e flora (Ribas *et al*. 2007, p. 2014).

As pesquisas sobre insegurança alimentar em terras indígenas no Brasil têm apresentado dados sobre o empobrecimento dos hábitos alimentares, com o abandono de alimentos de uso tradicional e aumento do consumo de produtos industrializados com menor

valor nutricional, causando consequentemente, o aumento de doenças crônicas. A redução da diversidade alimentar, deixando a dieta cada vez mais monótona, com bastante frequência de alimentos de elevado teor de açúcar, gordura e sódio, são as principais causas disso, considerando que os alimentos mais nutritivos, em geral, são menos acessíveis e mais caros para essas populações. Com alteração das práticas de subsistência, há também a redução de atividades físicas, o que vem resultando em excesso de peso, com quadros de sobrepeso e obesidade em adolescentes e adultos, relacionados com doenças cardiocirculatórias, hipertensão e diabetes. Além disso, vários estudos têm evidenciado casos de desnutrição infantil (Ribas *et al.,* 2007; Salgado, 2007; Garnelo; Welch, 2009; Moura *et al.*, 2010).

As mudanças nos hábitos de vida provocam mudanças na alimentação, e, de acordo com Salgado (2007), diminui a resistência física, deixando vulnerável às doenças. O autor faz referência às novas formas de produzir alimentos, adotadas nas últimas décadas pelos homens. Ele fala principalmente sobre a atuação do homem na natureza, provocando a alteração dos biomas e impactando as terras e populações indígenas. As consequências dessas intervenções estão relacionadas, principalmente, à insegurança alimentar desse povo. Uma observação feita pelo autor é sobre o fato de grande parte das áreas preservadas no Brasil estarem localizadas em terras indígenas. Todavia, dependendo do grau do contato e a forma de interação com outras culturas, pode ter afetado também a segurança alimentar dos povos indígenas, uma vez que:

> A qualidade da alimentação está ligada, antes de tudo, a preferências culturais experimentadas, passadas e fixadas ao longo de gerações e que estabeleceram uma condição razoável de desenvolvimento biológico saudável. Está ligada também aos conhecimentos e indicações repassadas aos pajés e xamãs através de mecanismos rituais de percepção extrassensorial (Salgado, 2007, p. 159).

Gimeno *et al.* (2007) afirmam que a saúde de uma pessoa está relacionada ao ambiente e às condições de vida da comunidade que convive, assim, mudanças no estilo de vida e hábito alimentar estão totalmente associados às doenças crônicas não-transmissíveis, como doenças cardiovasculares e diabetes mellitus. Os povos indígenas estão inseridos em dados que relatam o aumento de doenças cardiovasculares, diabetes mellitus e transtornos mentais entre eles.

Athila e Leite (2020) afirmam que essa vulnerabilidade no quadro de saúde dos povos indígenas tem sido tema de pesquisas em todo o mundo. No Brasil, o perfil epidemiológico indígena tem se apresentado de forma desigual do segmento não indígena, sendo

predominante quadros de doenças infecciosas e parasitárias como causas de morbidade e mortabilidade.

A situação da saúde dos povos indígenas do Brasil perpassa por uma série de desigualdades sociais que marcam a fronteira entre ser indígena e não indígena. Esses povos estão inseridos em um contexto histórico de conflitos fundiários que tem relação direta com a expansão das fronteiras demográficas nacionais, degradação ambiental e, em certa medida, omissão por parte do Estado (Coimbra Júnior, 2014; Salgado, 2007). Como resultado, as políticas de saúde, educação, habitação e saneamento têm chegado para eles de forma fragmentada, secundária e escassa:

> [...] ser indígena no país implica maior chance de não completar o primeiro ano de vida, sofrer de desnutrição e anemia durante o período de crescimento, conviver com elevada carga de doenças infecciosas e parasitárias e estar exposto a rápido processo de transição nutricional, responsável pela emergência de agravos como obesidade, hipertensão arterial e diabetes mellitus, constatados em número crescente de comunidades (Coimbra Júnior, 2014, p.856).

Os problemas de autossustentação, fome e carência alimentar estão presentes na maioria das Tis. Os estudos sobre insegurança alimentar têm apresentado alto índice de mortalidade infantil, principalmente em terras impactadas pelos grandes projetos e intrusão de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e posseiros. A desnutrição, com prevalências de anemia ferropriva e déficits estaturais é bastante preocupante, assim como o surgimento de doenças crônicas não-transmissíveis entre os adultos. Mesmo com esses dados alarmantes, não é possível incluir todos os povos indígenas do Brasil em dados estatísticos, uma vez que os contextos locais podem apresentar perfis nutricionais diferentes em cada etnia (Salgado, 2007; Leite *et al.*, 2007).

Desse modo, com base em estudos realizados entre os povos indígenas brasileiros (Coimbra Júnior; Santos, 1991; Fagundes *et al*., 2004; Leite *et al*., 2007; Gimeno *et al*., 2007; Auzeni; Giordani, 2008; Yuyama *et al*., 2008; Salvo *et al*., 2009; Coimbra Júnior, 2014; Barreto *et al*., 2014; Boaretto *et al*., 2015; Fávaro *et al*., 2015; Gavério, 2018; Athila; Leite, 2020; Soares *et al*., 2021), buscou-se conhecer a situação de insegurança alimentar em que estão inseridos.

Coimbra Júnior (2014) fez uma análise do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena, realizado entre 2008-2009, que contempla 113 aldeias em todo o país, com 6.692 mulheres e 6.128 crianças. O Inquérito apresentou como resultado situações de falta de saneamento básico nas aldeias, elevada taxa de desnutrição crônica, anemia, diarreia e

infecções respiratórias agudas nas crianças, assim como a emergência de doenças crônicas nas mulheres. Os índices de desnutrição crônica são superiores a 50% em crianças menores de cinco anos e de 80% de anemia nessa mesma faixa etária. Em relação à mulher indígena, os dados revelam excesso de peso, considerando que 46% das mulheres pesquisadas apresentavam sobrepeso ou obesidade.

Coimbra Júnior e Santos (1991) apresentam uma avaliação nutricional realizada na comunidade indígena Suruí, Parque Indígena Aripuanã, em Rondônia, com crianças de 0, 8 e 9 anos de idade. A reserva está localizada em uma região de intensa colonização e fluxo migratório, com envolvimento no mercado regional, ocasionando o abandono das práticas de subsistência tradicionais. Os dados apresentam elevadas taxas de baixa altura para a idade das crianças analisadas, baixo peso, anemia e parasitismo intestinal.

A mudança dos hábitos alimentares dos Suruí está relacionada com a retirada de colonos que invadiram o sul da sua reserva deixando inúmeros cafezais. Assim, os Suruí passaram a explorar esses cafezais como meio de garantir "independência financeira" e inserção no mercado regional. Com a força de trabalho nos cafezais, os Suruí passaram a ter menos tempo para dedicação às atividades de subsistência, resultando em dependência em produtos industrializados, providos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou adquiridos pela venda do café. Outro fator marcante na história desse povo está relacionado à substituição da venda de café, em decorrência da redução dos preços, pela venda de madeira. Isso causou o afugentamento da caça e destruição de espécies de vegetais que faziam parte da dieta tradicional do grupo. A alimentação passou a ser composta, basicamente, de arroz, açúcar e massas, além da substituição do leite materno pelas fórmulas. Com base nisso, os Suruí estão inseridos em um quadro de desnutrição proteico-energética, anemia e parasitoses intestinais (Coimbra Júnior; Santos, 1991).

Boaretto *et al*. (2015) realizaram um estudo[14] com o intuito de avaliar e comparar o estado nutricional de indígenas adultos, das etnias Kaingang e Guarani presentes no estado do Paraná. Os autores constataram um crescente número de obesidade entre eles. Este trabalho apresentou várias modificações no perfil de saúde humana, com mudanças na composição corporal e dieta de indivíduos, relacionados com fatores vinculados à atividade física e estilo de vida. Assim, a diminuição de alimentos tradicionais tem apresentado risco de insegurança

[14] O estudo foi "descritivo transversal e a coleta de dados foi realizada na cidade de Maringá, Paraná, com 178 indígenas adultos, pertencentes a etnia Kaingang (n = 117) e Guarani (n = 61), que participaram ou presenciaram o II Torneio de Futebol Indígena promovido pelo GEL/UEM (Grupo de Estudos do Lazer da Universidade Estadual de Maringá). Do total da amostra, 62 pessoas eram do sexo feminino e 116 do masculino, com idade entre 18 e 45 anos" (Boaretto *et al*., p.2325).

alimentar aos povos indígenas e o perfil do estado nutricional apresentado neste estudo tem relação com a transição nutricional da população brasileira. Boaretto *et al.* (2015) avaliaram que é uma situação preocupante pelo número de indígenas que estão sendo classificados acima do peso, sendo quase metade dos avaliados (47,9%).

O fato de os indígenas estarem expostos às transformações ambientais e socioeconômicas tem resultado em alta vulnerabilidade frente a problemas de ordem alimentar e nutricional, favorecendo esse quadro de aumento de peso, considerando que passaram a consumir mais alimentos industrializados, com excesso de gorduras e açúcares. As mudanças socioculturais, econômicas e ambientais entre os povos indígenas, em consequência de sua interação com a sociedade, geraram alteração das regras tradicionais, assalariamento, introdução errônea de alimentos industrializados, sedentarismo e escassez de terras para cultivo. Assim, entre os Guarani e Kaingang do Paraná tem-se observado a incorporação de práticas comuns da população urbana, principalmente sobre a introdução de alimentos industrializados e aumento de sedentarismo, uma vez que tem diminuído as atividades relacionadas ao cultivo de alimentos (Boaretto *et al.,* 2015).

Barreto *et al.* (2014) apresentam um estudo sobre o estado nutricional de crianças indígenas Guarani menores de cinco anos de idade nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, trazendo à tona evidências de graves desigualdades em saúde e nutrição relacionadas aos quadros de desnutrição crônica e anemia[15]. As comunidades Guarani vivem em aldeias litorâneas e mantêm contato intenso com a população do entorno, consomem alimentos industrializados, por meio de compra direta e partilha entre famílias, raramente por meio de caça e coleta. O inquérito nutricional e de anemia foi realizado em cinco aldeias do Rio de Janeiro (Sapukai, Parati-Mirim, Araponga, Sítio Rio Pequeno e Mamanguá) e em uma aldeia no litoral norte do estado de São Paulo (Boa Vista). Os autores afirmam que mesmo as aldeias sendo localizadas em estados com altos Índices de Desenvolvimento Humano, os resultados do estudo escancaram expressivas disparidades nos indicadores nutricionais e de anemia entre os indígenas e não indígenas:

> As prevalências de desnutrição e anemia verificadas neste estudo são expressivas em comparação à situação indígena e não indígena no país. Os resultados reforçam a necessidade de investimentos na atenção materno-infantil entre os Guarani (Barreto *et al.,* 2014, p. 660).

[15] "As prevalências de desnutrição, segundo vários índices antropométricos foram de: 50,4% (baixa estatura para idade), 7,9% (baixo peso para idade) e 0,8% (baixo peso para estatura). O déficit de estatura verificado na criança Guarani foi 96% maior do que nas crianças indígenas no Brasil (25,7%) e 7,2 vezes do que o registrado nas crianças da população geral (7%). A prevalência de anemia foi de 65,2%, 3,1 vezes a prevalência correspondente nas crianças não indígenas (20,9%)" (Barreto *et al.,* 2014, p. 657).

Em consonância com os dados apresentados no estudo anterior, Fagundes *et al.* (2004), ao pesquisarem o estado nutricional e composição corporal de 95 crianças indígenas do Alto Xingu e 69 Ikpeng com idades entre 24 e 117 meses, identificaram baixa estatura (8,4% do Alto Xingu e 37,7% das Ikpeng) e baixo peso (12,5% das Ikpeng).

Fávaro *et al.* (2015) avaliaram a distribuição de excesso de peso e obesidade com as variáveis demográficas e socioeconômicas entre 794 adultos indígenas Xukuru do Ororubá, de 19 a 59 anos. Esse povo habita no agreste de Pernambuco, Brasil. Entre as mulheres (433), 52,2% estavam com excesso de peso e 21% obesas. Entre os homens (361), as prevalências foram de 44,1% e 7,5%, respectivamente. Os autores alertam para o processo de transição alimentar e nutricional que a população brasileira vem experimentando nos últimos anos. Chama-se atenção para o fato de que a obesidade está associada com a ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis, conjuntamente com níveis elevados de pressão arterial, colesterol e glicose sanguíneos. Os povos indígenas têm apresentado elevadas prevalências de obesidade, e com isso, o número de indígenas com hipertensão e diabetes tem crescido nos últimos anos:

> De uma maneira geral, o perfil de saúde de povos indígenas tem sido descrito como apresentando diferenças importantes em relação àquele de não indígenas em diversos países. Independentemente do local onde habitam no mundo, os indígenas tendem a apresentar os piores indicadores de saúde, incluindo menor esperança de vida ao nascer e níveis mais elevados de mortalidade infantil, materna e geral (Fávaro *et al.*, 2015, p. 1692).

Gavério (2018), que realizou um estudo entre o povo Kaingang, Terra Indígena Xapecó, Santa Catarina, Brasil, identificou que com as mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais, alteraram suas práticas culturais e, consequentemente, a dieta alimentar e saúde desse povo. A autora relembra a forma que os indígenas foram tratados pelo Estado brasileiro em todo seu processo histórico, trazendo a reflexão sobre a importância de fortalecer as ações de saúde para eles, considerando que há uma dívida histórica que repercute em forma de desigualdades e situações de doenças e fome.

Salvo *et al.* (2009) apresentaram dados sobre o perfil metabólico e antropométrico dos indígenas Sayá, que habitam o Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, Brasil. A amostra foi de 86 indígenas maiores de 20 anos, desses 46,5% estavam com excesso de peso, 12,8% com obesidade generalizada, 38,4% com obesidade central, 26,7% apresentaram alterações pressóricas, 4% glicemia de jejum alterada, 63,9% dislipidemia e 21,9% síndrome metabólica.

Gimeno *et al.* (2007) realizaram uma pesquisa sobre doenças relacionadas com excesso de peso (sobrepeso e obesidade), hipertensão arterial, dislipidemias e intolerância à glicose entre os Aruák (Mehináku, Waurá e Yawalapití), que habitam o Alto Xingu, Mato Grosso, Brasil. Os autores reuniram informações de 201 indígenas, sendo 61 Mehináku (30,3%), 81 Waurá (40,3%) e 59 Yawalapití (29,4%). Como resultado, houve casos de sobrepeso (51,8%,), obesidade (15%), dislipidemia (77,1%) e níveis pressóricos elevados (37,7%) foram maiores entre os homens, enquanto as mulheres apresentaram maiores casos de obesidade abdominal (52,1%), independentemente da idade e do povo de origem. Esses dados, comparados com estudos anteriores já realizados entre esse povo, sugere que o perfil metabólico dos indígenas piorou e estão perdendo a proteção natural contra doenças crônicas não-transmissíveis.

Auzani e Giordani (2008), ao realizarem pesquisa entre os Mbyá-Guarani, da Aldeia Karuguá, no Paraná, perceberam que os indígenas buscavam viver seguindo as práticas tradicionais para obtenção de alimentos. Entretanto, as transformações ambientais, econômicas e sociais acabaram interferindo no modo de vida deles, limitando os territórios e exaurindo os recursos naturais - todas essas transformações têm contribuído para uma vulnerabilidade alimentar desse povo. Além disso, a proximidade das aldeias com as cidades acarretou o aparecimento de novas doenças e o consumo de alimentos industrializados por parte dos indígenas, provocando o aparecimento de doenças crônicas:

> A maioria das comunidades indígenas está mergulhada num ambiente propício à insegurança alimentar e nutricional, ocasionado pela falta de acesso aos alimentos em caráter permanente, pela falta de terras para o cultivo dos alimentos que são culturalmente importantes, e pela substituição dos hábitos alimentares tradicionais incorporando práticas alimentares da sociedade envolvente, principalmente com relação aos alimentos industrializados (Auzani; Giordani, 2008, p.146).

Leite *et al.* (2007) realizaram pesquisa entre o povo Wari´ da aldeia Santo André, Terra Indígena Pacaás novos, estado de Rondônia, com o objetivo de descrever a antropometria nutricional com relação às flutuações sazonais das condições de nutrição. A subsistência e a disponibilidade de tipo de alimentos do povo Wari´ é determinada pelas cíclicas das condições ambientais, ou seja, de acordo com o período chuvoso e de seca. O período chuvoso vai de outubro a abril e o período da seca vai de maio a setembro. Tradicionalmente, os Wari´ garantem sua subsistência por meio de caça, pesca, colheita e agricultura, cultivando principalmente o milho. Depois do contato com os não indígenas, incluíram a farinha de

mandioca, sendo hoje sua principal base alimentar. Nos meses mais áridos de seca, a pesca é bastante produtiva, enquanto no período de chuvas, a caça é mais frequente.

Conforme esse estudo, as crianças Wari´ menores de 5 anos apresentam um alto índice de desnutrição e baixa estatura para a idade em relação à média nacional, a prevalência de baixo peso para a idade é 11 vezes menor do que a apresentada na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002-2003). Os autores associam esse perfil nutricional das crianças Wari´ com fatores ambientais aos quais estão expostas, como as condições precárias de saneamento, água não tratada, presença constante de animais domésticos nas casas e destino inadequado dos dejetos. É importante mencionar que esse povo já modificou muito seu padrão de assentamento, outrora, eles mudavam frequentemente suas residências de local, no entanto, pelo estímulo da FUNAI e missões religiosas, passaram a viver junto aos rios de maior porte para possibilitar a navegação e estarem mais perto do posto indígena. A questão é que a permanência em um mesmo lugar tem refletido em quadros de morbimortalidade desse povo, principalmente pelo não destino adequado do lixo. Somado a isso, também há redução dos recursos disponíveis na região, reduzindo a agricultura, pesca e caça. Para os autores, a sazonalidade altera os perfis de nutrição, uma vez que no período de baixa produção de alimentos, os indígenas apresentaram peso inferior ao período de colheita:

> As condições nutricionais da população, já bastante comprometidas, agravam-se durante a estação chuvosa, o que aponta para a necessidade de se considerar a sazonalidade na definição de rotinas de vigilância nutricional e na análise dos perfis de nutrição de povos indígenas (Leite et al., 2007, p. 2610).

Soares *et al.* (2021) realizaram pesquisa entre os Kaingang, no sul do Brasil, usando a EBIA para avaliar o consumo inadequado de alimentos dos últimos três meses. A partir da técnica grupo focal com nove participantes, analisaram se eles compreendiam os conceitos apresentados no questionário. A discussão do grupo focal apresentou como resultado que os Kaingang compreendem os principais conceitos descritos no questionário, algumas alterações foram necessárias como substituir “comida de qualidade” por “comida boa”.

Na pesquisa realizada por Yuyama *et al.* (2008), fica evidente o caráter coletivo do acesso à comida entre os Kanamari, alertando para que o instrumento a ser adotado para analisar a insegurança alimentar entre esse povo deve ser pensado para uma aplicação coletiva e não somente para um núcleo familiar. Outra diferença de significados identificados no estudo de Yuyama *et al.* (2008) é sobre a falta de comida: nas pesquisas urbanas, isso significa

falta de recursos financeiros para adquirir alimentos, já entre os indígenas, a falta de comida está relacionada ao uso da terra, envolvendo o plantio e a criação de animais.

Com o foco na dimensão “disponibilidade de comida”, os projetos já executados entre os povos indígenas com o objetivo de aumentar a produção de alimentos, gerar renda a partir dele ou gerar alimento por meio de políticas de transferência de renda não alcançaram resultados satisfatórios, levando a concluir que as causas da fome podem estar relacionadas com problemas de outras origens:

> Frequentemente, indígenas, suas formas de vida ou sua “incapacidade” em gerar “produção”, “excedente” ou “renda” são responsabilizados por condições desiguais de saúde, saneamento ambiental, degradação e limitação de seus territórios, histórica e juridicamente da competência do Estado. Intencionalmente ou não, a causa dos problemas tem seu eixo completamente deslocado (Athila; Leite, 2020, p. 8).

Desse modo, Athila e Leite (2020) chamam a atenção para o histórico da política indigenista brasileira, que focava na “integração” dos povos indígenas à economia local. Essa concepção se reforçou em discursos de governantes nos últimos anos, sendo totalmente apoiada na gestão do Presidente da República, Jair Bolsonaro, que ignorou deliberadamente as atividades de mineração e agronegócio em Tis. As políticas públicas relacionadas a solucionar o problema da fome e insegurança alimentar não têm atingido um resultado satisfatório, porque podem estar direcionadas à integração desses povos aos sistemas alimentares dos não indígenas. Assim, os autores enfatizam sobre a necessidade de adoção de políticas que busquem soluções culturalmente sensíveis, respeitando a sociodiversidade dos povos indígenas (Athila; Leite, 2020).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo elucidar aspectos da organização social, cultural e da cosmologia dos Akwẽ-Xerente, com base em uma revisão bibliográfica de estudos realizados entre eles. O foco é compreender o contexto alimentar em que eles estão inseridos. A história dos Xerente é marcada por conflitos e disputas com os fazendeiros e governantes locais, que tentavam invadir suas terras. Medidas repressivas e tentativas de aniquilação por parte do governo foram estratégias frequentemente utilizadas para facilitar a ocupação do território indígena. Além disso, apresentamos os principais projetos de desenvolvimento já estabelecidos na região, os quais impactam diretamente o modo de vida dos indígenas.

Analisamos a situação de insegurança alimentar enfrentada pelos Akwẽ-Xerente, com base em estudos prévios realizados entre esse povo. Essa insegurança está ligada aos impactos econômicos, sociais e culturais causados pelos empreendimentos de desenvolvimento estabelecidos na região. A partir desses dados, apresentamos os resultados da pesquisa de campo sobre a atual situação alimentar das aldeias estudadas. Tivemos em vista conhecer o modo de vida dos indígenas e saber quais são os principais alimentos produzidos e comprados no mercado. Durante as entrevistas, buscamos compreender a visão dos indígenas sobre pobreza, riqueza, fome, fartura e segurança alimentar. Buscamos analisar os conceitos relacionados à segurança alimentar sob a perspectiva indígena, com a finalidade de inverter a ordem de como são construídas as políticas e pesquisas direcionadas aos povos indígenas, que apresentam uma proposta pronta para ser implementada entre eles, sem considerar os contextos socioculturais diversos.

Através da análise de alguns elementos do sistema alimentar do povo Akwẽ-Xerente, problematizamos a aplicação da EBIA em contextos de diversidade étnica, a fim de contribuir para que esse instrumento se aproxime da complexidade que envolve a relação com o alimento entre os Akwẽ e outros povos originários e tradicionais, articulando os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar. Acreditamos que pensar políticas de segurança alimentar para os povos indígenas implica em estabelecer aproximações com os conceitos êmicos, a fim de subsidiar parâmetros que reconhecem e potencializem outros saberes acerca das formas de pensar, produzir e distribuir os alimentos.

4.1 Quem é o povo indígena Akwẽ-Xerente?

Os Akwẽ-Xerente vivem no município de Tocantínia – TO, a 76 km de Palmas, capital do Tocantins, região norte do Brasil, sendo aproximadamente 93 aldeias, com

aproximadamente 4.500 pessoas (Schmidt, 2022). Vivem em duas TIs, sendo a TI Funil e a TI Xerente, entre o rio Tocantins, margem esquerda, e o rio Sono, margem direita.

A estrutura social dos Xerente é composta por metades patrilineares, patrilocais e exogâmicas, associadas com o Sol e a Lua. São duas metades, a metade *Siptató* (*Dohi* ou *dói*), que está relacionada com o Sol e a metade *Sdakrã* (*Isake* ou *wairi*), relacionada com a Lua. Uma metade era localizada no lado sul e a outra no lado norte de cada aldeia, em forma de ferradura. Originalmente, cada metade tinha três clãs, mas posteriormente foi adicionado um quarto. Os clãs da metade *Siptató* são: *Kuzà*, *Ĩšibdú* e *Kbazipré*, enquanto os da *Sdakrã* são: *Krẽprehi*, *Ĩsaure* e *Ĩsruríe*. Os dois clãs adicionados são: o povo *Prasé* à metade *Siptató*, e o povo *Krozaké* à metade *Sdakrã*. Além disso, existiam quatro associações de homens e uma sociedade de mulheres solteiras. A forma de organização de cada aldeia era composta pelo Conselho de Anciãos, no qual o título de *wawẽ* (ancião) era concedido aos membros com cerca de 45 a 50 anos de idade. Eles tinham como responsabilidades a preservação de cerimônias importantes, como o Grande Jejum e a festa da máscara do tamanduá, além de nomear líderes e serem consultados sobre praticamente tudo relacionado à organização da aldeia (Silva, 1994).

Algumas contribuições de pesquisadores contemporâneos nos fizeram perceber as mudanças ocorridas na organização Xerente. Schroeder (2006) ressalta que os Xerente reconhecem os três clãs da metade *Dohi* (*dói* ou *siptato*), sendo o *Kuzâ*, o *Kbazi* e o *Krito*, contudo, os da metade *Ĩsake*, ora eles nomeiam de *Wahirê,* ora de *Krozake*. Este autor, por meio de seu estudo etnográfico, organiza as metades e os clãs da seguinte forma: a metade *Ĩsake* é composta pelos clãs *Wahiarê/Krãiprehi*, *Krozake/Wahiwarĩp* e *Wahiarê/Kukaurê*. E a metade *Dohi* é composta pelos clãs *Kuzâ*, *kbazi* e *Krito*.

Existem regras sociais que estabelecem direitos e deveres entre as metades e os seus clãs. Os clãs e as linhagens são patrilineares, ou seja, passam de pai para filho, de avô paterno para neto, em que os nomes e pinturas corporais possibilitam distinguir cada membro na organização social. O povo Xerente ainda se organiza de forma que favorece a reciprocidade entre as metades, ou seja, uma metade pinta a outra metade, em um ato de reconhecimento mútuo das alianças e obrigações recíprocas (Schmidt, 2011).

Em relação à organização das aldeias, Silva (1994) afirma que antes elas eram delimitadas de forma que simbolizavam o próprio universo nelas. Todavia, Araújo (2016) esclarece que a forma de construir as aldeias foi alterada significativamente e substituída pelo modelo de organização das pequenas cidades do interior do Tocantins, que conta com uma rua separando as casas.

Um dos elementos estruturais da cultura Xerente é o faccionalismo, que provoca a multiplicação das aldeias. Schroeder (2006) ressalta que essa multiplicação ocorre por meio da cisão pela formação de facções internas, cujas lideranças estimulam a formação de novas aldeias ou como uma forma de obter mais recursos junto à FUNAI. As aldeias se apresentam com duas facções em disputa, a que perder, se retira e funda uma nova aldeia. As aldeias reúnem várias famílias em que há algum grau de parentesco entre si, o núcleo central pode ser um pai com os filhos, um sogro com os genros, entre outros. Para atestar a capacidade do cacique é importante buscar alguns benefícios para a aldeia, como uma escola, rádio, poço, água encanada, professores, agentes de saúde, entre outros (Schroeder, 2006).

Sobre a cosmologia Xerente, ainda inerente à narrativa e ao modo de vida dos Akwẽ, Silva (1994) esclarece que ela está relacionada à ordem e movimento do mundo, pois explica o mundo. O cosmos é concebido entre os povos da família Jê como ligado a várias humanidades: a subterrânea, a terrestre, a subaquática, a celeste. Sol e Lua deixam seu legado na terra. Silva (2015) aponta que é a tríade mitológica Sol, Lua e Estrela, que organiza os afazeres cotidianos dos Akwẽ-Xerente: “os dias em que a lua aparecia deveriam ser dedicados à pesca, nos dias de sol à caça e nos dias da estrela todos deveriam se dedicar a ensinar e aprender” (p. 546).

A cosmologia do povo Akwẽ-Xerente relaciona-se ao envolvimento natureza e cultura: “os Seres humanos e não humanos estão em relação cotidiana e todas as formas de conhecer são resultados dessa interação” (Silva, 2015, p. 545). Araújo (2016) ressalta que, para eles, o cosmo está dividido em terra (*tka*), onde habitam os homens e alguns animais; o céu (*hêwa*), onde vivem as estrelas e outro povo; e o mundo subterrâneo (*tkakamô*), onde habitam os animais ferozes.

Essa relação cosmológica foi percebida na atual pesquisa de campo quando um ancião, ao falar sobre sua forma de caçar, explicou que cada animal tem seu dono, definindo o domínio desses donos da caça, com os termos “fazenda” e às vezes “curral”, em referência aos sentidos dados em português. Para caçá-los, os indígenas devem ter permissão de seu dono. O ancião disse que conversa muito com o dono do veado-campeiro, por ser o que costuma caçar, mas outros indígenas têm costume de conversar com outros donos de fazendas, como o porcão. Ele explicou que o porcão veio do mundo subterrâneo, que não é daqui:

> Antigamente... o porcão não é daqui não... ele veio lá de baixo... isso aí é pra contar história demais... mas nós o índio pensou que era tatu mesmo... mas não era não, era índio... daí foi caçar e achou aquele tatu... cavou reto mais pra cá... aí o índio passou

> direto... mas o tatu ficou de lado. Lá embaixo tem índio também (M. Xerente, aldeia Porteira).

Ao questionarmos sobre a estruturação das fazendas, recebemos a explicação de que elas são segmentadas por áreas de terra ou água, de maneira semelhante à divisão das propriedades rurais dos brancos. Esta representação sugere uma lógica de intercâmbio entre aqueles denominados por nós de humanos e não humanos. De acordo com a mitologia Akwẽ, os animais também são considerados indígenas e, portanto, merecem o mesmo tratamento. Essa forma de pensamento também é abordada por Brum (2021, p. 99):

> Quando um indígena diz que o rio é seu avô, significa que é seu avô mesmo – e não uma expressão naif, ingênua, que corresponderia a um povo na "pré-história da civilização", como acreditam alguns luminares da ignorância. Ao contrário. Esse modo de compreender a vida e o lugar de cada um nela é bastante mais complexo. Diz respeito a uma outra forma de se relacionar e de estabelecer trocas com todos os outros seres – trocas não monetárias nem monetizáveis, cabe ressaltar.

Esse ancião explicou ainda que quando estava caçando muito veado-campeiro, o dono dos veados o chamou para conversar: "disse que estavam ficando poucos", que ele poderia comprar mais para sua fazenda, mas que era bom diminuir a caça por um tempo. Nessa direção, a nossa perspectiva de apropriação da natureza, orientada pela lógica capitalista, ao transformar tudo em mercadoria, tem colocado em risco o equilíbrio do planeta. Davi Kopenawa, em sua luta de defesa pela floresta, que ele define como sua casa, já apresentava reflexões sobre o impacto do garimpo ilegal e das invasões sistemáticas ao seu território, afetando o sistema alimentar yanomami:

> Comeremos o quê, então? Quem irá nos alimentar se não tivermos mais roças nem caça? Certamente não os brancos, tão avarentos que vão nos deixar morrer de fome. Devemos defender nossa floresta para podermos comer mandioca e bananas quando temos barriga vazia, para podermos moquear macacos e antas quando temos fome de carne. Devemos também proteger seus rios, para podermos beber e pescar (Kopenawa; Albert, 2015, p. 391).

4.2 A lógica desenvolvimentista e o impacto entre os Akwẽ-Xerente

A relação do povo Akwẽ com o Estado brasileiro é permeada de muitos conflitos. O intuito do Estado era a pacificação e catequização dos indígenas para a integração na sociedade. Grande exemplo dessa relação é a Carta Régia de 5 de setembro de 1811 que concedia vantagens a quem se estabelecesse às margens do rio Tocantins, reforçava sobre a pacificação dos indígenas, permitia ocupação do território Xerente e legalizava a guerra aos grupos tribais (Giraldin; Silva, 2002). Os Xerente eram considerados como um problema

nacional, os discursos das autoridades da época pontuavam sobre a necessidade de impor um limite de habitação abaixo de Lajeado, afirmavam ainda sobre a crueldade dos Xerente, pois, não “cediam” suas terras (Giraldin; Silva, 2002; De Paula, 2000; Schroeder, 2006; Araújo, 2016).

A região do norte do estado de Goiás, atual Tocantins, pela presença indígena, era considerada hostil ao desenvolvimento e, na perspectiva dos agentes do estado, essa hostilidade precisaria ser superada: “são inúmeras as referências à necessidade de se combater a selvageria dos ‘silvícolas’ do norte de Goiás” (Silva, 2010, p. 151).

Já em 1879, os Xerente estavam mais ligados à agricultura, à pesca, à caça, à criação de gado e à navegação, frequentavam escolas e, gradualmente, estavam abandonando as ações guerreiras contra os não indígenas. Eles conviviam com missionários católicos e batistas que passavam pela redondeza e, em razão do convívio com os brancos, aprenderam muito sobre seus costumes. Os Xerente somaram, adquiriram e fundiram aos seus costumes as estratégias de vivência política e social dos “brancos” (De Paula, 2000; Giraldin; Silva, 2002).

Todavia, a relação dos Akwẽ-Xerente e os não indígenas é marcada por lutas, tensões, violência e mortes. A ocupação dos territórios indígenas pelos gados dos fazendeiros da região agravou o conflito entre os Akwẽ-Xerente e os não indígenas. Silva (2015), ao abordar sobre o processo de demarcação das Terras Indígenas, explica que os fazendeiros e autoridades locais sempre afirmavam que os indígenas atrapalhavam o desenvolvimento local. O autor enfatiza que “é comum encontrarmos entre os habitantes de Tocantínia pessoas reclamando de ter perdido muito dinheiro porque não foram indenizadas” (Silva, 2015, p. 191). Ao traçar o histórico dos registros das aldeias Xerente, Silva (2015) percebeu a redução do território ao longo dos tempos.

Os Akwẽ-Xerente, durante muitas décadas, viveram um processo de cercamento de seu território. Esse processo é marcado pela instalação de fazendas de gado nos territórios indígenas, com o acesso facilitado pela construção de rodovias e pelo surgimento de cidades. Os projetos direcionados ao desenvolvimento econômico foram intensos no período da ditadura militar, fazendo com que os Xerente relacionassem a sua segurança alimentar aos resultados desses projetos (Araújo, 2016).

Sobre essa fase desenvolvimentista, iniciada na conjuntura do Pós-Guerra, Araújo (2016) mostra que trouxe uma integração da realidade brasileira à cultura modernizante. Em razão disso, foram construídas as grandes usinas, os açudes, as numerosas indústrias e a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE). No governo de Getúlio Vargas houve a Marcha para o Oeste, visando colonizar as áreas do centro-oeste brasileiro

para ampliar o mercado interno. No governo de Juscelino Kubitschek iniciou-se a construção da rodovia Belém-Brasília como parte de seu plano de metas, o qual previa vários empreendimentos, como a construção da nova capital. As terras "sem donos" deveriam ser ocupadas. Nessa conjuntura, vários novos povoados começaram a surgir, cercando intensamente os Akwẽ-Xerente.

Um projeto que impactou diretamente os Xerente é a hidrelétrica de Lajeado. Araújo (2016) aponta que a construção da hidrelétrica vem da lógica de investimento e inserção de novos territórios brasileiros na economia. A Usina Hidrelétrica de Lajeado - Luís Eduardo Magalhães foi a primeira hidrelétrica privada construída com auxílio de recurso financeiro público, e teve como receita o valor de 170 milhões de reais, com isso, 20% da energia produzida seria destinada ao estado do Tocantins, e 80% destinada ao mercado nacional. O orçamento previsto para a obra foi no valor de 1,2 bilhões de reais. A construção da usina faz parte do plano de desenvolvimento integrado ao sistema energético de Tucupiruí – PA e Serra da Mesa – GO (Araújo, 2016). Os empreendimentos hidrelétricos trazem uma melhor qualidade de vida para a população não indígena, entretanto, provocam impactos sociais e ambientais para os povos indígenas:

> As UHEs estão causando diversos impactos às populações indígenas, notadamente as da Amazônia. Dentre eles, podemos citar a perda de terras, de territórios de caça, de aldeias, de mananciais de pesca e de outros recursos naturais. Quanto aos outros efeitos, há também a desorganização social, a transferência de *habitat*, a prostituição, as doenças venéreas, a desnutrição, as epidemias (Araújo, 2016, p. 89).

Os Akwẽ-Xerente foram impactados pela construção e começaram a solicitar compensação pelas mudanças resultantes que tiveram que enfrentar. De acordo com Araújo (2016) e Santos (2015), o estabelecimento da barragem introduziu uma nova realidade para os indígenas. A usina agora controla o fluxo do rio, alterando significativamente o modo de viver do povo Xerente, especialmente em termos de segurança alimentar.

Os estudos para implantação da UHE tiveram início na década de 1990 e os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) foram feitos pela Themag Engenharia, sob contrato com a Companhia Energética do Tocantins (CELTINS). Com isso, representantes indígenas, a Investco e a FUNAI assinaram o termo de compromisso para a construção do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX), cuja execução se deu a partir de 2002. O PROCAMBIX foi desenvolvido embasado nos resultados do Diagnóstico Etnoambiental das Terras Xerente e Funil, financiado pela Investco no ano 2000 e teve o objetivo de diminuir impactos ambientais diretos e indiretos junto aos indígenas, em decorrência da construção da

hidrelétrica. Por meio do programa esperava-se compensar impactos ambientais e preparar os indígenas para inserção e adaptação à nova realidade posta pelo desenvolvimento, envolvendo a comunidade indígena em todas as etapas do processo.

No projeto foram indicados os principais problemas causados pelo empreendimento: alterações no ecossistema, intervindo nos processos produtivos e culturais dos Xerente; redução da capacidade produtiva da comunidade, com a perda das roças de vazante; comprometimento dos níveis de segurança alimentar; redução da produção de proteína animal, principalmente pescado; aumento da pressão de não indígenas no entorno das TIs; reordenamento da ocupação territorial; aumento do fluxo de não indígenas pelo uso das estradas.

O PROCAMBIX, no entendimento de Lima (2016), foi desenvolvido para indenizar os Xerentes e foi apresentado com o propósito de levar desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental por meio de diversos programas. Dividiu a aplicação do recurso de R$ 10 milhões em dezesseis parcelas semestrais a serem pagas em oito anos, corrigidas pelos índices inflacionários do período de 2002 a 2009. O montante pago chegou aos dez milhões e cento e cinco mil reais, sendo utilizado na implementação de projetos em distintas áreas, como aborda a autora:

> Dentre os projetos voltados para a cultura destaca-se a construção da casa da cultura Akwẽ-Xerente para incentivar a produção e comercialização e exposição do artesanato e difusão da cultura dos Akwẽ-Xerente. Vários projetos apresentavam como finalidade garantir renda e alimentação para a população Akwẽ-Xerente. Dentre eles, destacou-se a implantação de projetos de agricultura mecanizada, em substituição à roça de toco, para o plantio de arroz, feijão, milho e mandioca e ainda a possibilidade de comercialização da produção excedente. Outro projeto orientado foi o da inserção de animais domesticados pelos não índios, como a criação de gado e de galinhas, além da implantação de projetos de pisciculturas (Lima, 2016, p. 160).

Santos (2015), ao falar sobre a participação dos indígenas no programa, ressalta que foi criado um Conselho Gestor, tido como órgão máximo do PROCAMBIX. O conselho era formado por seis representantes indígenas, sendo eleitos pelas lideranças das áreas divididas pela FUNAI, seis representantes de instituições públicas e privadas (FUNAI, INVESTCO, MPF, NATURATINS, IBAMA) e um representante da sociedade civil, que variou ao longo do desenvolvimento das ações PROCAMBIX. Com base nisso, a seleção dos representantes indígenas sempre foi carregada de tensão, uma vez que a organização social Xerente tem como característica o faccionalismo. Os diferentes grupos nunca chegavam a um consenso, os indígenas questionavam sobre os representantes estarem querendo beneficiar as regiões em que moravam.

Lima (2016) afirma que as manifestações dos indígenas sobre os projetos foram por não terem conseguido levar adiante os mesmos, devido aos custos de manutenção. Pontuaram que os projetos não se relacionavam com o modo de vida e as práticas culturais deles. Com o fim do PROCAMBIX, os indígenas continuaram sofrendo as transformações ambientais causadas pela usina, assim como o avanço da urbanização e do agronegócio na região.

O PROCAMBIX, a exemplo de outros programas de compensação no Brasil, está inserido em uma lógica desenvolvimentista, em que a despeito dos prejuízos sociais, culturais e ambientais causados pelos grandes projetos de desenvolvimento, propõe intervenções descontextualizadas da realidade e do protagonismo das comunidades impactadas. Desse modo, esses projetos, embora tragam no discurso o propósito de superar o atraso das regiões pouco desenvolvidas, na prática, ampliam os impactos ambientais e sociais que causaram. Em virtude disso, em certa medida, os projetos afetam os territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, resultando em fome, doenças, pobreza, entre outros prejuízos. As teorias do desenvolvimento aparentam não perceber os grupos étnicos nas sociedades, não se preocupando com os fatores culturais e sociais, e sim priorizando a homogeneização da cultura do consumo em massa.

A compensação ambiental, conforme os estudos de Lima (2016), não reverte o prejuízo material e imaterial dos Akwẽ-Xerente, e ameaça a sobrevivência e a continuidade em seus territórios. A autora apresentou dados que constatam divisões/expansão, formação e/ou reorganização das aldeias no período de implementação dos projetos. Em consonância, Araújo (2016) também aponta que com o fim do Programa, verificou-se o aumento de aldeias, que antes eram 34 e, em 2016, eram 81 aldeias.

Para Araújo (2016), as áreas onde foram realizadas as roças mecanizadas estão degradadas, necessitando de um projeto de reflorestamento, além da caça e a pesca estarem escassas. Essa autora afirma que uma das principais fontes de renda dos indígenas advém do PBF. Outra fonte de renda é a venda de artesanato, que apresenta alguns problemas na comercialização, com a desvalorização do preço dos produtos. Outro fato é a diminuição do capim dourado, assim como a ausência de políticas de fomento, tornando a atividade limitada.

4.3 A situação alimentar dos Akwẽ-Xerente e o impacto na saúde

Como constatado em pesquisa anterior, os impactos econômicos, sociais e culturais que os empreendimentos de desenvolvimento implantados na região onde habitam o povo Xerente, afetaram consideravelmente o modo de vida dos indígenas (Braga, 2019; Braga; Da Silva, 2021).

As pesquisas realizadas indicam que eles estão em situação de vulnerabilidade alimentar com a incorporação de alimentos industrializados em seu cotidiano alimentar, provocando um alto índice de adoecimento crônico, com destaque para doenças como obesidade, hipertensão e diabetes. Essa problemática está diretamente associada à dinâmica da economia regional, ascensão dos projetos de agricultura e pecuária no entorno das Tis; os projetos de desenvolvimento implantados na região, principalmente a construção da UHE de Lajeado, com seu Programa de Compensação Ambiental; e, o acesso ao dinheiro, seja por meio do trabalho assalariado ou pela inclusão do PBF (Araujo, 2016; Lima, 2016; Rocha *et al.,* 2016; Silva; Grácio, 2020; Schmidt, 2022).

A expansão do agronegócio próximo às Tis tem alterado a diversidade de frutos típicos do cerrado e contaminado a terra, o ar e a água com o uso de agrotóxicos. Além disso, cabe aqui ressaltar que a circulação de pessoas próximo às Tis resulta na diminuição da caça, causada também pelo "cercamento" das fazendas próximas, levando os indígenas a adquirirem carnes nos açougues da cidade de Tocantínia, alterando assim os hábitos alimentares tradicionais (Araujo, 2016; Lima, 2016; Rocha *et al.,* 2016; Silva; Grácio, 2020; Schmidt, 2022).

A UHE de Lajeado alterou o fluxo do rio, impedindo o cultivo tradicional em áreas conhecidas como "vazantes" e resultando na redução da pesca, que é uma das principais fontes de proteína para os Akwẽ-Xerente. Além disso, o PROCAMBIX impôs mudanças nas práticas tradicionais dos Xerente, impactando a forma de plantio. O estímulo às técnicas modernas de plantio interferiu no cultivo tradicional conhecido como "roças de toco". O referido projeto baseou-se na agricultura mecânica, considerando que a UHE afetaria as vazantes do rio, impossibilitando as roças de toco. Como resultado, a segurança alimentar e a reprodução cultural do povo Xerente foram afetadas (Araujo, 2016; Lima, 2016; Rocha *et al.,* 2016; Silva; Grácio, 2020; Schmidt, 2022).

Na pesquisa de campo identificamos que o consumo de alimentos industrializados ricos em açúcar está bem elevado. Na aldeia Porteira, há um mercadinho cujos produtos anunciados (escritos na parede) são: pipoca, bolacha recheada e refrigerante. Os entrevistados informaram que consomem refrigerantes ou sucos em pó. Quando perguntamos sobre o motivo de mudança na alimentação, muitos afirmaram que está relacionado à dificuldade em fazerem roças, devido à alteração das vazantes:

> [...] eu acho que mudou porque antigamente não tinha barragem. A barragem atrapalhou o adubo na terra, não dá mais pra fazer Vazante. A terra não produz mais

> como antes... só mandioca. Agora outros... como melancia, melão não... milho até que vai ainda (W. Xerente, aldeia Porteira).

O poder de compra, a circulação de dinheiro na aldeia e o consumo como mudança no estilo de vida, transformaram de maneira significativa as práticas alimentares dos Akwẽ-Xerente. Eles estão inseridos no Programa Bolsa Família, vendem artesanato e trabalham na cidade, contribuindo para o acesso a alimentos industrializados. Os alimentos e os hábitos do povo da cidade chamaram a atenção dos Xerente desde o início do contato, além disso, a incorporação de práticas comerciais nas aldeias favoreceu ainda mais a aquisição de "coisas da cidade" e alimentos industrializados (Araujo, 2016; Lima, 2016; Schmidt, 2022).

O alto consumo de produtos industrializados é considerado pelos próprios Xerente como a causa da fraqueza corporal e do adoecimento crônico. Foi constatado que o maior índice de óbitos na aldeia Salto Kripé e aldeia Porteira tem relação com o aumento de doenças (Schmidt, 2022). Outra questão apresentada é sobre o aumento dos resíduos sólidos nas aldeias, pois as embalagens dos produtos industrializados são poluidores ambientais. O acesso a esses produtos, seja por meio do dinheiro, ou doações de cestas básicas, favoreceu a mudança dos hábitos alimentares, todavia, o aumento da população e a multiplicação das aldeias, leva ao esgotamento de recursos naturais, uma das grandes questões sobre essas mudanças (Rocha *et al.*, 2016; Schmidt, 2022).

Os Xerente costumam comprar os mesmos alimentos de uma dieta ocidental, como o arroz, feijão, açúcar, frango, carne, farinha, banana e temperos como sal e óleo. Os alimentos são preparados em um fogão no chão ou em fogão a lenha. Alguns compram gás, mas outros consideram estar em uma posição privilegiada do que as pessoas da cidade, pois podem cozinhar em fogão a lenha, enquanto as pessoas da cidade têm que comprar gás, que tem um custo alto. Eles não falam abertamente sobre o consumo de refrigerantes, bolachas ou coisas doces, pois, já foram informados sobre os malefícios desses produtos alimentícios, mesmo tendo alguns relatos que afirmam o consumo elevado (Braga, 2019).

No estudo de Schmidt (2011), os indígenas já identificavam o consumo de óleo, sal, café e bebida alcoólica como fatores relacionados ao aparecimento de doenças. A autora afirma que a comida tradicional dos Akwẽ-Xerente era composta por carne de caça, peixe, frutos do cerrado, plantio de mandioca, banana, feijão-andu, croatá, inhame, bacaba. Eles costumavam comer mandioca em forma de grolado, beiju e farinha. O leite animal não era consumido por eles, o mingau das crianças era feito dos alimentos da roça, como inhame, bacaba e abóbora. Com o contato com povos de outras culturas, o consumo de sal, açúcar e café já está incorporado em seus hábitos alimentares. Eles frequentemente costumam criar

galinhas, mas dificilmente comem, preferem deixar os ovos para alguma ocasião especial. Assim, em relação à alimentação atual, “se constitui basicamente de arroz, que pode ser acompanhada de peixe, caça, gado, e a farinha de puba” (p. 54).

O estudo de Schimdt (2011) revelou que a alteração de valores é influenciada por vários fatores. Entre eles, o incentivo ao consumo promovido por propagandas na televisão, as quais estão presentes na maioria das residências. Outro fator é o acesso ao dinheiro, obtido através do emprego, aposentadoria, programas sociais ou venda de artesanatos, permitindo assim a aquisição de produtos industrializados. Até mesmo a merenda escolar é capaz de transformar as preferências alimentares das crianças indígenas. Com base nesse contexto, a insegurança alimentar do povo Akwẽ-Xerente está ligada a essas complexidades. Ainda que tenham acesso aos alimentos, nem sempre eles são de boa qualidade. Como resistência a esse cenário, Schimdt (2022) sugere que a transmissão de costumes tradicionais para as gerações mais jovens, como a coleta de frutos e a plantação de roças, pode ser uma luz de esperança para garantir a segurança alimentar dessa comunidade.

4.3.1 Aldeia Porteira (Região Xerente)

Figura 3 - Mercadinho da Aldeia Porteira

Foto: Fotografia tirada por Cássia Araújo (2023).

A aldeia Porteira, com uma população aproximada de 600 habitantes, está localizada nas proximidades do rio Tocantins. Na aldeia há posto de saúde, igreja Batista, escola e casa

de cultura. Entre novembro de 2023 e janeiro de 2024, foram conduzidas oito entrevistas na aldeia, com seis mulheres, um ancião e um cacique participando. Foi identificada apenas uma roça na aldeia, e os indígenas tendem a consumir predominantemente alimentos comprados no mercado, como arroz, farinha, feijão, açúcar, café, tomate, beterraba, sucos, refrigerantes, carne e frango. Segundo seus relatos, a caça tem se tornado escassa e, devido à UHE de Lajeado, as roças que antes prosperavam nas vazantes, não produzem mais. As plantações não têm rendido frutos nem apresentado crescimento adequado:

> Até porque quando eu falo de roça, não é porque a gente não quer fazer... É porque não presta mais a terra... não presta mais a terra... Desde quando teve a usina hidrelétrica, acabou... Não nasce mais... Não dá... a terra cai... a gente plantava macaxeira, abóbora, melancia, milho a gente plantava, a gente plantava até arroz e agora não tem. Os nascentinhos fora do rio é... já ta tudo seco... a onde tem a terra boa, não existe mais... A Terra agora é tudo dura (E. Xerente, aldeia Porteira).
> [...] porque até as Vazantes não dá mais... porque o Rio sobe e desce... antigamente ele subia só uma vez e aí a gente conseguia fazer a roça. Ai dava pra gente plantar sabendo a época certa. Ele pra cá também tem essa cidade e tem pouca caça (W. Xerente, aldeia Porteira).

Eles informaram que há uma quantidade considerável de casos de diabetes e hipertensão entre os indígenas dessa aldeia, que são associados à dieta alimentar:

> [...] aqui é mais a diabetes e pressão alta. Ta 100% de diabetes a minha família todinha tem. O médico mandou eu comer o feijão e alface porque minha diabetes está alterada... a gente quer comer tudo o que vê pela frente... a gente parece bicho que morre pela boca, os bichos do mato tudo morre pela boca e a gente também morre! Mas a diabetes ela mata a pessoa por dentro, você não sente assim uma facada... Ela é silenciosa, você que tem que controlar ela... [...] tudo isso por conta da alimentação porque antes a gente não tinha o costume... Porque o nosso organismo... as bactérias do nosso corpo não tinha resistência para consumir esse tipo de coisa (T. Xerente, aldeia Porteira).

Acreditamos que esta aldeia tem sido significativamente afetada pelos projetos de desenvolvimento implementados na região. O impacto principal provém da instalação da UHE, que alterou o fluxo do rio, impossibilitando o cultivo tradicional nas áreas conhecidas como vazantes e resultando na diminuição da pesca. É fundamental lembrar que o peixe é uma das principais fontes de proteína para os Akwẽ-Xerente. Esta aldeia é reconhecida por possuir muitos habitantes e tem sido o alvo de diversos projetos, muitos dos quais têm estratégias colonizadoras. Portanto, os indígenas já estão percebendo os efeitos dessas mudanças em seu modo de vida. Quando questionados sobre suas opiniões a respeito das transformações na aldeia, eles explicaram da seguinte forma:

> Ah, porque de primeiro, não é nós de primeiro. Na época do meu avó, do meu pai, nós comia só da roça, carne do mato também. Só que agora, depois que esse pessoal passou a comprar da cidade, rapaz... aí veio pressão alta, diabetes, derrame... de primeiro... Rapaz, de primeiro ninguém. Ninguém tem pressão, não, nem não tem. Não, não, não. Mas agora não. Não tinha esses problemas de saúde que tem hoje. Todo mundo tem agora (M. Xerente, aldeia Porteira)
> Não acho que é mais das pessoas do que mesmo porque antigamente nossos pais trabalhavam muito... acho que é pelo tempo mesmo né o tempo muda. Aí os jovens não querem mais trabalhar e nem os homem... aí ainda tem esses benefícios do governo que ajudou foi muito... que toda família tem renda desse benefício (W. Xerente, aldeia Porteira).

O Bolsa Família, juntamente com outros projetos anteriormente implantados, modificou o modo de vida dos indígenas. Podemos problematizar isso em duas perspectivas: uma relacionada à inserção dos indígenas na definição de pobreza estabelecida pelo governo, e a outra, como a única garantia de alimentação para essas comunidades. Essas mudanças foram expressas explicitamente em suas declarações:

> [...] é... eu acho assim... fica esperando aquela data aí pega seu dinheiro compra aí um fardo de arroz e dá para o mês todo. Aí só vai caçar a mistura... tipo pesca peixe, vai para o mato e caçar... e faz o artesanato e vende e compra carne e faz a mistura (W. Xerente, aldeia Porteira).
> Já. Uns tempo que... depois que dividiu essa aldeia... antes nós morávamos todo mundo aqui... o salto era daqui, o recanto era daqui... Aí na decada de 80 dividiu tudo por causa de um projeto... Era tudo junto. A Funai fez um projeto plantou arroz danado aí... aí o pessoal, cada um quer o projeto agora. Aí, não antes (M. Xerente, aldeia Porteira).
> O que é hoje... É que a gente depende de sociedade, antes a gente não dependia. Hoje nós dependemos, porque. Porque nós queremos buscar o projeto igual falei [...] Nós quer conhecer uma coisa nova, eu quero me vestir melhor... sapato bão, perfume... (E. Xerente, aldeia Porteira).

Brum (2021) explica sua visão sobre os efeitos da inserção de indígenas no Bolsa Família em Altamira-PA. Para ela, o programa fez bem às mulheres que puderam comprar no comércio, entretanto, alterou o modo de vida dos indígenas da região que antes tinham uma economia baseada na troca e passou a ser movida por desejos de consumo:

> A entrada do país oficial os lançou no mundo dos programas federais, já que eles não tinham dinheiro regular nenhum, o que os colocava automaticamente na condição de pobres. Assim, aqueles que viviam em outros termos, existindo na floresta e pela floresta, passaram a experimentar uma renda mensal (Brum, 2021, p. 159).

O PBF não foi pensado para a população indígena, conforme a análise de Brum (2021). A sua implementação deveria ser pensada em conjunto com eles ou por profissionais familiarizados com a realidade dos indígenas. A ida aos bancos e repartições públicas,

perplexa por dificuldades, fez com que a cidade e suas mercadorias fizessem parte do cotidiano deles:

> Não se vai à cidade e ao mundo capitalista da cidade sem que essa experiência altere profundamente o modo de vida, a alimentação, as doenças, o lazer e também os desejos, que passaram a ser os de consumo. De repente, também as crianças beiradeiras do Riozinho viraram adolescentes, uma palavra e uma experiência que antes não existiam (Brum, 2021, p.159).

O Bolsa Família, juntamente como outros programas sociais, foi inicialmente concebido para beneficiar pessoas pobres que residem em áreas urbanas. Contudo, os povos indígenas ou povos-floresta, termo usado por Brum (2021), não deveriam ser inseridos nessa lógica. Segundo ela, deveria haver uma vertente alternativa do programa, elaborada para incluir povos que vivem em contextos socioculturais diversos:

> A marca da pobreza presente nas doenças novas – como obesidade, diabetes, hipertensão – que faziam vítimas na floresta é apenas a ponta de uma longa cadeia de hábitos de consumo de baixa renda. Até o tempo passou a ser contado de outra maneira, já que é preciso planejar a ida ao banco todo mês, e a idade passa a assinalar o direito à aposentadoria (Brum, 2021, p. 160).

Ademais, cabe aqui uma problematização apresentada por Brum (2021), essas políticas, programas e projetos se "tornaram novos instrumentos da conversão de povos-floresta em pobres. E, assim, mais um instrumento de desmatamento da Amazônia e de deflorestamento das gentes amazônicas" (p. 161). Os povos-floresta não cabem no binômio pobre/rico, para eles, ser rico é não precisar de dinheiro e pobre é ter que trabalhar quando o patrão quer. Para esses povos, a verdadeira riqueza está na natureza, onde podem pescar ou colher alimentos e encontrar tudo de que necessitam. De maneira que agora quando vão para a cidade, precisam de dinheiro para comer, isso é ser pobre.

Conforme os dados de estudo anterior (Braga, 2019), os Xerente já incorporavam certos alimentos industrializados em sua dieta antes da implementação do PBF. Outras iniciativas sociais, como a distribuição de cestas básicas, bem como o contato contínuo com não indígenas, facilitaram a introdução desses alimentos no dia a dia dessa comunidade. O Bolsa família, apesar das problematizações citadas, tem mais pontos positivos do que negativos. Com o benefício, as mulheres puderam ser ouvidas nas aldeias e com isso, algumas são caciques e têm cargos importantes entre eles. Além disso, o benefício é a única fonte de renda para algumas famílias indígenas, que usam o dinheiro para comprar alimentos, garantindo o acesso à alimentação.

4.3.2 Aldeia Brejinho (Região Rio Sono)

Figura 4 - Mercadinho da aldeia Brejinho

Fonte: Fotografia tirada por Cássia Araújo (2024).

A aldeia Brejinho está situada próximo ao rio Sono, abrigando cerca de 30 habitantes. Conta com uma igreja Assembleia, uma escola e um mercadinho. Em maio de 2024, foram realizadas sete entrevistas nesta aldeia, incluindo três mulheres, dois homens, um ancião e o cacique. Eles cultivam banana, mandioca, mexerica, batata-doce, amendoim, inhame, cana,

feijão e andú. Embora haja fartura de alimentos cultivados localmente, os indígenas complementam sua alimentação com produtos industrializados, incluindo arroz, carne, biscoitos, refrigerante, açúcar, frango, café, leite, macarrão instantâneo, cuscuz e óleo.

O cacique assegura que não há casos de hipertensão e diabetes na aldeia. É importante destacar que o acesso a Brejinho é difícil, devido a uma estrada arenosa com muitos buracos, inadequada para veículos baixos ou sem tração nas rodas. Inclusive, o cacique expressou satisfação ao saber que uma pesquisa estava sendo conduzida na aldeia, já que normalmente são escolhidas comunidades de fácil acesso.

Os habitantes visitam a cidade de Tocantínia-TO apenas ocasionalmente, preferindo a cidade de Aparecida do Rio Negro-TO para compras esporádicas, que é mais acessível para eles. A aldeia tem um mercado, que recebe novas mercadorias semanalmente. Segundo os entrevistados, a terra é fértil e a produção agrícola é abundante, permitindo uma alimentação satisfatória e até a venda de excedentes para aldeias vizinhas. Na época das frutas, tem buriti, tem bacaba, tem manga, mangaba. No entanto, eles destacam a escassez de caça na região:

> [...] de primeiro tinha muito né? Agora tá escasso. É difícil... De primeiro tinha muito, a gente via até na estrada passando, veado.. mas agora... Os caçadores vem de lá né escondido, e às vezes pega um bocado, mata um bocado, e leve escondido. Mas a gente não faz isso né, a gente mata para comer, porque a gente lembra dos nossos netos, dos nossos filhos, a gente pensa no amanhã né? Mas esse povo que vem de fora né, eles matam um bocado pra vender né? Mas quem está aqui, fica sem. E peixe também tinha muito né? Mas agora tá menos (V. Xerente, aldeia Brejinho).

4.3.3 Aldeia Boa Vista (Região Suprawahâ)

Figura 5 - Aldeia Boa Vista

Fonte: Fotografia tirada por Cássia Araújo (2024).

A aldeia Boa Vista, com aproximadamente 70 habitantes, possui uma escola e uma igreja Batista. Foram realizadas três entrevistas nesta aldeia, com uma mulher, um homem e a cacique, durante o mês de maio de 2024. Eles informaram que muitos têm roça na aldeia, costumam plantar banana, mandioca, mexerica, laranja, batata-doce, amendoim, inhame, entre outros. No mercado compram arroz, feijão, carne, manteiga, bolacha, refrigerante, suco de pacotinho, frango, açúcar, café, miojo.

A cacique relatou que não existem casos de diabetes na aldeia, porém, há alguns casos de hipertensão. A caça, uma atividade anteriormente comum, está escassa na região, fazendo com que a compra de carnes no mercado se torne uma necessidade. Quase todas as famílias da aldeia são beneficiárias do PBF.

Em relação ao consumo de alimentos ricos em açúcares, a cacique afirmou que sempre alerta os moradores sobre os riscos associados: “[...] aqui acola que as vezes acontece desse costume de bolacha e refrigerante, mas não é mais aquela coisa, é difícil eu comprar, e toda a comunidade aqui evita, ontem já foi, mas agora não” (N. Xerente, aldeia Boa Vista).

4.3.4 Aldeia Ktepô (Região Tkaiwë)

Figura 6 - Roça na aldeia Ktepô

Fonte: Fotografia tirada por Cássia Araújo (2024).

A aldeia Ktepô, embora pequena, é rica em plantações. Com uma população de aproximadamente 21 pessoas, possui uma escola improvisada, não conta com unidade de saúde e nem igreja. Em maio de 2024, realizou-se uma entrevista com o ancião da aldeia. Ele compartilhou que, geralmente, adquire no mercado itens como arroz, feijão, óleo, macarrão, açúcar, biscoitos, suco, refrigerante, além de variados vegetais como tomate, beterraba, cenoura e batata. Carnes de gado e porco, bem como ovos, também estão em sua lista de compras. Além disso, possui uma plantação de mandioca e cria galinhas. O ancião mencionou

que existem alguns indígenas na aldeia com hipertensão e diabetes, embora não tenha conseguido especificar o número exato. Ele também recordou brevemente como a alimentação na aldeia costumava ser:

> As comidas não é mais como de antigamente, antigamente era batata, muita batata, inhame, mandioca... diminuiu muito. Antigamente assava batata no chão, hoje não tem mais isso, aí, mandioca tem diminuído também, as coisas que a gente come é mais da cidade. É preciso maquinário, sem maquinário a plantação é pouca (A. Xerente, aldeira Ktepô).

O ancião relatou que a quantidade de frutas tem diminuído significativamente, indicando uma mudança no clima. Com a escassez de caça, ele se vê obrigado a consumir alimentos provenientes da cidade para evitar a fome:

> [...] quando a gente era pequeno a própria natureza supria, agora buriti não dá mais, bacaba está pouca, então a gente pode passar necessidade né? as mulher se reuniam para pegar buriti, buritirana, bacaba, e agora tem pouco... Isso da própria natureza que é fartura e não tem mais... as caça não tem mais também... Tem coisa que a gente come porque acha bom, mas tem coisas que a gente come porque é o jeito. Pra não passar fome (A. Xerente, aldeia Ktepô).

Durante a pesquisa, identificamos que a falta de roças é justificada pela ausência de investimentos do governo: "[...] A terra é boa, precisa de maquinário para poder plantar. No braço a gente não consegue muito. O povo fala assim: pra que índio quer terra se não produz. É desse jeito que eles falam. Mas tá difícil porque tem que ter maquinário" (A. Xerente, aldeia Ktepô). Isso também apareceu nas pesquisas de Araujo (2016); Lima (2016); Rocha *et al.* (2016); Silva; Grácio (2020); Schmidt (2022), explicando que o projeto PROCAMBIX impôs alterações nas práticas tradicionais dos Xerente, o que tem reflexos consideráveis na problemática atual. O projeto apresentou a agricultura mecanizada como referência, com base na premissa de que a UHE afetaria as vazantes do rio, tornando inviáveis as roças de toco. Dessa forma, a segurança alimentar do povo Xerente foi impactada, assim como a preservação de sua cultura.

4.3.5 Aldeia Brupkarê (Região Brupre)

Figura 7 – Foto da aldeia Brupkarê

Fonte: Fotografia tirada por Cássia Araújo (2024).

A aldeia Brupkarê, situada na região Brupre, conta com uma população aproximada de 60 habitantes e encontra-se mais próxima da estrada que leva a Pedro Afonso-TO. Realizamos seis entrevistas, que incluíram quatro mulheres, um ancião e a cacique. Os indígenas desta aldeia cultivam em suas roças diversos produtos, como arroz, mandioca, batata, cana, inhame, fava, andú, gergelim e banana, entre outros. Os entrevistados relataram que a qualidade do solo é boa. No entanto, a proximidade da aldeia à Bunge, uma usina produtora de açúcar e bioenergia localizada em Pedro Afonso-TO, tem provocado a secagem do rio e consequentemente prejudicado a produção de alimentos:

> Nós plantamos arroz, mas não pegou, ficou tudo seco. Por conta da Bungue né? Acaba com a nossa água. Daí a gente bebe água do poço artesiano. A gente tá começando a sentir o cheiro de produto da bungue aqui na aldeia (R. Xerente, aldeia Brupkarê).

No mercado, normalmente adquirem produtos como açúcar, café, óleo, sabão e suco. Compram esporadicamente refrigerantes, bolos e bolachas. Eles mencionaram que a caça está escassa também, no entanto, criam porco e galinha. Além disso, consomem carne de gado, que é adquirida na cidade. Os entrevistados confirmaram que não há casos de diabetes na aldeia, apesar de algumas pessoas já terem sido diagnosticadas com hipertensão.

Pensando em um comparativo das aldeias visitadas, podemos concluir que todas já incorporaram alimentos industrializados em seus hábitos alimentares. A aldeia que têm o acesso mais difícil como a Brejinho costuma comprar os produtos no mercado próprio. Já os indígenas das aldeias Porteira, Boa Vista, Brupkarê e Ktepô, costumam comprar nos supermercados da cidade de Tocantínia. Frequentemente se deslocam por meio do ônibus escolar. A aldeia Porteira, pela localização mais próxima ao rio Tocantins, sentiu mais profundamente os impactos da instalação da barragem, por isso relatam que a terra não serve mais para o plantio e com isso tem apenas uma roça. Já as outras aldeias, verificamos a prática do plantio em roças, principalmente a aldeia Brejinho, por ser próxima ao rio Sono, tem bastante produção.

4.4 Pobreza e riqueza

O pensamento dominante sempre acreditou que os povos indígenas desapareceriam. Com implantações de políticas de integração, o intuito era transformá-los em trabalhadores nacionais, submetidos às regras e ao regime de trabalho. A separação dos indígenas da terra, da sua organização social e política, era necessária para transformá-los em cidadãos pobres, como exemplifica Castro (2017): “Porque sem pobres não há capitalismo, o capitalismo precisa de pobres, como precisou e ainda precisa de escravos” (p. 5). O crescimento do capitalismo não se dá apenas por meio da acumulação e exploração da classe trabalhadora, mas também pela exploração dos recursos naturais do planeta. Desta forma, podemos dizer que a conexão com a terra é um elemento definidor do indígena:

> [...] foi e é preciso antes de mais nada separá-lo de sua terra, da terra que o *constitui* como indígena. O pobre é antes de mais nada alguém de quem se tirou alguma coisa que tinha, de modo a fazê-lo desejar outra coisa que não pode ter. Para transformar o índio em pobre, o primeiro passo é transformar o Munduruku em índio, depois em índio administrado, depois em índio assistido, depois em índio sem terra, índio que, se insistir em ser índio, ou “voltar” a se reivindicar índio, será um “índio falso”, um índio de *jeans*, um espertalhão (Castro, 2017, p. 5).

Em outras palavras, Castro (2017) explica que transformar o indígena em índio e depois em pobre ou como a vertente de cidadão “igual a nós”, é um excelente projeto de

governo para remediar com os “programas de governo” que disfarçam a liberação de agrotóxico, implantação de hidrelétricas, extrativismo minerário, colheitadeiras, entre outros.

Em consonância, conforme a pesquisa de campo, foi possível identificar que para muitos indígenas, o significado de riqueza tem relação com a terra, com a cultura e com a natureza:

> Riqueza pra mim é a nossa língua, nossa cultura, nossa floresta, nosso cerrado, nossa terra. Nós temos riqueza ne? Nós que vivemos da terra. A gente dorme em paz, isso é riqueza. Pobreza é uma pessoa sem terra, onde é que vai morar? Sem terra é ser sem vida. Por isso nós tem que cuidar da natureza! Quem tem dinheiro não tem vida. É cada violência! Dinheiro nós come e no outro dia vira bosta. A terra é mãe. A terra que dá a vida. Se a gente pensar só na gente, a gente acaba com tudo, tem que pensar no outro, nos nossos netos, pra ter futuro, correr em paz na aldeia (R. Xerente, aldeia Brupkarê)
> Eu não considero rico não, porque tudo que a gente faz aqui na natureza, na roça. A riqueza vem na natureza (R. Xerente, aldeia Porteira).
> a Riqueza para mim... pra mim, é bom a gente ficar pobre como a gente ta... Riqueza é a gente ta mesmo aqui na Terra... Depois que a gente morrer a gente vai para a Terra mesmo. Para mim o que eu entendo mesmo, é ficar pobre (V. Xerente, aldeia Brejinho).
> [...] pra mim riqueza eu não penso em dinheiro também não. O dinheiro pra mim não é riqueza, eu posso ter o meu dinheiro mas, as vezes, eu não posso comprar nada que eu quero tá... mas, quando eu olho assim pra natureza onde eu tô, no meu habitat, eu tenho casa, tenho ar puro, tenho as mata, a gente tem todo recurso, nós indígena, nos Xerente, pra mim isso é riqueza, e onde eu correr eu pego a fruta, o pequi, o caju, isso pra mim é riqueza... mas quando tudo isso for acabado, destruído, isso ai pra mim já é pobre, porque dali eu posso ate conseguir um dinheiro pra substituir com a carne que hoje aqui já ta tudo extinto, os brancos tão acabando com as nossas coisas... então quando eu falo que eu tô rica, eu falo da natureza, que eu tenho tudo (N. Xerente, aldeia Boa Vista).
> Eu não sou rica não, quem é rica é a natureza. A natureza riquíssima a gente só tem que agradecer por tudo que Deus deu para a gente. A natureza é rica, e ela bota a gente na bolsa, a natureza (T. Xerente, aldeia Porteira).

Vários significados diferentes para o termo "riqueza" foram identificados entre os indígenas. Notavelmente, na aldeia Porteira, que recebe um alto número de visitas de não indígenas e onde os habitantes frequentemente visitam a cidade, a definição de riqueza parece estar relacionada ao conceito capitalista:

> [...] ser rico é você ter suas coisa... ter seu carro novo... ter sua mansão com suas coisas lá.... você aluga prédio, condomínio assim, aí você pega todo mês quatro mil reais pelo aluguel.. é você ter seus gados, sua criação não é? ter a pessoa que olha... como é? Vaqueiro (W. Xerente, aldeia Porteira)
> [...] a Riqueza é tudo... É quando tem moradia, saúde, educação... Essas pessoas que.. As pessoas que não têm dificuldade, não tem dificuldade de dizer que está sofrendo né? Que não tem essa dificuldade de educação, de cuidar da saúde... Que Tem acesso... Essa vida que os ricos levam... Porque nós pobres... A gente não passa fome, porque a gente corre atrás... E o rico não, o rico já tem as fazendas deles, vamos dizer... Tem gado para vender... Se tiver alguma coisa né? Dificuldade... Dentro do do banco já tem acesso... A coisa que rico faz né... Não tem sofrimento igual nós temos (E. Xerente, aldeia Porteira).

Ao serem questionados sobre o que é ser rico na aldeia, alguns indígenas argumentaram que ser rico implica possuir um emprego externo, obter uma educação formal, exercer influência, ser convidado a discursar e assumir posições governamentais, receber salário e possuir um carro. No entanto, para outros indígenas, especialmente aqueles que residem em aldeias mais remotas, a riqueza é associada à abundância de alimentos provenientes de suas plantações:

> [...] riqueza é ter tudo na casa ne? É ter arroz, feijão... da roça ne? Fava, feijão andu, mandioca, mandioca mansa, que nós conhecemos como o nome de macaxeira, inhame, batata, milho a gente planta também no lugar que da bem... no lugar que não dá, a gente não planta ne?. Coisa que a gente não planta, fica em falta... Tem a terra que dá tudo, tem terra que não dá, algumas coisas que a gente planta né? Tem terra que da tudo... arroz, feijão, batata, amendoim, mas isso em uma terra que dá vários plantios (J. Xerente, aldeia Brupkarê).

A pobreza é percebida por muitos como um reflexo da falta de vontade de trabalhar na roça. Para outros, está associada à ausência de moradia e, sobretudo, à falta de acesso à terra. Além disso, é caracterizada pela privação da alimentação tradicional e pela impossibilidade de fazer festas:

> pobreza é a falta de todas essas coisas... dos alimentos tradicionais [...] não me considero pobre, mas também não me considero rico, porque rico é ter o povo todo reunido, a família todinha. Com muita comida pra comer, um chegava com uma coisa, outro com outra coisa. Era aquela alegria (A. Xerente, aldeia Ktepô).
> Pobreza é quando não tem esses alimentos da terra. No meu ponto de vista é pobreza (J. Xerente, aldeia Brupkarê).
> A pobreza quando a gente não tem nada né nem pra comprar, nem para comer. Às vezes fico o dia todinho não tem nada. Fica querendo comer mas não tem... Não tem dinheiro para comprar, e as coisas ficam difíceis né? Agora de rico é outro ne? Tem dinheiro e as coisas, tem caça, tem pesca (V. Xerente, aldeia Brejinho).
> Pobreza é um homem que trabalhando na roça né, se alimenta da natureza. Quando não tem condição de buscar o dinheiro... Um homem que negocia com o banco é um empreendedor. O homem que só busca o seu alimento no dia a dia, ele está só se alimentando né. (D. Xerente, aldeia Porteira).
> Pobreza? Pobreza para mim é falta tudo né? Moradia, saúde adequada, educação... Porque para mim na minha concepção, pobreza é isso, falta de moradia, de educação... De saúde... (E. Xerente, aldeia Porteira).

Belik (2003) analisa criticamente os conceitos de pobreza e fome, destacando que não são sinônimos, apesar dos dados de pesquisas indicarem que aqueles que sofrem de fome são geralmente pessoas incapazes de adquirir alimentos. Para este autor, a fome[16] ocorre quando a

[16] "A fome, como questão política, entrou na agenda brasileira em 1946, quando o médico, sociólogo, geógrafo e político pernambucano Josué de Castro (1908-1973) publicou o clássico *Geografia da fome*, rompendo com a "conspiração do silêncio", iniciando um movimento universal de resgate da cidadania de dois terços da

alimentação diária não é suficiente para suprir a energia que o organismo requer para as atividades normais de um ser humano. Já a desnutrição "decorre da manifestação de sinais clínicos que provêm da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou também de doenças que provocam o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos" (p. 15).

Para elucidar essa problematização, Belik (2003) explica que mesmo que uma sociedade seja muito pobre, sem acesso à educação, saúde e moradia, isso não significa que ela passe fome. Assim como pessoas, cuja renda seja suficiente para ter uma vida digna, podem ter uma alimentação inadequada. Desse modo, nem toda desnutrição está relacionada à deficiência energética, pois alguns fatores podem ser determinantes como a deficiência de macro e micronutrientes, desmame precoce, higiene alimentar precária e ocorrência de infecções, ou seja, está relacionada "[...] não apenas a falta de ingestão de alimentos, mas também a diversificação e a adequação nutricional da dieta, conhecimentos básicos de higiene, condição salubres de moradia, cuidados de saúde etc." (Belik, 2003, p. 15).

Já no entendimento de Silva (2014), há uma estreita ligação entre fome e pobreza, uma vez que os dois fenômenos se influenciam mutuamente, pois, a fome, resultante da ingestão de alimentos em baixa quantidade e/ou qualidade, causa deterioração do estado de saúde, comprometendo o desempenho produtivo e integração social de indivíduos, o que consequentemente, afeta o acesso ao emprego e renda. Além disso, compromete o acesso de outros bens e serviços fundamentais como habitação, água, educação e serviços de saúde: "[..] os fatores determinantes da fome em uma sociedade praticamente se justapõem aos determinantes da pobreza, e vice-versa, de maneira que o combate a esses fatores não pode estar apartado de uma estratégia de desenvolvimento mais ampliada" (p. 11).

Quando se trata de povos indígenas, a pobreza está menos associada à falta de renda e mais ligada à ausência de terra. Sem a terra, eles não apenas perdem sua moradia, mas também um local para plantar, pescar e caçar, e consequentemente, podem ficar em situação de fome. Ademais, a terra é um elemento crucial para sua identidade cultural:

> Pobreza pra mim é quando não tem lugar para ficar, não tem nada pra viver né? É morador de rua que eu falo né, não tem nem lugar pra viver ne. Riqueza é bem viver né? Pra mim não é importante a gente ter muitas coisas não. O importante é bem viver. Ter espaço pra viver. Quando os Xerente vai para a cidade, parece aqueles pássaros presos na gaiola, que parece que não tem nem espaço para viver. Pra caminhar. [...] Tudo é comprado na cidade, aqui não, aqui a gente trabalha na terra e

---

população humana que, estimativamente, na sua época, sofria os efeitos da insuficiência alimentar em escala praticamente pandêmica" (Nascimento; Andrade, 2010, p. 35).

> tem tudo, na cidade sem dinheiro a gente não come não. As vezes dá até depressão de ficar na cidade (E. Xerente, aldeia Brupkarê).

Isso remete às falas de Davi Kopenawa sobre a ignorância dos brancos ao acharem que oferecendo dinheiro e casa, os indígenas estarão completos e realizados, sem entenderem o significado de bem viver para o indígena:

> Em muitas ocasiões, as pessoas que as proferem tentaram me enganar dizendo: "Sejamos amigos! Siga o nosso caminho e nós lhe daremos dinheiro! Você terá uma casa, e poderá viver na cidade, como nós!" Eu nunca lhes dei ouvidos. Não quero me perder entre os brancos. Meu espírito só fica mesmo tranquilo quando estou rodeado pela beleza da floresta, junto dos meus. Na cidade, fico sempre ansioso e impaciente. Os brancos nos chamam de ignorantes apenas porque somos gente diferente deles. Na verdade, é o pensamento deles que se mostra curto e obscuro. Não consegue se expandir e se elevar, porque querem ignorar a morte (Kopenawa; Albert, 2015, p. 390).

As entrevistas revelaram diferentes percepções sobre riqueza: para muitos, ela está relacionada à Terra, à cultura e à natureza, enquanto a pobreza é associada à falta de terra e à consequente impossibilidade de plantar, caçar e viver segundo seus costumes. Já em comunidades mais expostas ao contato com não indígenas, a riqueza é vista sob uma ótica capitalista, vinculada à posse de bens materiais. Para os indígenas, a terra é essencial não só para a subsistência, mas também para a identidade cultural e o bem viver. O pensamento ocidental, ao oferecer dinheiro e moradia como solução para a pobreza indígena, ignora essa conexão fundamental com o território.

4.5 Fome e fartura

No âmbito dos debates antropológicos, as análises sobre a fome se estendem desde olhares sobre as práticas alimentares, até a construção da categoria pelo Estado, ao enunciar a sua existência discursivamente e instituir políticas de combate à fome. O próprio conceito de fome pode abarcar uma diversidade de significados, ser usado para indicar necessidade de comer um alimento específico ou como carência de ingestão de alimentos, assim como também pode significar uma subalimentação ou falta do necessário; usamos a palavra fome quando falamos de desnutrição, pobreza, miséria ou apenas de um intervalo entre uma refeição e outra (Verdum, 2003; Blanco, 2017).

De acordo com Blanco (2017, p. 6), a fome está relacionada com os níveis biológico, psicológico, social e cultural, ou seja, "é definida como uma necessidade biológica a ser satisfeita de modo mais ou menos bem-sucedido pelas instituições sociais, econômicas e políticas." Verdum (2003) sugere que o termo pode abordar miséria e ainda reforçar situações

de poder e colonialismo. Assim, a fome adquire sua significância e conceituação pela percepção do esquema cultural que está envolvida:

> A fome, ou o que chamamos de fome, pode estar relacionada em uma dada situação cultural a uma escassez temporária de alimentos, à sazonalidade de determinados alimentos provenientes da caça, pesca, coleta e cultivo, ou pode estar relacionada a circunstâncias ritualísticas, onde há a restrição individual ou coletiva ao consumo de determinados alimentos em um dado período do ano (Verdum, 2003, p. 133).

Pensar a fome para além da dimensão fisiológica não é um desafio fácil, pois do ponto de vista das necessidades humanas mais urgentes, comer é condição para a sobrevivência e a privação de comida tem levado milhares de pessoas à morte, tanto na contemporaneidade, como em outros tempos. A tese da universalidade da fome e os parâmetros para avaliar a segurança alimentar e nutricional de populações são caracterizados pela perspectiva de que a fome como problema social está associada a contextos de subdesenvolvimento. A força dessa narrativa foi analisada por Escobar (1998) ao apresentar a exegese do conceito de desenvolvimento, na invenção do Terceiro Mundo, apontando que os discursos e práticas associados a essa categoria, obscureceram o fato de que, tanto a fome e a pobreza, são gerados pelo processo de organização econômica capitalista. Em síntese, a questão que se apresenta latente nesse processo refere-se à constituição de desigualdades e ao empobrecimento de populações, comunidades tradicionais e originárias. Estas estruturaram formas de viver ajustadas aos seus territórios, articuladas com referenciais cosmológicos e políticos, e que foram e têm sido transformados (as) em pobres e famintos, tanto do ponto de vista material, uma vez que seus modelos produtivos têm sido destruídos, como pelo discurso hegemônico, através de categorias, classificações e medições para que sejam alcançados pelas políticas públicas.

Josué de Castro foi o primeiro pensador brasileiro a situar a fome como um elemento importante para se compreender a geografia das desigualdades brasileiras. A partir de um olhar crítico sobre o aclamado desenvolvimento econômico capitalista, o autor explica: “Por trás desta estrutura com aparência de progresso — progresso de fachada — permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome” (Castro, 1984, p. 270).

O autor destaca que a fome foi pouco explorada como campo de estudo em comparação com outras grandes calamidades que costumam assolar o mundo, como as guerras, pestes ou epidemias, apesar de a fome causar estragos maiores do que guerras e epidemias juntas. O mesmo ocorre no âmbito dos debates antropológicos. Enquanto a comida

é tema de muitas pesquisas estruturadas na consolidada linha da antropologia da alimentação, a fome não recebe o mesmo tratamento.

A antropologia, desde Lévis-Strauss, ao destacar o cru e o cozido como representações da transição da natureza para a cultura, registra, analisa e compara os hábitos alimentares das culturas humanas. Essa vasta produção teórica aborda tabus alimentares, resguardos, simbolismos e evidencia que a comida é um marcador de diferenças entre os grupos humanos e uma referência identitária significativa (Maciel, 2001; Canesqui, 2001; Oliveira, 2020; Romanelli, 2006; Mintz, 2001).

Romanelli (2006) sustenta que a antropologia explora o estudo da alimentação para entender a diversidade dos costumes e o significado simbólico das atividades humanas. Essa disciplina procura discernir a relação entre o natural e o cultural. O natural é percebido como um elemento provido pela natureza. A fome, associada a uma necessidade natural e intrínseca à espécie humana, tem um caráter universal - em todas as culturas, só pode ser satisfeita através da ingestão de alimentos. No entanto, as práticas alimentares são situadas no domínio cultural, compreendida como criações humanas simbólicas que emergem da convivência social e são fundamentais para a vida em sociedade. Entre os Akwẽ, a fome está diretamente relacionada à tristeza, desânimo e doença:

> Pra mim é falta de alimentação né, se a gente não se alimentar direito, a gente não fica alegre. Mas se a gente se alimenta bem, a gente fica forte, alegre. Fartura é a gente ter comida (J. Xerente, aldeia Brupkarê).
> Fome muita fome da dor de cabeça, da fraqueza, dá desnutrição, falta de alimento né, nutriente de alimento... é isso... (D. Xerente, aldeia Porteira).
> A fome pra mim é uma doença que dá ne? Porque não é bem viver pra nós, afeta todo mundo, comunidade Xerente, se um ta com fome, todo mundo sente. Na cultura dos Xerente, quando tem uma coisa, não come só, divide com todo mundo, se for caldo, um pedacinho de carne, vai da pra todo mundo experimentar (E. Xerente, aldeia Brupkarê).
> Fome é tristeza, é falta de diálogo, ninguém quer conversar com fome... (A. Xerente, aldeia Brupkarê).
> Fome pra mim é doença, a gente fica sem coragem para trabalhar. Barriga cheia é saúde. Fartura é saúde. (R. Xerente, aldeia Brupkarê).
> A fome? sentir fome é quando você não tem nada mesmo assim para comer. Tipo assim... mas ainda dá né? mesmo assim se você trabalhar né? fazer sua rocinha... Porque você plantando você colhe, mas aí se não plantar não tem nada (W. Xerente, aldeia Porteira).

Nascimento (2006), ao analisar o cotidiano de trabalho dos pescadores artesanais do litoral do município de Maracanã-PA, observou que recordavam o passado como o tempo marcado pela fartura, pela abundância de peixes. Devido à atual escassez de pesca, eles o nomeiam como o tempo da “famitura”, pois para obter um peixe, é necessário deslocar-se grandes distâncias e trabalhar por horas.

Yuyama *et al.* (2018), ao identificar a diferença de significados no estudo realizado entre os Kanamari, afirma que a falta de comida em pesquisas urbanas tem relação com a escassez de recursos financeiros, já entre os indígenas, a falta de comida está relacionada ao uso da terra, envolvendo o plantio e a criação de animais.

O conceito de fartura para os Akwẽ-Xerente está ligado à partilha de alimentos e ao conceito de riqueza, que se traduz no acesso à terra e aos alimentos tradicionais. Nessa perspectiva, todos os alimentos devem ser compartilhados entre os parentes, proporcionando a oportunidade de preparar sua "panelona":

> Fartura é ter tudo dentro de casa, plantar arroz, feijão, fava, é ter tudo (E. Xerente, aldeia Brupkarê).
> A fartura é a melhor coisa, pior coisa é a fome, aqui nunca faltou nada, durante muitos tempos a gente já passou fome, mas hoje em dia, essa aldeia tem uma fartura tão boa, ninguém passa fome, tem muita fartura aqui. Se você perguntar para os mais jovens, eles não sabem dizer o que é fome, nós mais velhos sabemos o que é fome, mas agora tempos fartura. Amanhã mesmo to com minha farinha aqui. (L. Xerente, aldeia Brejinho).
> Pra mim ter fartura é eu ter tudo em casa, de banana, de mandioca, é ter tudo pra eu comer. Pra mim é ter comida! (N. Xerente, aldeia Boa Vista).
> Ter muita comida... se você tiver todo dia suas coisas de alimentação para você comer... você ter mesmo suas coisas de comer essa hora assim do dia... e carne para você fazer a sua panelona... Panelona com muita comida eu acho que é fartura isso aí. (W. Xerente, aldeia Porteira).

É nessa lógica de raciocínio que conseguimos identificar o conceito de segurança alimentar na visão do Akwẽ-Xerente. Para eles, a segurança alimentar está vinculada ao seu sistema alimentar, o que significa que deve haver uma quantidade suficiente de alimentos não só para eles, mas também para os animais do cerrado: “Tem... Como eu falei tem alimentos suficientes para a gente. Para a gente comer aqui né? Inclusive a gente come, vende também né? A gente come, os bichos comem, os passarinhos comem né?” (V. Xerente, aldeia Brejinho).

A comida tem relação direta com o sentido humano e compõe a identidade social, uma vez que a reação ou estranhamento aos hábitos alimentares de outros humanos revela a cultura em que cada um está inserido. Os hábitos alimentares e comportamentos centrados na comida são transmitidos de pais para filhos, de modo que mesmo com as mudanças na fase adulta, as formas sociais apreendidas como requinte pessoal, destreza manual, cooperação e compartilhamento, restrição e reciprocidade permanecem na memória (Mintz, 2001). Portanto,

> Comer é uma atividade humana central não só por sua frequência, constante e necessária, mas também porque cedo se torna a esfera onde se permite alguma escolha. Para cada indivíduo representa uma base que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias por meio de nossos atos (Mintz, 2001, p. 32).

Na dimensão simbólica, o ato de apenas comer não é tão simples como parece. O ato passa a ser subjetivo e complexo, pois não é simplesmente biológico e nem somente social, ele é a união do biológico e cultural de uma maneira indissolúvel:

> [...] é importante aceitar que são as formas culturais de comer que condicionam a nossa necessidade biológica de fazê-lo. São estas redes de significações que circunscrevem o ato de comer, como a maneira "certa" ou "errada" de fazê-lo (Oliveira, 2020, p. 4).

Para os Akwẽ mais velhos, a comida tradicional é considerada saudável, enquanto os alimentos da cidade são vistos como prejudiciais à saúde. Eles expressaram preocupação com os agrotóxicos presentes nos alimentos produzidos na cidade. Para eles, a segurança alimentar está em consumir alimentos indígenas, preparados de acordo com suas tradições:

> Se eu tiver tomando refrigerante que sei que não tem faz bem, temos que comer é nossas comidas indígenas, do jeito que o indígena faz, sem óleo, sem muito sal, porque não faz bem. Pra ter uma alimentação saudável com segurança, eu tenho que comer as coisas certas, de preferência da forma indígena (N. Xerente, aldeia Boa Vista).
> Segurança alimentar é manter alimentos tradicionais, porque se a gente usar todos os alimentos da cidade, ela tem a questão de agrotóxicos, o feijão, o óleo, vem tudo contaminado. Então segurança alimentar para nós é trabalhar na roça... Então é manter a tradição, que é usado dentro da roça tradicional, que é o feijão, a mandioca, e não uso agrotóxico né... é natural né? (D. Xerente, aldeia Porteira)
> Segurança é você ter alimentação saudável, comer coisas que não fazem mal para a saúde (W. Xerente, aldeia Porteira).
> Segurança alimentar para mim é quando tem os alimentos, alimentos que a gente planta na roça né? Alimento natural (E. Xerente, aldeia Porteira).

Desse modo, mesmo tendo que comprar alimentos nos mercados e já terem incorporado a alimentação do não indígena em seu cotidiano, os Akwẽ reconhecem que os "alimentos da cidade" estão trazendo doenças e malefícios para a saúde deles.

4.6 EBIA indígena

Mensurar a insegurança alimentar em contextos socioculturais diversos requer um processo amplo, duradouro, interdisciplinar e participativo: "O debate envolveria não apenas uma reflexão sobre o sentido que o conceito de insegurança alimentar possa ter para suas epistemologias de mundo, mas também a quais tipos de ações esta aplicação poderá conduzir"

(Athila; Leite, 2020, p.8). Nesta direção, os autores chamam a atenção para a adequação da EBIA para ser aplicada entre os diferentes povos indígenas do país. No instrumento é necessário incorporar as diferentes visões de mundo do povo em estudo, sua organização social, sistemas alimentares e noções de condições de vida. É necessário compreender e avaliar as concepções nativas sobre sua alimentação a fim de analisar se as definições de "qualidade" e "quantidade" estão de acordo com as noções que os povos indígenas têm sobre comida. Além disso, questões relevantes sobre o acesso a alimentos, o dinamismo de seus sistemas alimentares e a sazonalidade devem ser observados e incorporados nessas análises sobre insegurança alimentar.

A versão atual da EBIA é composta por 14 itens (Sardinha, 2014), sendo:

> Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
> Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
> Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
> Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
> Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
> Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
> Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
> Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
> Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
> Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
> Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
> Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
> Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
> Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

O instrumento atualmente utilizado para avaliar o nível de insegurança alimentar no Brasil não dialoga com a realidade dos povos indígenas e nem considera a diversidade de percepções sobre a fome, sobre a produção e obtenção de alimentos, resguardos alimentares

necessários para a manutenção da saúde, reciprocidade, trocas alimentares, mudanças dos hábitos alimentares, e, fundamentalmente, a dependência do território, que é o cerne dos sistemas alimentares dos povos indígenas brasileiros.

Os conceitos presentes na EBIA, muitas vezes não são compreendidos pelos povos indígenas, além disso, o fato de ser compreendido por um povo, não significa que será entendido por outro, já que cada etnia tem suas especificidades, como aponta Yuyama *et al.* (2008). Analisar a fome, a insegurança alimentar ou a soberania alimentar sob a perspectiva capitalista, colonizadora e paternalista resulta em dados científicos que fundamentam projetos sociais, porém, não garantem resultados concretos e eficazes para os povos indígenas. Isso ocorre porque tais projetos não consideram a relação desses povos com os alimentos, a terra e seus respectivos métodos de cultivo.

É importante notar que as escalas de insegurança alimentar foram desenvolvidas com base em "nossa" própria compreensão de situações específicas consideradas relevantes no universo do que seria fome ou insegurança alimentar. O próprio conceito do que seria "acesso à comida" está relacionado com a experiência de fome dos domicílios americanos; assim, nesse modelo conceitual, a possibilidade de aquisição, armazenamento e gestão do acúmulo de comida são critérios centrais. Os estudos realizados entre os povos indígenas contemplam a interpretação desse conceito universal de segurança alimentar e não a perspectiva de fome e insegurança alimentar do povo estudado; em certa medida, as pesquisas buscam "tornar visíveis" os povos indígenas, suas práticas tradicionais, suas condições sociodemográficas e de saúde, mas acabam não mensurando suas próprias "noções de bem-estar e saúde" (Athila; Leite, 2020).

A construção de parâmetros para avaliar o acesso aos alimentos e, posteriormente, pensar e construir políticas públicas relacionadas à fome é condição para que o Estado atue junto às populações, comunidades e povos vulnerabilizados. As chamadas evidências científicas, são, portanto, a base para o planejamento de ações mitigadoras. Elas se traduzem na apresentação de dados coletados por parâmetros universalistas, próprios da perspectiva epistemológica da razão ocidental. Como apresenta Segato (2021, p. 112), no caso dos povos indígenas, "as instituições da modernidade são projetadas eurocentricamente nas instituições do mundo aldeia." Na direção do que aponta a autora e com a intenção de abrir "brechas em um território totalizado pelo esquema binário", sugerimos superar a "opressão das categorias" (Segato, 2021, p. 50), pois elas são estruturantes da colonialidade, no sentido atribuído por Quijano (2005).

Schmidt (2022), ao se debruçar sobre as formas como os Akwẽ pensam sua ontologia, apontou uma ontologia alimentar, mostrando que comer é um processo simultaneamente criador de seres, corpos e relações sociais, assim como voltar a comer as comidas tradicionais se apresenta nos discursos contemporâneos como uma forma de reexistir e resistir (Schmidt, 2022). Na mesma direção que a autora propõe, para entender a relação dos Akwẽ com os alimentos, sugerimos a necessidade de se considerar como esse povo concebe a produção dos alimentos e os saberes necessários para que todos os que vivem no seu território se alimentem, humanos e não humanos.

De acordo com essa linha de pensamento, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) validou a escala indígena ao longo do ano de 2024. A Escala é composta por questões que englobam informações básicas da família, dados demográficos, informações sobre o domicílio, aspectos de saúde e doença, detalhes sobre alimentação e nutrição, além de apoio e proteção social. No segmento de Alimentação e Nutrição, as perguntas incluem:

> 1. Nesta casa tem morador ou moradora com idade menor de 16 anos (de 0 a 15 anos)?
> 2. No mês passado, você sentiu preocupação em conseguir comida para sua casa?
> 3. No mês passado, vocês desta casa, comeram sempre comida da sua cultura?
> 4. No mês passado, vocês nesta casa, comeram sempre comida saudável (que faz bem para saúde)?
> 5. No mês passado, na sua casa, teve comida todos os dias?
> 6. No mês passado, você ficou um dia todo sem comer nada, porque não tinha comida na casa?
> 7. No mês passado, teve dia que você comeu menos para deixar comida para as crianças e jovens da casa?
> 8. No mês passado, teve dia em que as crianças e jovens da casa comeram menos quantidade de comida do que é necessário, porque tinha pouca comida?
> 9. No mês passado, teve dia em que as crianças e jovens da casa passaram o dia todo sem comer e foram dormir querendo comer, porque não tinha comida?
> 10. No último mês, você ou alguém da sua casa, teve que fazer alguma coisa para conseguir comida que causou vergonha, tristeza ou constrangimento?
> 11. Alguém desta casa faz roça ou horta?
> 12. Se não, por que não faz roça/horta?
> 13. Se faz roça/horta, o que você planta?
> 14. Se outro, qual?
> 15. Vocês cultivam algum tipo de frutífera próximo a casa ou na comunidade?
> 16. Se sim, cite as 5 frutíferas mais comuns na sua aldeia.
> 17. Vocês fazem coleta de outros tipos de castanhas, cocos ou outras frutas? (pode ter mais de 1 resposta)
> 18. Se tem roça ou horta: O seu cultivo da roça ou horta é: (pode ter mais de 1 resposta)
> 19. Onde vocês conseguem as sementes ou rama para plantar? (pode ter mais de 1 resposta)
> 20. Se planta, coloca algum veneno?
> 21. Se planta, tem alguma dificuldade com a roça/horta?
> 22. Se sim, quais são as dificuldades? (ler se a pessoa tiver dificuldade em lembrar) (pode ter mais de 1 resposta)

> 23. Vocês criam algum animal para comer ou vender?
> 24. Se sim, quais animais? (pode ter mais de 1 resposta)
> 25. Vocês caçam?
> 26. Vocês pescam?
> 27. Nesta área tem cultivo de planta para remédio (ervas)?
> 28. Agora queremos saber mais sobre a comida dos moradores desta casa. Ontem, na casa, vocês comeram (PENSAN, 2024).

É relevante enfatizar que a escala indígena ainda não foi aplicada entre os Akwẽ-Xerente. Tivemos acesso a mesma após a conclusão da pesquisa de campo. No entanto, perguntas semelhantes foram apresentadas aos entrevistados e os dados estão sendo analisados e discutidos ao longo de todo este estudo.

4.7 Sistema alimentar Xerente e um novo vocabulário para analisar a segurança alimentar indígena

Sistemas alimentares podem ser definidos como um conjunto de práticas, manejos, crenças e reciprocidades relacionadas ao consumo, produção, coleta e preparo dos alimentos pelos seres humanos e não humanos que compartilham o mesmo espaço material e imaterial dos territórios em que vivem. A narrativa abaixo aponta elementos importantes do sistema alimentar Akwẽ, além de constatar as mudanças alimentares, apontadas por autores como Rocha *et al.* (2016), Araújo (2016), Schmidt (2022) e Silva e Grácio (2021):

> O que os Xerente consome né, são as caça, carne de anta, carne de tatu, peixes, carne de vaca também... e também arroz, mandioca... Hoje em dia, na atualidade, a gente consome os alimentos industrializados tipo macarrão, extrato, sal... a gente já faz essa mistura né? Mas o que a gente mais gosta, o que a gente mais deseja consumir são os alimentos tradicionais mesmo né, que é do povo indígena mesmo, tipo o grolado que é feito da mandioca, a farinha, a tapioca, é... as caças né, que hoje em dia são muito raros na área indígena, mas é o alimento mais desejado. […] Carne de caça moqueado tem toda a preparação né, pra moquear uma carne... é feito uma fogueira grande enquanto o fogo está aceso né, com... queimando a lenha, é colocado as pedras dentro do fogo pra ir ficando somente a brasa e a pedra, pra depois colocar a carne em cima das pedras quente e depois vir com a palha né, palha de babaçu, cobrir a carne todinha que foi colocada em cima da pedra, e depois cobrir com a terra, em cima da palha, daí fica em torno de 2 horas cozinhando, assando, e essa carne que foi colocada né será muito bem macio e consumido com água, um molho de sal, pimenta e grolado e farinha... vai a gosto. Hoje é raro, mas as vezes é feito, a gente vê mais nos casamentos [...] os mais velhos... eles gostam muito da comida tradicional (M. S.Xerente, 2019 *apud* Schmidt, 2022).

A primeira condição para que o povo Akwẽ-Xerente realize seus ritos tradicionais é a possibilidade de ofertar alimentos aos convidados, como ocorre no *Dãsipe,* rito de nominação das crianças, conduzido pelos anciãos de cada clã. O alimento principal é o Paparuto, um bolo de mandioca com carne, assado por várias horas, após ser envolvido em folhas de bananeira e

enterrado sob brasas. Nos velórios, uma das obrigações de reciprocidade entre os clãs refere-se à responsabilidade de adquirir, preparar e oferecer alimentos aos presentes, considerando que a família do falecido deve dispor da totalidade do tempo para "chorar" o seu parente. Esse trabalho é, posteriormente, recompensado com o pagamento de uma novilha, no dia da visita ao túmulo, que ocorre após sete dias do falecimento. Várias famílias incorporaram as festas de aniversário, o Natal e a comemoração do Ano Novo nos seus calendários. Em geral oferecem, em grande quantidade, arroz e carne para os participantes dessas festas.

Há muitos elementos que se referem à relação com os alimentos e com a territorialidade no conjunto de mitos do povo Akwẽ. O mito do fogo, a exemplo, aponta que a carne moqueada, muito apreciada entre os Akwẽ, foi saboreada pela primeira vez quando a onça (*Huku*), deu o fogo para um indivíduo, após salvá-lo, quando este foi abandonado pelo cunhado, no topo de um pé de buriti. Desse contato surgiram os Clãs, as pinturas e o uso do fogo. Os Akwẽ compreendem o território como espaço de convivência com outros seres, onde todos têm o seu alimento. É comum, nos mitos, a referência aos donos do rio, da caça, das árvores, da chuva e do vento. Todo o território Akwẽ é mapeado, cosmologicamente, pelos pertencimentos diversos. Pescar e caçar são atividades que devem ser previamente autorizadas pelos *Tdekwa,* o dono da caça, por exemplo, pode esconder os animais, caso os acordos não sejam respeitados. O dono do rio e também dos peixes, se comunica com os pescadores, quando entende que esses "estão pescando muito" (Silva; Grácio, 2021; Schimdit, 2022). O Deus criador Akwẽ (*Waptozare)* os ensinou a plantar as roças, que são basicamente de dois tipos: as roças de vazante e as roças de toco. As primeiras foram inviabilizadas pela UHE de Lajeado, como citado anteriormente. Com o controle mecânico das águas, não existem mais as áreas, às margens do rio Tocantins, que fertilizavam o solo, permitindo o plantio nos períodos de seca. As roças de toco, que utiliza a queimada como manejo para a fertilização do solo, tem sido desestimulada pelos órgãos ambientais e até proibidas no período de risco para queimadas (Silva; Grácio, 2021).

A caça também foi afetada pelo crescimento das cidades e da malha viária, mas continua sendo uma das atividades produtivas importantes para o consumo das famílias. As regras da caça são rigorosamente observadas pelos Akwẽ, pois temem as represálias do Dono da Caça, conforme a narrativa abaixo:

> Meu marido ficou doente no ano passado (2022). Começou a sangrar o nariz e a emagrecer. Perguntei a ele o que tinha acontecido. Ele me contou que foi caçar e atirou em um Porcão, mas não conseguiu matar. O bicho fugiu, baleado. Depois que ele me contou, fomos ao Pajé e, quando chegamos lá, ele nem precisou contar a história. O Pajé já disse: O *Tdeká* do porco está muito zangado com você. Ele não se

> importa se você mata e come, ele até acha bonito, mas não pode machucar e deixar sofrendo. Quando você vê que não consegue matar, não atira. Isso não se faz. O Pajé levou meu marido até a toca do porcão e depois meu marido ficou bom. Agora ele está com medo de caçar (E. Xerente, aldeia Porteira).

A pesquisa de campo tem nos permitido, até o momento, apreender categorias e um vocabulário êmico, cujos resultados foram apresentados aqui. Para os Akwẽ, todos os seres vivos (humanos e não humanos) tem o seu "dicumê", mas para que as relações de comensalidade sejam mantidas em equilíbrio, é necessário respeitar as regras estabelecidas desde "o começo" dos tempos. Na tabela abaixo, apresentamos algumas sugestões para a coleta de informações sobre a insegurança alimentar entre esse povo. Ressaltamos, no entanto, que essas questões foram pensadas considerando as pesquisas já realizadas entre o povo Akwẽ. É importante enfatizar que a diversidade de povos e sistemas alimentares deve ser analisada à luz da especificidade de cada povo. Além disso, destacamos o caráter preliminar desta proposta e, também, a dinâmica inerente aos contextos interculturais nos quais os povos indígenas estão inseridos:

Quadro 3 - Sugestões para avaliar a Insegurança alimentar entre os povos indígenas

1	De onde vem a maior parte dos alimentos consumido pela família? Roças dentro da T.I? Supermercado das cidades mais próximas?
2	Quais os alimentos "da cultura" são mais consumidos pela família e em que período do ano se consume mais esses alimentos da cultura?
3	Quais os alimentos que a família ou comunidade plantavam e não plantam mais e por quê?
4	Com que frequência a família ou comunidade usa dinheiro para comprar alimentos?
5	Quantas vezes por dia a família se alimenta? Só quando sente fome ou em horários determinados?
6	Com que frequência a família ou comunidade comia ou come carne de caça? Se diminuiu o consumo, por que acha que isso aconteceu? As áreas onde se encontram a caça permanecem preservadas ou sofreram alguma mudança?
7	Com que frequência a família ou comunidade come frutos do cerrado e em que época do ano? A família diminuiu o consumo desses frutos nos últimos anos? Se ocorreu essa diminuição, por que acha que isso aconteceu? As áreas da terra indígena onde a comunidade coletava os frutos sofreram alguma mudança nos últimos anos?
8	A família ou comunidade consome peixe? Se positivo, qual a origem do peixe consumido? A família ou comunidade avalia que houve diminuição dos peixes por alguma intervenção humana?
9	Alguém da família tem remuneração fixa? Se positivo, indicar quanto do salário é utilizado para comprar alimentos e avaliar se é suficiente para tanto, considerando outras necessidades.
10	Nos últimos meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, por que não havia comida?

11	Nos últimos meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, por que não havia comida suficiente para todos?
12	Nos últimos meses, alguma vez, algum membro da família ou da comunidade com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, por que não havia comida?
13	A família ou comunidade depende de algum programa de assistência ou recebe cestas básicas de instituições do governo?

Fonte: elaborada pelas autoras.

4.8 "O caminho é florestar"

A obra de Kopenawa e Albert (2015) apresenta um alerta sobre a situação dos povos indígenas, que já estão sofrendo com o impacto da devastação das florestas e do meio ambiente há muito tempo. Todavia, é importante salientar o impacto que o Brasil tem experimentado nos últimos anos devido às mudanças climáticas. A pesquisa de campo começou em novembro de 2023, coincidindo com o início da estação chuvosa no estado do Tocantins. Contudo, naquele momento, uma intensa onda de calor estava afligindo todo o Brasil[17], com a sensação térmica em alguns estados chegando a 52,7º. Paralelamente, as entrevistas começaram a revelar detalhes sobre o impacto dos programas de desenvolvimento já estabelecidos na região do Tocantins, perto das aldeias. Isso incita uma reflexão sobre os efeitos das mudanças climáticas que o Brasil está enfrentando e a importância crucial de ouvir a experiência dos povos indígenas:

> O Brasil? – O Brasil, na imagem tão bela e melancólica de Oswald de Andrade, já foi "uma república federativa cheia de árvores e gente dizendo adeus". Hoje, ele está mais para uma corporação empresarial coberta a perder de vista por monoculturas transgênicas e agrotóxicas, crivada de morros investidos em buracos desconformes de onde se arrancam centenas de milhões de toneladas de minério para exportação, coberta por uma espessa nuvem de petróleo que sufoca nossas cidades enquanto trombeteamos recordes na produção automotiva, entupida por milhares de quilômetros de rios barrados para gerar uma energia de duvidosíssima 'limpeza' e ainda mais questionável destinação, devastada por extensões de floresta e cerrado, grandes como países, derrubadas para dar pasto a 211 milhões de bois (hoje mais numerosos que nossa população de humanos). Enquanto isso, a gente... Bem, a gente continua dizendo adeus – às árvores (Kopenawa; Albert, 2015, p. 18).

Enquanto não valorizarmos as experiências indígenas como fonte de inspiração para reformular nossos modelos de desenvolvimento, continuaremos a sofrer as consequências da degradação ambiental, como nas palavras de Davi Kopenawa: "O pensamento dos brancos é

[17] "esta será a quarta onda de calor que o Brasil vive no segundo semestre deste ano e poderá ser mais forte do que as onda de calor de agosto, setembro e de outubro de 2023", segundo o portal G1. (https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/11/13/onda-de-calor-sem-precedentes-no-brasil-o-que-acontece-com-o-corpo-sob-temperaturas-extremas.ghtml).

cheio de ignorância. Eles não param de devastar a terra em que vivem e de transformar as águas que bebem em lodaçal!" (2015, p. 329).

Santos (2023) argumenta que o peso do desmatamento na Amazônia e em outros biomas brasileiros já pode ser percebido por toda a sociedade brasileira, considerando que a Amazônia Legal engloba aproximadamente 60% do território do país. Segundo ele, alterações nos padrões de chuva e temperatura nas amazônias resultam em mudanças significativas na disponibilidade de chuvas, além de causar erosão, assoreamento de rios, lagos e igarapés, e aumentar o risco de alagamentos.

A esperança que nutríamos por um futuro com menos impacto das mudanças climáticas baseava-se nas unidades de conservação e terras indígenas existentes em nosso país. No entanto, Santos (2023) alega que elas não são suficientes para garantir a preservação do ambiente amazônico. Com base em imagens de satélites, o professor explica que essas terras servem como uma espécie de barreira que nos ajudou a conter um processo de exploração irracional promovida por interesses capitalistas. No entanto, esses espaços estão sendo cada vez mais invadidos e explorados pelo agronegócio, sem considerar que "a floresta em pé vale mais que pasto utilizado para especular no mercado de terra" (p. 276).

Cabe aqui mencionar que a preservação e garantia de demarcação das terras indígenas não só apresenta benefícios para as etnias, mas garantem a redução de impactos ambientais que estamos vivenciando; por isso, é tão importante a não aprovação do Projeto de Lei do Marco Temporal, considerando ainda que o avanço e invasão das Terras Indígenas sempre foi permeado de tristes histórias de extermínio, trágicos contatos e remoções forçadas como exemplo temos o povo Araweté, do Pará; os Rikbktsá, do Mato Grosso; os Avá-Canoeiro do Araguaia, do Tocantins, entre outros[18]. E qual seria a nossa saída desse caminho para o fim do mundo? A chave seria uma transformação profunda em nossa mentalidade e ideologia, aprendendo com os povos originários a valorizar a vida em todas as suas formas, tanto humanas quanto não humanas, conforme nos apresenta Brum (2021, p. 198):

> Me parece que o único caminho é se florestar. O futuro não está no Velho Mundo, na Europa, nem nos Estados Unidos, essa superpotência em queda, tampouco na China, a superpotência em ascensão. Mas no sempre novo Velho mundo das comunidades originárias que resistiram a todos os dominadores por séculos e se compreendem e vivem como parte orgânica da Terra.

Dentro dessa linha de pensamento, muitos povos apresentam propostas alternativas ao modelo dominante, apontando para uma chamada transição, superação e emancipação. Uma

[18] Ver mais em: https://www.socioambiental.org/

dessas alternativas, intitulada de Bem Viver, foi construída pelos povos altiplanos dos Andes, sendo interpretada como vida boa e viver bem (respeitar a vida). O “Bem Viver” é fundamentado nas demandas por igualdade e justiça social, dialogando com povos e suas culturas, conhecimentos e modos de vida (Alcantra; Sampaio, 2017).

O Bem Viver apresenta três correntes: a primeira – indigenista e pachamamista – foi representada por líderes indigenistas e compreende a real tradução de vida boa e viver bem. A segunda corrente – socialista e estadista – é vinculada aos problemas ambientais e reivindicações dos povos indígenas. A terceira corrente – pós-desenvolvimentista e ecologista - é representada por intelectuais progressistas latino-americanos, europeus e movimentos sociais associados ao ecologismo. Em síntese, o Bem Viver, que pode ser visto como uma nova categoria teórica, uma vez que já existe como prática política, questiona o padrão produtivista e consumista em que o mundo é organizado, além de nos convidar a repensar o próprio conceito de desenvolvimento e nossa ideia de progresso (Alcantra; Sampaio, 2017). Na mesma direção Ailton Krenak nos aponta que o futuro é ancestral, que o caminho para adiarmos o fim do mundo passa pelas experiências dos povos indígenas, pela atenção aos saberes, ciências e sociabilidades dos povos originários, que demanda uma escuta atenta, respeitosa e efetiva, a exemplo das narrativas que citamos nesse trabalho, em especial as vinculadas às caçadas empreendidas pelos Akwẽ (Krenak, 2019; Krenak, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, realizado com os Akwẽ-Xerente, explorou os conceitos associados à segurança alimentar a partir da visão indígena, levando em conta a diversidade étnica que define suas práticas culturais, hábitos alimentares, conhecimentos e interpretações. O estudo não só forneceu informações sobre a insegurança alimentar entre os Xerente, mas também provocou reflexões sobre a implementação de políticas públicas para esse grupo e os desdobramentos ambientais, que afetam tanto a população indígena quanto a não-indígena, especialmente nos últimos anos.

As políticas e programas são implementados entre os povos indígenas sem considerar os contextos socioculturais diversos. Seguindo essa linha de pensamento, muitos argumentam que a participação em programas e políticas governamentais exige a adaptação às regras e procedimentos definidos. Os povos indígenas têm direito a acessar todas as políticas governamentais, mas é fundamental que essa inclusão respeite e valorize sua diversidade cultural e seus modos de vida específicos. Os indígenas, "por serem um dos pilares socioculturais de formação da identidade da nação brasileira, devem igualmente usufruir dos direitos e dos deveres de todo cidadão brasileiro, sem que isto signifique abrir mão de seus modos próprios de vida" (Luciano, 2006, p. 88).

O PBF é um exemplo notável de como uma política bem-intencionada pode ter efeitos não desejados, ao caracterizar os indígenas como pobres e introduzir uma nova dinâmica que envolve viagens à cidade e frequências aos supermercados, alterando significativamente suas práticas culturais. Esses impactos, já apontados em pesquisa anterior (Braga, 2019; Braga; Da Silva, 2021), e que também são visíveis na área da segurança alimentar, já estão sendo debatidos em nível governamental. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) está construindo uma proposta de diagnóstico dos sistemas alimentares dos povos indígenas, com o objetivo de respeitar a cultura e identificar demandas na área de segurança alimentar.[19] A secretária Lilian Rahal destacou que as políticas públicas estão sendo implementadas de maneiras variadas aos povos indígenas. O governo atual prioriza abordagens adaptadas às necessidades específicas de cada povo, minimizando o impacto na cultura alimentar e promovendo a saúde.

Em relação ao objetivo geral deste trabalho, que foi "analisar os conceitos inerentes à temática da segurança alimentar", e os específicos "analisar se o modelo conceitual de

19 Ver matéria disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/acordo-permitira-realizar-diagnostico-dos-sistemas-alimentares-dos-povos-indigenas

segurança alimentar faz sentido para os Akwẽ-Xerente" e "identificar as interpretações dos indígenas sobre segurança alimentar, alimento, comida, fome e fartura", consideramos que o acesso à comida para o indígena tem relação com a possibilidade de cultivar seus alimentos tradicionais. As categorias riqueza, pobreza, fome e fartura foram escolhidas para dialogar com os Akwẽ sobre o conceito de segurança alimentar. Justificamos a escolha destas categorias por serem inerentes às políticas de combate à fome no Brasil. Durante a pesquisa, percebemos que o conceito de "fartura" não era amplamente compreendido pelos entrevistados, o que exigiu explicações adicionais. Detalhamos no Quadro 4, os significados das principais categorias apresentadas na pesquisa:

Quadro 4 - Conceituando as categorias apresentadas na pesquisa

Riqueza	A riqueza para o Akwẽ-Xerente está associada à cultura, língua, Terra, cerrado e floresta. É sobre ter comida tradicional em casa como mandioca, inhame, batata, milho, feijão, fava, carne de caça e peixe. Poucos associavam o termo riqueza ao dinheiro, alguns mais jovens falaram que riqueza é ter carro, casa e emprego na cidade. No entanto, os mais velhos consideram que o dinheiro pode não comprar o que desejam, que é a natureza onde moram.
Pobreza	A pobreza é a ausência dos alimentos tradicionais, de terra para trabalhar. É falta da natureza, de lugar para reunir a família toda. É falta de festa. Para alguns, a pobreza é falta de moradia, saúde adequada e educação.
Fome	A fome para os Akwẽ-Xerente é considerada como uma doença, afeta toda a comunidade. Pois a fome significa desânimo, sem coragem para trabalhar.
Fartura	Fartura está relacionada a abundância de comida como banana, mandioca, batata, inhame, feijão, carne, frutas... é poder fazer uma panelada e chamar os parentes. É ter todos os dias alimentos diferentes para as refeições.
Segurança alimentar	Para os Akwẽ-Xerente, a segurança alimentar está relacionada ao consumo de alimentos tradicionais, cultivados nas roças, sem uso de agrotóxicos. Para eles, o que compram na cidade está trazendo doenças para os indígenas.

Fonte: elaborado pelas autoras.

A vulnerabilidade alimentar do povo Akwẽ-Xerente está diretamente relacionada às políticas neoliberais e projetos de desenvolvimento que avançam na região, comprometendo a sua segurança alimentar. Apesar dos avanços alcançados por políticas como o Bolsa Família na redução da fome, o Brasil continua a enfrentar desafios significativos, como a polarização política e os impactos das mudanças climáticas. Portanto, é fundamental que a análise da insegurança alimentar leve em conta as particularidades culturais e sociais dos povos indígenas, adotando abordagens respeitosas e sensíveis às suas tradições e modos de vida.

A sabedoria indígena, especialmente em sua perspectiva harmoniosa com o meio ambiente, é fundamental para equilibrar os modelos de desenvolvimento atuais. É crucial incorporar o conhecimento e as perspectivas dos povos indígenas na luta contra as mudanças climáticas e na formulação de políticas ambientais sustentáveis. Em vez de priorizar o crescimento econômico a qualquer custo, é necessário adotar abordagens que promovam a sustentabilidade, a equidade social e o respeito aos ciclos naturais. As Terras Indígenas e as áreas protegidas são linhas de defesa contra a destruição ambiental causada pelo desmatamento, pela exploração mineral e pela expansão do agronegócio, desempenhando um papel vital na preservação do meio ambiente. O avanço do agronegócio, especialmente em regiões como o Cerrado e a Amazônia, reflete uma lógica de exploração predatória que prioriza monoculturas e pecuária intensiva em detrimento de ecossistemas complexos (Kopenawa; Albert, 2015; Santos, 2023; Brum, 2021; Alcantra; Sampaio, 2017).

No caso do povo Akwẽ do Tocantins, existem muitas atividades ilegais nas duas T.i.s (Xerente e Funil) a exemplo da caça, pesca e venda de madeira, igualmente impactantes para todo o sistema de vida desse povo. Ressaltamos, no entanto, que o modelo de desenvolvimento e a incapacidade das instituições locais de estabelecer a escuta necessária para a confrontação dos desafios enfrentados pelos indígenas, se apresenta como a questão central para compreendermos a realidade do acesso aos alimentos e da segurança alimentar (Silva; Grácio, 2021).

Em relação ao objetivo específico “investigar se a EBIA tem efetividade em mensurar os mundos indígenas, considerando a interpretação dos Akwẽ-Xerente”, concluímos que os parâmetros que constituem as questões da escala não consideram a grande diversidade de sistemas alimentares que existem no Brasil, nem as distintas relações com os alimentos, percepções sobre fome, distribuição, produção, aquisição, trocas e cosmologias alimentares.

Um avanço significativo na área de segurança alimentar indígena é a validação da EBIA indígena no ano de 2024, realizada pela Rede PENSSAN. A Escala[20] inclui perguntas acerca de informações básicas da família, dados demográficos, sobre a moradia, questões de saúde e doença, detalhes sobre alimentação e nutrição, e aspectos de apoio e proteção social. Com base na nossa experiência, as perguntas da escala podem ser uma ferramenta útil para entender a insegurança alimentar dos Xerente, mas é necessário um ajuste cuidadoso da linguagem e das perguntas para atender às necessidades específicas dessa comunidade.

20 Disponível em: https://pesquisassan.net.br/aplicativo-vigisan/

A compreensão da própria natureza dos alimentos é tão diversa, quanto são os povos indígenas e tradicionais do Brasil. Essa diversidade, no entanto, aparece com um potencial riquíssimo de possibilidades que podem contribuir com o aperfeiçoamento tanto dos debates sobre segurança alimentar, como, com a efetividade de ações e práticas do Estado e da sociedade civil em relação ao enfrentamento da fome e da desnutrição entres esses povos e comunidades. Poderíamos nos perguntar se esse potencial existe, por que essas comunidades e povos vivem em insegurança alimentar? A resposta, em parte, está diretamente vinculada ao impacto sobre o sistema-mundo desses povos, que compreende o território como um espaço compartilhado com outros seres.

É crucial que qualquer avaliação da segurança alimentar entre os povos indígenas seja precedida por uma compreensão detalhada do sistema alimentar dessas comunidades, incluindo suas perspectivas culturais e práticas relacionadas ao consumo e distribuição de alimentos. O povo Akwẽ-Xerente, assim como a grande maioria dos povos originários, constituíram modos de viver que foram classificados pela antropologia como “simples”, do ponto de vista da organização produtiva, uma vez que estas organizações são integradas e dependentes dos territórios. Apontamos, no entanto, que são sistemas complexos em sua totalidade, considerando que envolve uma extensa rede de relações, caracterizadas por regras rígidas de convivência, marcadas por acordos estruturados e manifestos na cosmologia, a exemplo das narrativas citadas. Usar modelos sustentados em categorias “engendradas no Norte para captar realidades para as quais não foram pensadas” (Segato, 2021, p.50), corresponde a um esforço inútil de compreensão da complexidade e multiplicidade das organizações sociocosmológicas indígenas. Para os Akwẽ, a insegurança alimentar precisa ser avaliada considerando o quão impactadas ou preservadas estão as T.i.s que ocupam.

A problemática atual e a situação de insegurança alimentar que afeta os povos indígenas levantam uma questão crítica: como garantir a segurança alimentar dessas comunidades, tendo em vista que não é possível voltar ao passado e que as teorias que promovem o bem-viver indígena não são consideradas pelas autoridades governamentais? Torna-se ainda mais urgente refletir sobre possíveis soluções.

Conhecer o modo de vida dos indígenas, seus sistemas alimentares e sua cosmologia é primordial para qualquer ação e projeto a ser executado entre eles. Além disso, reforçar projetos já estabelecidos ajudará a prevenir situações de insegurança alimentar. Embora o Programa Bolsa Família tenha influenciado os modos de vida dos Xerente, é certo que a redução ou exclusão do programa teria um impacto ainda maior. Em muitas aldeias, o único acesso à alimentação ocorre por meio do benefício, considerando a impossibilidade para o

plantio e a escassez de caça e peixe. O fortalecimento de outros programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, aliado com a possibilidade de compra de alimentos das aldeias que produzem - como já ocorre em algumas-, pode representar um avanço significativo. Incentivar a participação ativa dos indígenas em discussões sobre alimentação é fundamental para que eles possam identificar os alimentos que causam problemas de saúde e adotar práticas alimentares mais saudáveis. Em paralelo, é fundamental expandir programas que incentivem a produção de alimentos sustentáveis nas comunidades indígenas, promovendo a segurança alimentar e a sustentabilidade.

Ações coma a iniciativa da Comissão de Alimentos Tradicionais do Ministério Público Federal (CATRAPOVOS- CATRAPOA), que tem como objetivo promover a participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais nos programas de aquisição de alimentos para o PNAE, incentivando a divulgação das chamadas públicas, tem se constituído como um caminho muito importante para a inclusão dos alimentos tradicionais na alimentação escolar indígena. Nesta direção, apontamos a importância da aproximação das instituições do Estado com os mundos indígenas, o aperfeiçoamento da escuta e de ações efetivamente dialógicas e interculturais, que contribuam para a superação da colonialidade que caracteriza, historicamente, a relação do Estado brasileiro com os povos originários.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria de Fátima Machado de. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, v. 22, p. 895-903, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/K8QycNXpRNRs8GxWhFCmDBP/abstract/?lang=pt. Acesso em: 03 mar. 2023.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 40, p. 231-251, 2017. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566 Acesso em: 06 mar 2024.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante:** coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6944887/mod_glossary/attachment/53857/ANGROSINO%2C%20Michael%20-%20Etnografia%20e%20Observa%C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf. Acesso em: 03 fev. 2023.

ARAUJO, Rosemary Negreiros de. **Os territórios, os modos de vida e as cosmologias dos indígenas Akwẽ-xerente, e os impactos da UHE de Lajeado.** 2016. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ATHILA, Adriana Romano; LEITE, Maurício Soares. "A medida da fome": as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. 1-12, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/6XNcJYvf5vSsrZmVrrVhYgj/?lang=pt. Acesso em: 17 mai. 2021.

AUZENI, Symone Cortese da Silva; GIORDANI, Rubia Carla Formiguieri. Inter-relações entre espaço físico, modo de vida Mbyá-guarani e alimentação na perspectiva da segurança alimentar: reflexões sobre a área indígena Araça-í em Piraquara/PR. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 129-165, jan./jun. 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/3115. Acesso em: 5 fev. 2021.

AZEVEDO, Elaine De; RIBAS, Maria Teresa Gomes de Oliveira. Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. **Revista de Nutrição**, v. 29, p. 241-251, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/VKtkrfjVQVV6rtkHV8YDPJg/?lang=pt#:~:text=Julga%2Dse%20importante%20promover%20a,agentes%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20fen%C3%B4meno. Acesso em: 04 mar. 2024.

BARRETO, Carla Tatiana Garcia; CARDOSO, Andrey Moreira; COIMBRA JR, Carlos EA. Estado nutricional de crianças indígenas Guarani nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 657-662, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/nfr8g6BTYdTSqPcgHHKSbBM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/sausoc/a/y9DcgRjXh7V9YPDKqdqrHCk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 04 mar. 2023.

BLANCO, Lis Furlani. Conhecer a fome: saberes situados e a produção da desigualdade. OBHA. Interseccionalidades em alimentação e nutrição: desafios e conexões entre classe, gênero e comida. **Cadernos OBHA**, v. 3, p. 23-33, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354294550_Conhecer_a_fome_saberes_situados_e_a_producao_da_desigualdade. Acesso em: 10 ago 2023.

_____. A nutrição, a saúde pública e a etnografia: construindo a fome múltipla. **Anais da ReACT**-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, v. 3, n. 3, p. 2-24, 2017. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/2786 Acesso em: 15 ago. 2023.

BOARETTO, Juliana Dias; MOLENA-FERNANDES, Carlos Alexandre; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Estado nutricional de indígenas Kaingang e Guarani no estado do Paraná, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2323-2328, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/z6M46XmtryP6DjhwpwtRMkC/?lang=pt. Acesso: 10 mar. 2023.

BOGDANOVA, Elena et al. Food sovereignty of the indigenous peoples in the Arctic zone of Western Siberia: response to COVID-19 pandemic. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 20, p. 7570, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph17207570. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRAGA, Cássia A. Moraes. **Políticas públicas e povos indígenas:** Uma análise do impacto do Programa Bolsa Família entre Os Akwẽ-Xerente. 2019. 107 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

BRAGA, Cássia Araújo Moraes; DA SILVA, Reijane Pinheiro. O Programa Bolsa Família entre os povos indígenas: o impacto entre os Akwe Xerente. **Serviço Social em Revista**, v. 24, n. 1, p. 105-127, 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38829. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. **LEI Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó:** Uma viagem à Amazônia centro do mundo. Companhia das Letras, 2021. (448 p.)

BURITY, Valéria *et al*. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: **ABRANDH**, 2010. 204p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 04 mar. 2023.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 851-860, 2009. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/csc/a/DfcQzJ7fGMVkDF3bbdKzM5Q/abstract/?lang=pt. Acesso em: 04 mar. 2023.

CANESQUI, Ana Maria. Comentários sobre os estudos antropológicos da alimentação. In: CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., orgs. **Antropologia e nutrição:** um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 23-47. Disponível em: https://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-02.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Os involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento. In: Séries intempestiva. Rio de Janeiro: **Edições Chão de Feira**, 2017. (Cadernos de Leituras, n. 65). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5978316/mod_resource/content/1/CASTRO%2C%20Eduardo%20Viveiros%20de.%20Os%20Involunt%C3%A1rios%20da%20P%C3%A1tria%20elogio%20do%20subdesenvolvimento%2C%202017.pdf Acesso em: 14 ago. 2024.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. (400 p.)

COIMBRA JR, Carlos EA; SANTOS, Ricardo V. Avaliação do estado nutricional num contexto de mudança sócio-econômica: o grupo indígena Suruí do Estado de Rondônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, p. 538-562, 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/tYzXG54RSDgD6Qb5cxtR4rB/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 mar. 2023.

COIMBRA JR, E. A. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena. **Cad. Saúde Pública** 30 (4), Abr., 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/sPF948SmwZbydf64HBfJgKH/?lang=pt. Acesso em: 10 mar. 2023.

COMISSÃO THE LANCET. A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. 2019. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf Acesso em: 03 set. 2024.

DE PAULA, Luís Roberto. **Dinâmica faccional Xerente:** esfera local e processos sociopolíticos. 2000. 352 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). PPGAS/USP, São Paulo, SP, 2000.

DELORMIER, Treena et al. Reclaiming food security in the Mohawk community of Kahnawà: ke through Haudenosaunee responsibilities**. Maternal & child nutrition**, v. 13, p. 1-14, 2017. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29359439/. Acesso em: 04 ago. 2021.

DOMINGO, Ashleigh et al. Indigenous Community Perspectives of Food Security, Sustainable Food Systems and Strategies to Enhance Access to Local and Traditional Healthy Food for Partnering Williams Treaties First Nations (Ontario, Canada). **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 9, p. 4404, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph18094404. Acesso em: 29 jul. 2021.

ESCOBAR, Arthuro. **La invención del Tercer Mundo.** Bogotá: Norma, 1998. (424 p.)

_____. "*Post-development as a concept and social practice*". In: **Exploring Post-Development:** Theory and Practice, Problems and Perspectives" ed. Aram Ziai, Routledge, p. 18-31, 2007.

FAGUNDES, Ulysses et al. Avaliação do estado nutricional e da composição corporal das crianças índias do Alto Xingu e da etnia Ikpeng. **Jornal de Pediatria**, v. 80, p. 483-489, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jped/a/xkkL4HCYmhmStTVTfXQGtJv/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 mar. 2023.

FÁVARO, Thatiana Regina et al. Obesidade e excesso de peso em adultos indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude, fatores socioeconômicos e demográficos associados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, p. 1685-1697, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/VDjfrcshw7x3JvdLYhJCF8g/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 mar. 2023.

FERGUSON, Megan et al. Traditional food availability and consumption in remote Aboriginal communities in the Northern Territory, Australia. Australian and New Zealand **Journal of Public Health**, v. 41, n. 3, p. 294-298, 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S132602002301049X?via%3Dihub. Acesso em: 03 ago. 2021.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**, v. 20, p. 69-81, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/tScWCNKLLh9QJtZsbRFCM4n/abstract/?lang=pt. Acesso em: 03 mar. 2023.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Coordenadoria Técnica de Tocantínia. **Relação das 96 aldeias existentes da T.I. Xerente e T.I. Funil.** 2021.

GAN, Wan Ying et al. Exploration of Food-Seeking Behaviour, Food Preparation, and Restrictions to Sufficient Food among the Jahai Sub-Tribe (Indigenous People) in Gerik, Malaysia. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 1, p. 348, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph17010348. Acesso em 10 ago. 2021.

GARNELO, Luiza; WELCH, James R. Transição alimentar e diversidade cultural: desafios à política. **Cad Saude Publica**, v. 25, n. 9, p. 1872-1873, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/Qw4Zsz4vxMsGrZN5cxWq5Fb/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20transi%C3%A7%C3%A3o%20alimentar%20%C3%A9%20inerente,za%C3%A7%C3%A3o%2C%20como%20os%20povos%20ind%C3%ADgenas. Acesso em: 11 mar. 2023.

GAVÉRIO, Bruna Gama. Diminui a araucária e a saúde enfraquece: extração madeireira e saúde Kaingang. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 31, n. 48, p. 30-40, 2018. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/4066/2475. Acesso em: 12 mar. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENO, Suely Godoy Agostinho et al. Perfil metabólico e antropométrico de índios Aruák: Mehináku, Waurá e Yawalapití, Alto Xingu, Brasil Central, 2000/2002. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 1946-1954, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/J8N3sYHnPnnnj95pLLFxcNH/?lang=pt. Acesso em: 14 mar. 2023.

GIRALDIN, Odair; SILVA, Cleuber Alves da. Ligando Mundos: relação entre xerente e a sociedade circundante no século XIX. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, p. 1-16, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas,** v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995a.

_____. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 57-63, 1995b.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA, Aída Couto Dinucci. Alimentação: um direito humano em disputa-focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3369-3394, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/HMJwyTBrpS9SkLdHdhxjvQs/?lang=pt. Acesso em: 03 mar. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios Contínua.** Segurança Alimentar. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102084 Acesso em: 15 ago. 2024.

JOHNSON-DOWN, Louise et al. Optimisation modelling to improve the diets of First Nations individuals. **Journal of nutritional science**, v. 8, E31, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1017/jns.2019.30. Acesso em: 04 ago. 2021.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/abstract/?lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2024.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. Editora Companhia das Letras, 2019. (768 p.)

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo** (Nova edição). Editora Companhia das letras, 2019. (104 p.)

_____. **Futuro ancestral**. Taurus, 2024. (158 p.)

LANDER, Edgardo et al. (Ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

(Conselho Latino-americano de Ciências Sociais), 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 03 mar. 2023.

LEE, Amanda; LEWIS, Meron. Testing the price of healthy and current diets in remote Aboriginal communities to improve food security: development of the Aboriginal and Torres Strait Islander Healthy Diets ASAP (Australian Standardised Affordability and Pricing) methods. **International journal of environmental research and public health**, v. 15, n. 12, p. 2912, 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30572646/. Acesso em: 02 ago. 2021.

LEITE, Maurício Soares; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JR, Carlos EA. Sazonalidade e estado nutricional de populações indígenas: o caso Wari', Rondônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 2631-2642, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/MGQyJxPGKpCTwYztZ4cQgjS/abstract/?lang=pt. Acesso em: 13 mar. 2023.

LEVKOE, Charles; RAY, Lana; MCLAUGHLIN, Jessica. The Indigenous food circle: reconciliation and resurgence through food in northwestern Ontario. **Journal of agriculture**, food systems, and community development, v. 9, n. B, p. 101-114, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5304/jafscd.2019.09B.008. Acesso em: 29 jul. 2021.

LIMA, Layanna Giordana Bernardo. **Os Akwẽ–Xerente no Tocantins:** território indígena e as questões socioambientais. 2016. 320 f. Tese **(**Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). PPGGH/USP, São Paulo, SP, 2016.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

LUGO-MORIN, Diosey Ramon. Indigenous communities and their food systems: a contribution to the current debate. **Journal of Ethnic Foods**, v. 7, n. 1, p. 1-10, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s42779-019-0043-1. Acesso em: 09 ago. 2021.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de koshima com brillat-savarin?. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 145-156, 2001. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/129362. Acesso: 11 nov. 2022.

MACNEILL, Timothy. Indigenous food sovereignty in a captured state: the Garifuna in Honduras. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 9, p. 1537-1555, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/01436597.2020.1768840. Acesso em: 07 ago. 2021.

MARTINS, Felipe et al. Insegurança alimentar e volta do Brasil ao Mapa da Fome. 2022. **Trabalho de Conclusão de Curso.** Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22762. Acesso em: 15 mar. 2023.

MCCARTHY, Leisa; CHANG, Anne B.; BRIMBLECOMBE, Julie. Food security experiences of Aboriginal and Torres Strait Islander families with young children in an urban setting: influencing factors and coping strategies. International journal of environmental

research and public health, v. 15, n. 12, p. 2649, 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30486277/. Acesso em: 30 jul. 2021.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 24ª Ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1994. (128 p.)

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 16, p. 31-42, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300002. Acesso em: 16 nov. 2022.

MOURA, Patrícia Garcia de; BATISTA, Luciana Rodrigues Vieira; MOREIRA, Emilia Addison Machado. População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. **Revista de Nutrição**, v. 23, p. 459-465, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/h4CvCFCDWCZwP7kvBc349tq/abstract/?lang=pt#:~:text=Conclui%2Dse%20que%20a%20transi%C3%A7%C3%A3o,%C3%A0%20terra%20e%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 13 mar. 2023.

NASCIMENTO, Amália Leonel; ANDRADE, Sonia Lúcia L. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?. **Ciência e Cultura**, v. 62, n. 4, p. 34-38, 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400012. Acesso em: 02 Mar. 2023.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo de fartura e tempo de famitura no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 1, p. 23-33, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/gHSFrrR6HqKdfTmxWdMzLDS/?lang=pt. Acesso em: 25 out. 2024.

NUNES, Larissa Soares *et al.* A análise da narrativa como instrumento para pesquisas qualitativas. **Revista Ciências Exatas**, v. 23, nº 1, p. 9-27, 2017. Disponível em: https://periodicos.unitau.br/exatas/article/view/2547. Acesso em: 03 abr. 2025.

OLIVEIRA, Anelise Rizzolo de. Comida e aspectos simbólicos na perspectiva de políticas públicas para o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. 1-10, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8658090. Acesso em: 18 out. 2022.

PATTERSON, Kaitlin *et al*. Seasonal variation of food security among the Batwa of Kanungu, Uganda. **Public health nutrition**, v. 20, n. 1, p. 1-11, 2017. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5197730/. Acesso em: 30 jul. 2021.

PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VISAN: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2021.

_____. Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VISAN: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Argentina, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Argentina, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

RIBAS, D. L. B.; LEITE, M. S.; GUGELMIN, S. Â. Perfil nutricional dos povos indígenas do Brasil. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O.; GUGELMIN, S. Â., orgs. **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena** [online]. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 211- 235. ISBN: 978-85-7541-587-0. DOI: 10.7476/9788575415870.010. Disponível em: https://books.scielo.org/id/fyyqb/pdf/barros-9788575415870-10.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

ROCHA, Tatiana Evangelista da Silva; SILVA, Reijane Pinheiro da; NASCIMENTO, Maira Messias do. Mudanças dos hábitos alimentares entre os Akwen Xerente. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, p. 96-100, 2016. Disponível em: https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/handle/bvs/6451. Acesso em: 24 abr. 2023.

ROMANELLI, Geraldo. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. **Medicina** (Ribeirão Preto), v. 39, n. 3, p. 333-339, 2006. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/388. Acesso em: 15 jul. 2023.

SALGADO, Carlos Antonio Bezerra. Segurança alimentar e nutricional em terras indígenas. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 4, n. 1, p. 131-186, 2007. Disponível em: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v4_n1/04-Carlos_Antonio_Bezerra_Salgado-Seguranca_alimentar_e_nutricional_em_terras_indigenas.pdf. Acesso em: 3 Ago. 2022.

SALVO, Vera Lúcia Morais Antonio de et al. Perfil metabólico e antropométrico dos Suyá: Parque Indígena do Xingu, Brasil Central. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, p. 458-468, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/t39HxMyLfLFQfjGTjWTXpKp/abstract/?lang=pt. Acesso em: 13 mar. 2023.

SANTOS, I. de J. P. . (2023). Amazônia ou Amazônias?: devastação da natureza, povos da floresta e lutas ambientalistas no Brasil - Entrevista Especial com o Professor Doutor Luis Otávio do Canto Lopes. **Revista De Políticas Públicas**, 27(1), 274–277. Disponível em: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v27n1.2023.15. Acesso em: 24 nov. 2023.

SANTOS, Márcio Martins dos. Além dos impactos: reflexões sobre licenciamento ambiental e o Programa de Compensação Ambiental Xerente. In: SILVA, Reijane Pinheiro da. **Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos.** Palmas: Nagô Editora, 2015. p. 201-218.

SARDINHA, L. M. V. et al. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar–EBIA:** análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, p. 15, 2014. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/escala-brasileira-de-inseguranca-alimentar-ebia-analise-psicometrica-de-uma-dimensao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional/. Acesso em: 18 set. 2023.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **SER social**, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32423. Acesso em: 10 mar. 2023.

SCHMIDT, Rosana. **"Nossa cultura é pequi, frutinha do mato"** [manuscrito]: um estudo sobre as práticas alimentares do povo Akwẽ. 2011. 128 f. Dissertação de mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás). Goiânia, GO, 2011.

_____. **Sistema agroalimentar e (re)existência:** 'mitos', discurso político e produção acadêmica Akwẽ-Xerente. 2022. 230 f. Tese de doutorado. (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, 2022.

SCHROEDER, Ivo. **Política e Parentesco nos Xerente**. 2006. 303 f. Tese de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Departamento de Antropologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). São Paulo, SP, 2006.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DO TOCANTINS (SEPLAN). **Atlas do Tocantins** – Subsídios ao Planejamento da Gestão Territorial. Palmas, 2012.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios:** uma antropologia por demanda. Bazar do Tempo, 2021. (246 p.)

SILVA, Aracy Lopes da. Mitos e Cosmologias Indígenas no Brasil: Breve Introdução. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Índios no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p. 75-82.

SILVA, Cleube Alves da. Os xerente e suas lutas em defesa de sua luta por terra. In: SILVA, Reijane Pinheira da. **Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos.** Palmas: Nagô Editora, 2015. p. 179-200.

SILVA, Reijane Pinheiro da. O índio negado e o índio desejado: a "pacificação" dos indígenas na construção da identidade do Tocantins. **Tellus**, ano 10, n. 19, p. 145-162, jul./dez. 2010. Disponível em: https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/222. Acesso em: 02 fev. 2021.

SILVA, Reijane Pinheiro da; GRÁCIO, Héber Rogério. O modelo de desenvolvimento do Tocantins e o povo Akwe-Xerente: impactos socioambientais e desafios da interculturalidade. **PRACS:** Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 13, n. 2, p. 131-144, 2020. Disponível em:

https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNIFAP-1_78ee6b09c9cafe393fb06920920ccab8. Acesso em: 24 abr. 2023.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Texto para discussão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3019. Acesso em: 02 mar. 2023.

SOARES, Gustavo Hermes et al. Household food insecurity, dental caries and oral-health-related quality of life in Brazilian Indigenous adults. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1489-1500, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.06472019. Acesso em: 29 jul. 2021.

TEMPLE, Jeromey B.; RUSSELL, Joanna. Food insecurity among older Aboriginal and Torres Strait islanders. **International journal of environmental research and public health**, v. 15, n. 8, p. 1766, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph15081766. Acesso em: 29 jul. 2021.

TIMLER, Kelsey; VARCOE, Colleen; BROWN, Helen. Growing Beyond Nutrition. **International Journal of Indigenous Health**, v. 14, n. 2, p. 95-114, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.32799/ijih.v14i2.31938. Acesso em 29 jul. 2021.

TREMBLAY, Roxanne; LANDRY-CUERRIER, Manuelle; HUMPHRIES, Murray. Culture and the social-ecology of local food use by Indigenous communities in northern North America. **Ecology and Society**, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5751/ES-11542-250208. Acesso em: 08 ago. 2021.

VERDUM, Ricardo et al. Mapa da fome entre os povos indígenas: uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil. 2003. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 9 (1), p. 129-162, 2003. Disponível em: https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/512/455. Acesso em: 18 mai. 2021.

WALCH, Amanda et al. A scoping review of traditional food security in Alaska. **International journal of circumpolar health**, v. 77, n. 1, p. 1419678, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1080/22423982.2017.1419678. Acesso em: 30 jul. 2021.

YUYAMA, Lucia Kiyoko Ozaki et al. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 53-63, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/L9cHL6tMYH4Z9Pt5qQRZ9kx/abstract/?lang=pt. Acesso em: 18 mai. 2021.

APÊNDICE

Registro do Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

Meu nome é **Cássia Araújo Moraes Braga** e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema **"As políticas públicas de segurança alimentar e o povo indígena Akwẽ-Xerente"**, com o objetivo de "compreender se as políticas públicas implementadas para Segurança Alimentar entre o povo indígena Akwẽ-Xerente consideram a diversidade étnica que caracteriza suas práticas culturais alimentares, saberes e interpretações". Esta pesquisa compõe a minha tese de doutorado realizada no PPGDR/UFT, **sob orientação da Profª Drª Reijane Pinheiro da Silva.** Os dados serão coletados na aldeia onde você mora por meio de **observação, entrevistas e conversas**. O tempo dedicado para participação desta pesquisa será de 20 a 30 minutos. O resultado desse estudo poderá subsidiar futuros projetos nas áreas de saúde e segurança alimentar de acordo com a perspectiva dos indígenas sobre a temática; poderá também embasar a construção de questionários que investigam os níveis de insegurança alimentar dos povos indígenas.

Esta pesquisa apresenta os **seguintes riscos:** Invasão de privacidade; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista; interferência na vida e na rotina dos sujeitos; embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais. Para evitar tais situações, as medidas preventivas tomadas serão: apropriar do método de coleta de dados, a fim de minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras. Assim como ficar atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto, e garantir aos participantes que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes.

As informações a seguir destinam-se a **convidá-lo (a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte,** ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso. Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- A sua participação é totalmente voluntária;

- O(a) participante pode se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento;
- Em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum, o (a) participante poderá se recusar a continuar participando do estudo e retirar seu consentimento.
- A coleta de dados tem caráter confidencial e seus dados estarão disponíveis somente para a pesquisadora e sua orientadora;
- Em casos de entrevistas, o participante deverá assinalar sobre a gravação da entrevista em áudio:

☐ Autorizo a gravação integral em áudio;

☐ Autorizo a gravação parcial da entrevista (neste caso, cabe ao entrevistado informar os trechos que deseja que não sejam gravados);

☐ Não autorizo a gravação da entrevista.

- Partes do que for dito poderão ser usadas na tese, sem, entretanto, revelar os dados pessoais dos(as) entrevistados(as), como nome, endereço, telefone, etc. Dessa forma, as informações obtidas não serão divulgadas para que não seja possível identificar o entrevistado, assim como não será permitido o acesso a terceiros, garantindo proteção contra qualquer tipo de discriminação ou estigmatização;
- Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na tese, preservando sempre a identidade dos(as) participantes;
- Fica, também, evidenciado que a participação é isenta de despesas;
- Fica esclarecido que os resultados desta pesquisa serão apresentados na aldeia, convidando os(as) participantes, assim como também serão disponibilizadas cópias da tese para cada aldeia participante.

Durante todo o período da pesquisa ou posteriormente, o(a) participante tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, entrando em contato com a pesquisadora e/ou sua orientadora pelos **telefones ou pelo e-mail.**

Este projeto foi aprovado pelo **Comitê de Ética em Pesquisas Humanas (CEP-UFT) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)**, que analisa as pesquisas que envolvem os seres humanos, defendendo os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (Resolução CNS nº 510 de 2016 e Resolução CNS nº 304 de 2000). O CEP-UFT está localizado no prédio da reitora da Universidade Federal do Tocantins, *Campus* Palmas, sala

16, telefone: (63) 3229-4023, e-mail: cep_uft@uft.edu.br. O CONEP está localizado no endereço SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70750 -521, Brasília (DF), Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h.

Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que **assine** as duas vias do RCLE, **formalizando o consentimento voluntário de participante.** Uma via ficará com o participante e a outra com a pesquisadora.

Nome completo:

Telefone: ( )

Email:

_____, ___de_____de 202__.

_____

Participante da pesquisa

_____

Cássia Araújo Moraes Braga

Pesquisadora responsável

Autorização cacique

Eu, _____ cacique da Aldeia_____ autorizo a realização da pesquisa de doutorado intitulada: ***"As políticas públicas de segurança alimentar e o povo indígena Akwẽ-Xerente"***, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, sob a responsabilidade da pesquisadora mestre Cássia Araújo Moraes Braga, acadêmica de nutrição Reilane Carvalho Machado dos Santos e acadêmica de enfermagem Ludmila de Brito Xerente, sob a orientação da professora doutora Reijane Pinheiro da Silva.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender se as políticas públicas implementadas para Segurança Alimentar entre o povo indígena Akwẽ-Xerente consideram a diversidade étnica que caracteriza suas práticas culturais alimentares, saberes e interpretações**.** Os dados serão coletados na aldeia por meio de **observação, entrevistas e conversas**. O resultado desse estudo poderá subsidiar futuros projetos nas áreas de saúde e segurança alimentar de acordo com a perspectiva dos indígenas sobre a temática; poderá também embasar a construção de questionários que investigam os níveis de insegurança alimentar dos povos indígenas. A pesquisa será realizada entre o mês de novembro de 2023 a setembro de 2024.

Durante todo o período da pesquisa ou posteriormente, o(a) participante tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, entrando em contato com a pesquisadora e/ou sua orientadora pelos **telefones ou pelo e-mail cassia_moara@hotmail.com.**

Este projeto foi aprovado pelo **Comitê de Ética em Pesquisas Humanas (CEP-UFT) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)**, que analisa as pesquisas que envolvem os seres humanos, defendendo os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (Resolução CNS nº 510 de 2016 e Resolução CNS nº 304 de 2000).

Data:

_____

(Assinatura cacique)

Roteiro de estudo etnográfico

- Identificar os nomes e idade de cada indígena que conversar.

OBSERVAÇÃO GERAL:

Aldeia:

Como é organizada a aldeia?

Quantas pessoas vivem nela?

Saneamento básico: água, esgoto, banheiros...

Tem escola?

Tem Unidade de saúde?

Tem mercado? (Verificar os preços)

Tem igrejas? Quais?

DADOS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR:

Como funciona a rotina alimentar dos indígenas dessa aldeia?

O que costumam plantar?

O que costumam comprar?

O que sentem falta na alimentação?

Quais as atividades físicas costumam praticar?

Qual a média de refeições por dia?

Alimentos mais consumidos:

DADOS CONCEITUAIS

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Como você identifica a fome?

Como você identifica a fartura? O que significa ter muita comida?

O que você entende por segurança alimentar?

O que é pobreza para você?

Você se considera pobre?

Quando você acha que se tornou pobre?

O que é riqueza?

Você se considera rico?

Quando você acha que se tornou rico?